

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA



INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO
EM CABO VERDE

LIDIANE NASCIMENTO

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em Gestão de Empresas

Orientador:
Prof. Doutor Eduardo Correia, Prof. Auxiliar, ISCTE Business School,
Departamento de Gestão

Outubro de 2008

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Eduardo Correia agradeço acima de tudo, a confiança e o incentivo. Factores determinantes para a conclusão deste trabalho dado as dificuldade que nos impuseram a diminuição do ritmo de trabalho. Também agradeço-lhe a disponibilidade e as, indispensáveis, orientações.

Um muito obrigada pela entrevista e disponibilidade ao Dr. Alexandre Fontes e ao Dr. Manuel Pinheiro. Um especial obrigado ao colaborador da CI, José Celestino Sanches, pelos preciosos esclarecimentos e dados do IDE em CV e por se mostrar sempre disponível. Igualmente, agradeço aos investidores externos e respectivos colaboradores que fizeram parte do presente estudo, pelo profissionalismo e seriedade.

Aos meus país, Pedro Nascimento e Maria de Fátima Nascimento, e Cláusia Nascimento, pela paciência e apoio. Não somente, pelas palavras certas em momentos críticos, mas também as suas participações no trabalho de campo dessa dissertação. Agradeço, ainda, a Marlene Pinto pelo auxílio na recolha de dados na ilha de Boa Vista e o Levindo Nascimento pelo apoio como técnico.

Não poderei esquecer-me do carinho e do amor das pessoas que me estão mais próximas e que, incansavelmente, me escutaram, nos meus momentos de euforia sobre a dissertação, mesmo sem entender muito do assunto – Viviane Nascimento, Marísia Nascimento, e Abílio Rocha. A este último um muito obrigada pela paciência e compreensão ao sacrificar os nossos momentos.

Obrigada a todos, que, de forma directa ou indirecta, contribuíram para que hoje pudéssemos expor a presente dissertação.

SIGLAS E ABREVIATURAS

AMI	–	Acordo Multilateral sobre o Investimento
BAD	–	Banco Africano de Desenvolvimento
BCV	–	Banco de Cabo Verde
BITs	–	<i>Bilateral Investment Treaties</i>
BM	–	Banco Mundial
BOP	–	<i>Balance of Payment</i>
CEDEAO	–	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEI	–	Comunidades de Estados Independentes
CI	–	Cabo Verde Investimentos
CIEF	–	Comissão de Investimento Externo e da Zona Franca
CV	–	Cabo Verde
CVE	–	Escudos Cabo-verdianos
DGP	–	Director Geral do Plano
DTTs	–	<i>Double Taxation Treaties</i>
EMNs	–	Empresas Multinacionais
FMI	–	Fundo Monetário Internacional
FIDA	–	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
GOP	–	As Grandes Opções do Plano
GAT	–	<i>General Agreement on Trade in Services</i>
IDE	–	Investimento Directo Estrangeiro
IEFP	–	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IADE	–	Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial
INE	–	Instituto Nacional de Estatística
MFAP	–	Ministério das Finanças e Administração Pública
MIGA	–	Agência Multilateral de Garantia de Investimentos
OCDE	–	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMC	–	Organização Mundial do Comércio
ONU	–	Organização das Nações Unidas
PAIGC	–	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PET	–	Parceria Económica Transatlântica
PIB	–	Produto Interno Bruto
PMA	–	Países Menos Avançados
PNLP	–	Plano Nacional da Luta contra a Pobreza

PRM	–	Países de Rendimento Médio
PROMEX	–	Centro de Promoção Turística dos Investimentos e das Exportações de Cabo Verde.
PVD	–	Países em Vias de Desenvolvimento
TRIM	–	<i>Trade-Related Investment Measures</i>
TRP	–	<i>Agreement on Trade Related Aspects of Intellectual Property</i>
UE	–	União Europeia
USD	–	Dólar Americano
UNCTAD	–	<i>United Nations Conference on Trade and Development</i>
ZDTI	–	Zona de Desenvolvimento Turístico Integrado

RESUME

Os fluxos gerados pela economia de Cabo Verde, desde sempre, foram insuficientes para financiar o seu desenvolvimento, devido aos constrangimentos relativos à falta de recursos naturais, ao défice da balança comercial e à dimensão e fragmentação do território. Neste sentido, o capital estrangeiro surge como um recurso estratégico no desenvolvimento de CV, sendo um instrumento chave para colmatar alguns défices da economia cabo-verdiana. Logo a relevância do estudo proposto, que parte da questão: “Os incentivos e o ambiente oferecidos por CV têm sido suficientemente eficientes para atrair o IDE ou os números poderiam estar melhores?”

Na sequência da revisão teórica e da literatura, a fim de obter a resposta à pergunta da pesquisa, analisamos os incentivos e o ambiente oferecidos aos investidores externos, através de instrumentos empreendidos pelo Governo de CV e analisamos a evolução dos fluxos do IDE no país, com especial atenção ao período 2000-2006, a partir de dados estatísticos. A análise posterior – percepção dos investidores externos em CV – deu lugar a um estudo qualitativo, a partir de um inquérito efectuado à uma amostragem probabilística de dez investidores externos, elegidos a partir de critérios fundamentados.

Como resultado, observamos que os instrumentos empreendidos pelo Governo na atracção do IDE têm mais de dez anos de existência, não coincidindo com os maiores picos de IDE em CV ocorridos nos dois últimos anos. Observamos, ainda, que, de uma forma geral, os investidores externos privilegiam o mercado cabo-verdiano pela estabilidade política e económica. Por outro lado, apontam grandes constrangimentos a nível de infra-estrutura, ligações marítimas internas e aéreo para o exterior. As formalidades administrativas foram, também, objecto de avaliação negativa por parte dos investidores inquiridos.

Posto isto, concluímos que, de uma forma geral, os instrumentos de atracção ao IDE em CV não são suficientemente eficazes para atender às necessidades dos investidores externos. Isto demonstra que há um interessante terreno a ser explorado.

Palavras-chave: Investimento Directo Estrangeiro, Cabo Verde, Desenvolvimento Sustentável, Agrupamentos e Acordos económicos.

ABSTRACT

The cash flows generated Cape Verde's economy, so far, have been insufficient to finance its development, due to constraints concerning the lack of natural resources, the trade balance deficit and the geographical distribution and dimension of the territory. In this context, foreign capital appears as a strategic resource for Cape Verde's development. Foreign investment is a significant instrument to overcome some shortfalls of the cape-verdean economy. Therefore the relevance of this study which is based on the question: "The incentives offered by CV and the environment have been effective enough to attract FDI or the numbers could be better?"

Following the literature and theoretical review, in order to get the answer to the research question, we have analyzed the stimulus and environment provided to foreign investors through instruments launched by the Government. We have analysed the evolution of FDI's flows into the country, with particular focus on the period 2000 - 2006, from statistical data. The subsequent analysis - the perception of foreign investors in CV - produced a qualitative survey study, conducted on a sampling of ten foreign investors, selected from founded criterions.

As a result, we observed that the instruments undertaken by the Government in attracting FDI are over than ten years old and the higher FDI peak took place during the two last years. It was noticed that foreign investors choose the cape-verdean market because of its politic and economic stability. On the other hand, foreign investors show great constraints in terms of infrastructure, internal maritime connection and international flight connections. The administrative formalities are also subject of a negative evaluation by the investors surveyed.

We have eventually figured out that the attraction instruments for FDI in CV are not effective enough for the needs of foreign investors. This demonstrates that there is a interesting ground to be explored.

Key words: Foreign Direct Investment, Cape Verde, Sustainable Development, Groups and Economic Agreements.

JEL Classification System: F21; O16.

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 – NOVAS TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL E DE INVESTIMENTO EXTERNO	15
TABELA 2 – DETERMINANTES ECONÓMICOS DO IDE POR TIPO DE ESTRATÉGIA DE EMN'S	18
TABELA 3 – DETERMINANTES DE INVESTIMENTO DIRECTO NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	20
TABELA 4 – FLUXOS DE ENTRADAS DE IDE POR REGIÕES, 1995 -2006	25
TABELA 5 – BITS E DTTs POR PAÍSES DA ÁFRICA DE 1995 E 2006.....	27
TABELA 6 – ALGUNS INDICADORES DA ECONOMIA DE CABO VERDE 2003-2006.....	34
TABELA 7 – PLANOS E PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO DE CV	37
TABELA 8 – BALANÇA DE PAGAMENTOS DE CV: 2006-2007 (MILHÕES CVE).....	40
TABELA 9 – EVOLUÇÃO DO DOING BUSINESS DE CV, 200 -2008	49
TABELA 10 – EVOLUÇÃO DO IDE EM CV, 2000 -2007 (MILHÕES CVE).....	50
TABELA 11 – FLUXO DO IDE POR ILHA DE DESTINO, 2002-2007 (EM PERCENTAGEM).....	52
TABELA 12 – FLUXO DO IDE POR PAÍSES DE ORIGEM, 2002-2007 (EM PERCENTAGEM)	52
TABELA 13 – VARIÁVEIS DA INICIATIVA DE INVESTIR EM CV	57
TABELA 14 – SIGNIFICADO DA ESCALA DE LIKERT	57
TABELA 15 – MOTIVOS DE ESTABELECEM-SE EM CV	61
TABELA 16 – FONTES DE INFORMAÇÃO ACERCA DE CV	63
TABELA 17 – AVALIAÇÃO DA FORMALIDADE PARA CONSTITUIR UMA EMPRESA EM CV.....	63
TABELA 18 – GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO À CONSTRUÇÃO EM CV	64
TABELA 19 – GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO À INFRA-ESTRUTURA EM CV.....	65
TABELA 20 – GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO À MÃO-DE-OBRA EM CV.....	65
TABELA 21 – GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO À PROFISSIONAIS EXTERNOS EM CV.....	66
TABELA 22 – GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AO TRANSPORTE EM CV	66
TABELA 23 – GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AO REGIME FISCAL EM CV	67
TABELA 24 – GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO À OUTROS ASPECTOS EM CV.....	67
TABELA 25 – ENQUADRAMENTO DO TIPO DE DETERMINANTES EM CV QUE INFLUENCIAM OS INQUIRIDOS 70	

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS : 2000 – 2009	38
GRÁFICO 2 – FLUXOS DO IDE POR SECTOR 2002 E 2007.....	51
GRÁFICO 3 – EXPERIÊNCIA PRÉVIA EM CV	62
GRÁFICO 4 – TIPO DE EXPERIENCIA PREVIA.....	62

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – DISTRIBUIÇÃO NA ÁFRICA, POR REGIÃO E PAÍS, DO FLUXO DE ENTRADA DE IDE, 2000-2006.	29
FIGURA 2 – PROCESSO DE PESQUISA E RECOLHA DE DADOS DE MATERIALIZAÇÃO DO ESTUDO.....	54

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO I – ENTREVISTA AO PRESIDENTE DE CABO VERDE INVESTIMENTOS.....	79
ANEXO II – ENTREVISTA AO DIRECTOR GERAL DO PLANO E MEMBRO DA CIEF.....	86
ANEXO III – DISPOSIÇÕES GERAIS (CAPÍTULO I) DA LEI N.º 89/IV/93, DE 13 DE DEZEMBRO.....	95
ANEXO IV – REQUISIÇÃO DO ESTATUTO DE INVESTIDOR EXTERNO.....	97
ANEXO V – QUESTIONÁRIO MODELO AO INVESTIDOR DIRECTO EXTERNO.....	98
ANEXO VI – LISTA DE INVESTIDORES EXTERNOS INQUIRIDOS.....	101

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS.....	I
SIGLAS E ABREVIATURAS.....	II
RESUME.....	IV
ABSTRACT	V
ÍNDICE DE TABELAS	VI
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	VI
ÍNDICE DE FIGURAS.....	VII
ÍNDICE DE ANEXOS	VII

ÍNDICE GERAL	1
--------------------	---

INTRODUÇÃO	3
------------------	---

1. Definição do Objecto de Estudo	4
2. Contextualização.....	5
3. Objectivos e Metodologia.....	6
4. Delimitação do Estudo e Relevância	7
5. Estrutura do Trabalho	8

PARTE I – INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO	10
--	----

CAPÍTULO I – CONCEITOS E ENQUADRAMENTO TEÓRICO DO IDE.....	11
--	----

1. Conceitos e Impactos Genéricos do Investimento Directo Estrangeiro.....	11
2. Referencial Teórico do Investimento Directo Estrangeiro	13
3. Determinantes do Investimento Directo Estrangeiro.....	17

CAPÍTULO II – REGULAMENTOS E EVOLUÇÃO DOS FLUXOS DO IDE ...	21
---	----

1. Investimento Directo Estrangeiro no Mundo	21
1.1. Regulamentos Internacionais.....	21
1.2. IDE em Números a Nível Internacional	23
2. Breve Enquadramento do IDE na África.....	26

PARTE II – O CASO DE CABO VERDE	31
---------------------------------------	----

CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO/ENQUADRAMENTO DE CV	32
---	----

1. Situação Histórica, Política, Geo-climática e Económica de Cabo Verde ...	32
1.1. Caracterização Histórica e Socio-política do País.....	32
1.2. Caracterização Geográfica, Demográfica e Económica do País	33
2. Estratégia e Financiamento do Desenvolvimento Nacional.....	35
2.1. Os custos de um Pequeno Estado Insular	35
2.2. Estratégias de Desenvolvimento Nacional	36

2.3. Financiamento do Desenvolvimento Nacional.....	38
3. Os Novos Desafios de Cabo Verde	40
4. Investimento Directo Estrangeiro em Cabo Verde	44
4.1. Regulamentos Nacionais	44
4.2. IDE em Cabo Verde em Números.....	50
CAPÍTULO IV – PROCEDIMENTOS DOS TRABALHOS DE INVESTIGAÇÃO	54
1. Planificação	54
2. Instrumento Metodológico.....	55
2.1. Organização e Estrutura do Questionário.....	56
2.2. Definição da Amostra.....	58
2.3. Recolha de informação	59
CAPÍTULO V – RESULTADOS	61
1. Bloco II – Iniciativa de Investir em CV	61
2. Bloco III – Início do Negócio	63
3. Bloco IV – Operatividade do Negócio.....	64
CAPÍTULO VI – DISCUSSÃO, CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	73
ANEXOS	78

INTRODUÇÃO

O Investimento Directo Estrangeiro (IDE) é o tema que enquadra a presente dissertação, tendo como objecto específico o caso do arquipélago de Cabo Verde.

O Investimento Directo Estrangeiro (IDE) surge com as empresas multinacionais, (EMNs) após a Segunda Guerra Mundial. Como consequência, o período das décadas de 50 à 60 é destacado pelo FMI (2005) como os primeiros anos de compilação do *Balance of Payment* (BOP), onde tiveram lugar operações financeiras directas entre uma empresa residente (investidor directo) e um não-residente (investimento directo). Deste modo, nasce o conceito de Investimento Directo Estrangeiro.

O FMI (2005), no *Discussion Paper: SPES and FDI – Some Further Considerations*, sublinha o facto de que, no período referido no parágrafo anterior, o IDE consistia na relação *One-to-One Investment* (um-para-um investimento), o que significava que o investimento directo era entendido como uma relação estabelecida entre duas economias, apenas.

No mesmo documento, FMI destaca que, inicialmente, as operações de IDE decorreram no âmbito do investimento de capital. Após o alívio progressivo das restrições desse tipo de operações, progressivamente, estas foram alargadas passando a integrar prestações directas, nomeadamente, empréstimos entre companhias. Neste sentido, o IDE veio englobar todos os tipos de operações de crédito e de capital próprio entre companhias.

Segundo o FMI (2005), durante as décadas de 70 e 80, a natureza do IDE sofreu uma alteração de *One-to-One Investment* para *chain investments* (cadeia de investimentos), pois, neste período, as EMNs tornam-se um fenómeno global e, simultaneamente, deu-se a remoção de mais restrições sobre as transacções financeiras transfronteiriças. Permitindo, deste modo, o livre fluxo do comércio intra-grupo de crédito numa escala mundial (FMI, 2005). Esse cenário induziu ao estabelecimento de financiamento entre empresas de países diferentes, tendo em vista as vantagens comparativas de acesso aos mercados de capitais e a exploração das diferenças entre os países, a fim de, entre outros benefícios, otimizar o passivo fiscal de todo o grupo (FMI, 2005).

Tendo em conta a influência do IDE na balança de pagamentos dos países acolhedores de tais investimentos, entre outros factores positivos, e, conseqüentemente, o respectivo desempenho económico, justifica-se a corrida que se assiste, ao nível global, em atrair IDE. Assim sendo, esse recurso, almejado por toda e qualquer economia, constitui uma indispensável base de concorrência para os países desenvolvidos e para os em vias de desenvolvimento. Tal facto, acrescido do cenário actual e único pelo qual Cabo Verde vive, a nível económico e de reconhecimento, nacional e internacional, constituem factores determinantes na escolha do título “Investimento Directo Estrangeiro em Cabo Verde”, que conduziu as investigações e determinou a estrutura do presente documento.

É consensual que o IDE tem sido um dos principais responsáveis pela evolução da economia cabo-verdiana e é o caminho apresentado, pela maioria, para o futuro do país. Nesta perspectiva, o Governo reconhece a necessidade de “agilizar ainda mais e suprimir entraves ao IDE, de forma a melhorar a taxa da realização dos projectos” (Intervenção proferida por S.E. o Senhor Primeiro Ministro, José Maria Pereira Neves, na abertura do debate Parlamentar sobre o Estado da Nação - Praia, 28 de Julho de 2006 – página n.º 5).

1. Definição do Objecto de Estudo

A área temática que desencadeará a investigação e a estrutura do projecto de tese é o Investimento Directo Estrangeiro em Cabo Verde. A eleição deste tema deve-se, não somente aos motivos profissionais, mas também ao interesse como agente no meio envolvente sem fronteiras, com as suas ameaças e oportunidades. Nesta perspectiva, pretendemos confrontar a evolução do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) com as medidas adoptadas por Cabo Verde (CV) para atrair esse recurso e, paralelamente, verificar junto aos investidores externos o verdadeiro impacto que tais medidas tiveram sobre as suas decisões e, desta forma, certificar a eficiência das medidas, tendo em conta as aspirações dos investidores.

As opções, as decisões e as conseqüências das mesmas – a nível económico, social e político – que temos assistido no país, fazem sobressair a pertinência do IDE no aumento da capacidade competitiva de CV. O reconhecimento desta pertinência poderá ser constatada no documento “As Grandes Opções do Plano” (Governo, 2001), que tem como um dos três alicerces da Estratégia Global de Desenvolvimento de Cabo Verde a

inserção na economia internacional. Sendo que, esta última, por sua vez, tem em grande atenção o investimento estrangeiro de longo prazo.

Visando o grande objectivo referido no parágrafo anterior, perguntamos até que ponto as medidas adoptadas, pelo país, têm sido eficientes para atrair o IDE? Especulamos que o esforço tem sido visível, na medida em que, entre outros, os benefícios fiscais, as boas condições de instalação de investidores, a credibilidade a nível internacional, os bons indicadores económico-sociais e as políticas reconhecidas pelo FMI e BM têm pautado para que o IDE venha evoluindo de forma, notoriamente, positiva desde 2004, tal como a dinâmica socio-económica que os cabo-verdianos têm assistido.

Mas será que tais medidas têm sido suficientemente eficientes ou os números poderiam estar melhores?

2. Contextualização

Cabo Verde, por necessidade, sempre foi um país de fora para dentro, tendo em conta os seus escassos recursos. Exposto dessa forma parece ser uma desvantagem, mas não o é de todo, pois, toda a moeda tem duas faces, e num cenário de globalização as oportunidades, tais como as ameaças, multiplicam-se. As oportunidades aqui consideradas são as empresas transnacionais; pois, CV, como um país com fracos recursos financeiros, deverá atrair para si capitais estrangeiros, a fim de impulsionar a sua economia para o desenvolvimento. É quase unânime que a estratégia a ser seguida passa por um modelo de integração económica internacional com grande aposta no IDE.

O investidor, ao aplicar o seu recurso numa actividade que é exercida noutra país, com um interesse duradouro e ao participar efectivamente na gestão do empreendimento em que aposta – atendendo a definição do FMI (1993) –, dota e caracteriza o IDE como um recurso de natureza a longo prazo. Pelo que o IDE é caracterizado por um elevado grau de irreversibilidade e de permanência no país receptor, podendo, assim, actuar de forma impulsionadora para qualquer economia.

Atendendo à caracterização anterior, identifica-se uma presença do IDE de forma cada vez mais acentuada na economia cabo-verdiana. Este facto pode ser comprovando com o confronto dos fluxos do IDE no valor de 1.495 milhões de dólares americanos

registados em 2007 contra os 119 milhões de dólares enquadrados em 2000, segundo dados estatísticos de Cabo Verde Investimentos (CI).

Falar de IDE em Cabo Verde será quase o mesmo que falar da aplicação, em Cabo Verde, de recursos financeiros provenientes de um outro país no sector do turismo a longo prazo. Isto, porque o turismo destaca como o principal sector de destino. Tal facto é espelhado nos dados estatísticos do BCV, dos quais ressalta o facto de mais de 80% dos investimentos efectuados em 2007 estarem ligados ao turismo.

Esse cenário tem sido alvo de críticas negativas. Neste sentido, existe alguma preocupação de que apenas um único sector da economia esteja a atrair o recurso em epígrafe, embora se tem defendido que o próprio turismo arrasta outros tipos de investimentos, pelo leque alargado de exigências que contém. Há, por outro lado, quem defenda a especialização do país no contexto da sua integração internacional, devendo especializar-se no sector onde detém factores críticos, apostando na diferenciação e na qualidade.

3. Objectivos e Metodologia

A investigação que propomos efectuar no presente documento tem como fim responder à questão colocada no ponto 1 – Definição do Objecto de Estudo. Tal estudo terá de fundamentar, não somente na evolução do IDE atendendo as medidas que o país tem adoptado, como também apurar até que ponto essas medidas adoptadas constituem factor de decisão para os investidores externos e, a partir daí, tirar ilações sobre o que se tem feito até agora e o que se poderá fazer para melhorar.

Para que se pudesse atingir esse objectivo principal tivemos como objectivos intermediários:

- i. Analisar os movimentos de ingresso dos investidores externos em CV¹.
- ii. Analisar os factores determinantes de decisão de investir em CV.

¹ As moedas consideradas neste âmbito foi em CVE (paridade fixa: 1EURO = 110,265 CVE), salvo algumas excepções, em USD.

Com estes objectivos, inicialmente, efectuamos uma análise cronológica dos dados referentes aos últimos anos, tendo em linha de conta duas variáveis: a evolução do IDE nos últimos anos e as medidas adoptadas pelo Governo.

Essa análise quantitativa foi complementada com uma análise qualitativa da percepção do Governo de CV e de CI acerca das acções implementadas para atrair o IDE, com recurso a entrevista. Posteriormente, aplicamos um questionário a uma amostra não probabilística dos investidores externos em CV, a fim de apurar o impacto das acções implementadas nas suas decisões de investir no país e das respectivas experiências no mercado cabo-verdiano.

4. Delimitação do Estudo e Relevância

A dissertação visa, estritamente, o objecto definido do ponto 1 e os objectivos apontados no ponto 3, privilegiando, deste modo, a análise do período de 2001-2006. Embora esta delimitação não nos impede de ter em consideração os factos históricos que antecederam esses 5 anos, nem tão-pouco, a situação actual que caracteriza o país e as projecções do mesmo.

Nos últimos anos, CV tem sido arrastado por uma dinâmica de crescimento e competitividade notável, exigindo mais e mais atitude, não somente por parte do Governo, como também dos agentes económicos e da sociedade em geral. O que tem alimentado cada vez mais a necessidade de acesso à:

- i. Novas técnicas de produção, gestão e administração.
- ii. Novas tecnologias e o respectivo *know-how*.
- iii. Financiamentos de projectos estruturantes e que impulsionam a competitividade do país.

A satisfação dessas necessidades, entre muitas outras questões e soluções, podem ter respostas, de uma forma determinante, na atracção do IDE para o país.

Os estudos empíricos e a literatura sobre o IDE em CV são incipientes, tal como em todas as áreas. Daí a pertinência do presente estudo, que poderá servir de subsídio para uma possível análise do Governo, relativamente, às políticas de atracção de IDE, bem como de outros organismos competentes, contribuindo desta forma para uma maior

competitividade do arquipélago no mercado global – este grande objectivo que é de todos.

5. Estrutura do Trabalho

Após a contextualização, a definição do problema tendo em conta os objectivos, a metodologia, a delimitação e a relevância do estudo pretendido, estruturou-se o presente documento em duas partes, que integram um total de seis capítulos.

Na primeira parte efectuamos um enquadramento genérico do IDE, procurando criar bases sólidas para a análise do caso de Cabo Verde.

O primeiro capítulo faz um enquadramento e uma abordagem dos conceitos e impactos genéricos do IDE, seguindo as teorias e a evolução das mesmas no que concerne ao objecto em estudo. O ponto 3 encerra esse capítulo expondo os determinantes dos IDE – fundamentos teóricos que nos foram de grande valia aquando da aplicação do questionário, capítulo IV. Nesse capítulo deparamos com alguma dificuldade em aceder, de forma directa, à alguns autores, por suas obras não se encontrarem no país – quer nas bibliotecas, quer nas livrarias. Tendo, assim, conhecimento dos mesmos pela Internet e por meio de citações de outros autores.

Com uma abordagem mais prática, no segundo capítulo apresentamos, primeiramente, o enquadramento da regulamentação do IDE, no qual atendemos aos agrupamentos económicos e os acordos assinados entre país, sem nos esquecermos do papel de algumas organizações neste âmbito. Segue-se o segundo ponto, onde analisamos a evolução dos fluxos do IDE em termos globais e o terceiro onde procuramos analisar o comportamento do IDE no continente que integra Cabo Verde.

A segunda parte foi dedicada à Cabo Verde, procurando entender as potencialidades, os constrangimentos e o comportamento do IDE neste país e, a partir de então, dar seguimento ao estudo, mais especificamente, proposto na presente dissertação.

O terceiro capítulo situa-nos no tempo e no espaço quanto a realidade deste pequeno estado insular que é CV, atendendo a sua história, situação geo-climática, demográfica, política e socio-económica, sem descuidar das dificuldades e dos novos desafios. A pertinência desse capítulo é essencial para que se possa entender a evolução, a origem, a

importância e a gestão do IDE como recurso financeiro do arquipélago e, ainda, o porquê da tendência de um único sector centralizar mais de 80% da entrada do IDE. Um quarto ponto encerra o terceiro capítulo, dando-nos a conhecer os regulamentos e as medidas a nível nacional com impacto no IDE, analisando de seguida a presença e o comportamento desse recurso no mercado cabo-verdiano.

A revisão da teoria, os dados e os conhecimentos/informações, apurados nos capítulos anteriormente referidos, dão lugar a uma pesquisa mais analítica em busca de resultados. Neste âmbito, surge o quarto capítulo, onde se expõe o problema de forma mais precisa, apresentado e justificando as metodologias utilizadas e os procedimentos para a recolha e análise de informação. Segue-se como produto desde capítulo o quinto de forma complementar, onde se apresenta os resultados do trabalho de campo efectuado.

Finalmente, o sexto capítulo encerra a presente dissertação, onde procuramos efectuar uma análise generalizada de todos os outros, a partir do qual nos permitimos responder a questão inicialmente colocada, mas que por outro lado suscitou em nós outras questões, que foram espelhadas nas recomendações que enceram este trabalho.

PARTE I – INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO

CAPÍTULO I – CONCEITOS E ENQUADRAMENTO TEÓRICO DO IDE

1. Conceitos e Impactos Genéricos do Investimento Directo Estrangeiro

O IDE se encontra contextualizado, tal como observamos na introdução do presente documento, nos investimentos internacionais, cujos impactos, como faz notar Medeiros (2003), são observados no âmbito de financiar o crescimento económico, estabilizar ciclos económicos através da transferência de poupança de países com excesso para os com escassez e contribuir para o ajustamento de contas externas ao atenuar o desequilíbrio da balança de pagamentos.

Não considerando os investimentos internacionais de carácter oficial, como os controlados pela autoridade monetária e Banco Central, Medeiros (2003) divide os investimentos internacionais, geralmente considerados como capitais de longo prazo, tal como se segue:

- **Investimento directo** internacional que tem como objectivo a compra de participações ou aquisições de empresas com a finalidade de exercer o respectivo controlo;
- **Investimento externo** de *portefólio* que atende aos fluxos de capitais orientados para a rentabilidade.

Tendo em consideração os objectivos traçados para a presente dissertação, interessa-nos aqui concentrar na categoria do Investimento Directo Internacional, onde se enquadra o IDE.

A definição do IDE, partilhada pela maioria dos países, é a dada pelo FMI (1993), que, considera como IDE todo o investimento que reflecte o objectivo de uma entidade residente (investidor directo) numa economia em obter interesses duradouros numa empresa (investimento directo) residente numa outra economia. Sendo que, o interesse duradouro implica a existência de uma relação de longo prazo entre o investidor directo e a empresa e, ainda, um grau significativo de influência por parte do investidor na gestão da empresa (deter mais de 10 por cento das ordinárias poder de voto ou de partes).

O FMI destaca, ainda, o facto de que o IDE abrange não somente a primeira transacção que institui a relação entre o investidor e a empresa, mas também todas as transacções subsequentes entre eles e entre empresas filiais.

Considerando tal definição podemos dizer que o IDE é caracterizado como sendo um investimento irreversível e permanente para o país receptor podendo, assim, contar com benefícios ao nível económico, político e social, que Medeiros (2003) resume em tópicos, tal como segue:

- Aumenta o emprego, em termos gerais, para além de criar novos tipos de trabalho.
- Estimula o emprego noutros sectores da economia – através do efeito multiplicador – e, paralelamente, melhora as condições remuneratórias e de trabalho.
- Melhora as qualificações dos trabalhadores bem como o seu *know-how* de uma aposta na formação.
- Como resultado dos benefícios anteriormente referidos, dá-se a transferência de melhores práticas e técnicas de gestão.
- Permite a transferência de tecnologia moderna.
- Possibilita a parceria entre as empresas estrangeiras e nacionais, permitindo estas últimas expandirem os seus negócios.
- Aumenta as receitas do Estado através das contribuições fiscais pagas pelas empresas estrangeiras.
- Finalmente, melhora de forma relevante a balança de pagamentos, tanto por via de aumento das exportações como pela via de substituir importações.

De uma forma geral, quase todos os autores defendem esses mecanismos, através dos quais o IDE pode aumentar o bem-estar económico do país receptor. Tal como Bonaglia e Goldstein (2006). Embora, estes últimos autores fazem observar algumas críticas no que concerne:

- As tecnologias utilizadas nos PVD, que geralmente, são mais obsoletas do que as utilizadas no país de origem;
- O fenómeno *race to the bottom* que os países receptores são induzidos, em que os governos, temendo a retirada dos investidores externos oferecem inúmeros

incentivos fiscais, muita vezes fechando olhos para a degradação do meio ambiente e a violação dos direitos humanos.

Porém, os mesmos autores fazem notar que esses factores negativos se convertem a medida que o país se desenvolve, alegando que somente no primeiro momento é que os direitos fundamentais dos trabalhadores, o ambiente e a tecnologia são incorporados e tratados de forma pouco adequada. Mas com o passar do tempo os investimentos geram riquezas que serão investidas no desenvolvimento e prevenção destes pontos negativos.

Um outro factor negativo, decorrente do fenómeno do IDE, é a corrida desenfreada na atracção desse recurso – entre países e regiões – que segundo Lehmann (2007), gera guerras de incentivos e escalada de subsídios ineficientes, resultando num desperdício de recursos.

2. Referencial Teórico do Investimento Directo Estrangeiro

A Teoria Mercantilista, desenvolvida na Europa no séc. XVI e XVII, é uma primeira vertente no âmbito das teóricas tradicionais sobre o comércio internacional. Esta teoria defende o desenvolvimento económico de um país, através da acumulação de riquezas. Para além dos governantes acumularem metais preciosos como ouro e prata, havia uma grande aposta no comércio externo (exportação) em detrimento da importação para que entrasse mais moedas no país do que saía, resultando numa balança comercial favorável. Com o objectivo de estimular a exportação muitas foram as medidas para proteger o que era produzido no país e para diminuir a importação.

Adam Smith (1723-1790), um grande economista do séc. XVIII, por várias razões contrapõe a Teoria Mercantilista. Destas razões é de toda a conveniência destacar aqui dois pontos por ele defendidos: o saldo permanentemente positivo da balança comercial seria insustentável e que as exportações diminuiriam devido as acções de retaliação. Pelo que, este economista defendia a livre troca, afirmando que a abertura ao exterior conduz a importantes ganhos para os dois países intervenientes na troca e, conseqüentemente, para a economia mundial, já que gera-se riquezas ao nível global. Neste sentido, Smith defendia, em detrimento da lógica mercantilista, que o comércio internacional traz ganhos positivos para ambos os lados. Para tal, tendo em linha de conta as respectivas vantagens absolutas relativamente ao custo da sua produção, os

países deveriam especializar-se em produto(s) com a finalidade de exportação. E, por outro lado, importar os produtos em que os outros eram melhores. Surgindo, deste modo, a Teoria da Vantagem Absoluta.

De acordo com o que se expôs anteriormente, um país que não fosse especialmente eficiente em termos absolutos em qualquer bem não poderia empreender exportações, não participando, assim, no comércio internacional. Esta é a limitação apontada por David Ricardo (1772-1823), no séc. XIX, que, por sua vez, defendeu que, mesmo quando um país fosse absolutamente menos eficiente a produzir todos os bens, continuaria a participar no comércio internacional ao produzir e a exportar os bens que produzisse de forma relativamente mais eficiente, germinando, deste modo, a Teoria das Vantagens Comparativas e Relativas.

No sec. XX, esta perspectiva ricardiana continua a influenciar a teoria do comércio internacional, em que Porter (1993) defende que a competitividade de uma nação depende da capacidade de inovação da sua indústria e seu contínuo aperfeiçoamento, apostando, não somente nas diferenças de produtividade, mas também nas diferenças de tecnologia, qualidade dos factores e método de competição.

Como vimos, as teorias clássicas explicam a vantagem comparativa a partir da diferença da produtividade relativa da mão-de-obra entre os países. Já a teoria neo-clássica explica a existência do comércio internacional a partir de dois factores de produção: capital e trabalho; em que os países com abundância relativa de capital (que a partida seriam os países desenvolvidos) tenderiam a exportar produtos que usam intensivamente capital, enquanto que os países com abundância de mão-de-obra (que a partida seriam os países em desenvolvimento) exportariam produtos intensivos em mão-de-obra.

Atsumi (2006) faz um levantamento das novas teorias do comércio internacional e de investimento externo, que passaremos a ilustrar no quadro que segue, onde procuramos efectuar, simultaneamente, a correspondência de tais teoria ao IDE:

Tabela 1 – Novas Teorias do Comércio Internacional e de Investimento Externo

Foque	Teorias	Autor(es)	Fundamento(s)	Relação com IDE
Económico	1. Teoria do Ciclo do Produto	<ul style="list-style-type: none"> • Vernon (1966,1979) 	<p>As três fases pelo que passa um produto/ tecnologia determinam a estratégia:</p> <p>Fase I: Grande quantidade de recursos destinados à pesquisa & desenvolvimento – Países Avançados Industrialmente.</p> <p>Fase II: A Tecnologia começa a ser difundida, embora ainda em fase de ajustamentos e a produção dá-se em outros países desenvolvidos.</p> <p>Fase III: A Tecnologia torna-se estável e a produção padronizada. Neste estágio está-se a procura de minimizar os custos, pelo que a produção é transferida para países que tenham custos mais baixos, como a Mão-de-obra, que é o caso dos países em desenvolvimento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Na Fase II investe-se em mercados externos similares. • Na Fase III Investe-se em países em desenvolvimento, cujo custo de produção é mais barata, como a mão-de-obra.
	2. Teoria do Poder de Mercado	Hymer (1960)	<p>Exercer e aumentar o seu “poder de mercado” de um país estrangeiro: Eliminando a competição através de conluios ou fusões.</p> <p>Fazendo uso de uma vantagem única da empresa como acesso aos factores de produção, produto diferenciado ou imperfeições do mercado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O IDE² é vista como uma estratégia pela qual as empresas oligopolísticas procuram exercer e aumentar seu poder de mercado.
	3. Teoria de Internalização	<ul style="list-style-type: none"> • Buckley e Casson (1976) • Rugman (1980,1981) • Dunning (1988) • Hill, Hwang e Kim (1990) 	<p>Definir o modo de entrada que minimiza os custos da transacção, sendo que a exportação é o ponto de partida para o IDE. Pelo que esta teoria defende que as falhas do mercado como os custos de informação, oportunidade e especificidade de activos seriam as condições que levariam uma EMN a recorrer ao investimento directo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O IDE surge como uma melhor opção em detrimento do licenciamento para proteger vantagens diferencias como know-how ou tecnologia que detém em relação as outras empresas.

(Continua na página a seguir)

² Outros autores falam da opção de externalizar através de licenciamento, mas este acarreta acordos, por vezes complexos, entre licenciador e licenciado, para além da perda de lucro e vantagem competitiva, como faz notar Hemais e Hilal (2004, citado em Atsumi, 2006).

Foque	Teorias	Autor(es)	Fundamento(s)	Relação com IDE
	Paradigma Eclético (Paradigma OLI – <i>Ownership, Internalisation e Location in foreign country</i>)	<ul style="list-style-type: none"> • Dunning (1970) 	<p>Este paradigma assenta-se em três colunas:</p> <p>Vantagem específica como a propriedade tecnológica, dimensão, economias de escala, diferenciação e dotações específicas.</p> <p>Vantagem à localização como diferenças de preços e qualidade das matérias (primas e subsidiárias), língua, cultura e distância física.</p> <p>Vantagem à internalização como a redução da incerteza, controlo da oferta e diminuição dos custos de câmbio.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Esta teoria levanta factores que levam à decisão de realizar ou não IDE, onde e quando realiza-lo e o que produzir. • Por outro lado, se se verificar a ausência de qualquer uma dessas vantagens a EMN tende a dividir o risco de produzir no exterior ou mesmo vender a sua vantagem.
Organizacional	5. Escola Uppsala	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisadores da Universidade de Uppsala • Johanson e Vahlne (1977) 	<p>Para além de cruzar o processo internacional com a teoria económica também abrange a Teoria do Comportamento Organizacional. A teoria aponta para alguns factores que estão relacionados com a ordem da escolha dos países a externalizar:</p> <p>Distância psíquica, que são um conjunto de factores que afectam o fluxo de informação de um mercado para outro como o idioma, a educação, as práticas de negócios, a cultura e o desenvolvimento industrial.</p> <p>Falta ou dificuldade de obter conhecimento do mercado referente às operações internacionais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aquando da saturação do mercado doméstico, a expansão da empresa ocorria nos locais semelhantes ao que opera e, a medida que a empresa vai ganhando experiência nas operações estrangeiras, a selecção de mercados a entrar seriam cada vez mais distantes psiquicamente.
	6. Distância Psíquica	<ul style="list-style-type: none"> • Wiedersheim e Johanson (1975) • Evans, Treadgold e Mavondo (2000) • Rocha (2004) 	<p>Distância psíquica é entendida como factores que inibem o fluxo de informação entre a empresa e o mercado ou mesmo diferenças nos vários níveis da relação empresa e mercado externo como:</p> <p>Factores ambientais – atendendo a formação de blocos comerciais.</p> <p>Aspectos da empresa – atendendo a experiência da mesma relativamente a penetração em outros mercados.</p> <p>Factores e relacionamento – atendendo a afinidades culturais e laços sociais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A distância psíquica é determinante para o IDE, daí a importância de se compreender os factores que afectam tal condição, para que tais factores possam ser administrados.

(Continua na página a seguir)

Foque	Teorias	Autor(es)	Fundamento(s)	Relação com IDE
	7. Processos de Internacionalização como Relacionamentos Multilaterais	<ul style="list-style-type: none"> • Johanson e Vahlne (1990) 	As redes interorganizacionais, que se desenvolvem como consequência da interação entre empresas, surgem como uma outra variável no processo de internacionalização. É neste sentido, que os autores dessa teoria falam da transformação de conceitos de comprometimento, conhecimento e actividades correntes como multilaterais, ao invés de unilateral.	<ul style="list-style-type: none"> • A partir do desenvolvimento de relacionamentos interorganizacionais nasce o processo de internacionalização.
	8. Papel do Empreendedor	<ul style="list-style-type: none"> • Anderson (2002) • Dimitratos e Plakoyiannaki (2003) 	O capital humano como empreendedor é entendido por esta teoria como a força motriz do processo de internacionalização. Sendo que esta figura é o responsável pela introdução de novos produtos e métodos de produção (denominado como empreendedor técnico), pela abertura de novos mercados (empreendedores de marketing) e, ainda, pela organização de qualquer indústria em termos de aquisições, fusões, entre outros (denominado de empreendedor estruturais).	<ul style="list-style-type: none"> • O empreendedor constitui a peça chave para uma empresa obter vantagem das oportunidades que surgem no mercado internacional.

Fonte: Concepção própria baseada na pesquisa de Atsumi (2006) com algumas adaptações.

Pensamos ser pertinente sublinhar que, embora as teorias relativas ao processo de internacionalização são apresentadas de forma isolada, devemos entendê-las como complementares e não de modo dissociados ou alternativos.

3. Determinantes do Investimento Directo Estrangeiro

Os impactos do IDE constituem factores bastantes aliantes para qualquer país, a nível económico, governamental e social. Daí a imperatividade de identificarmos o que influencia a atracção de tal recurso, por outras palavras, o porque da predominância deste recurso em algumas economias em detrimento de outras, onde, contrariamente, a sua presença é incipiente.

Os determinantes do IDE estão, intimamente, ligados aos factores que influenciam a tomada de decisão de investimentos das EMNs, sendo estes os agentes da realização do investimento em questão, tal como se observou ao longo do ponto anterior.

Neste sentido, a UNCTAD (1998) aponta os principais determinantes nos países hóspedes, dependendo do tipo de IDE que se caracteriza tendo em conta as estratégias das EMNs, tal como se pode observar no quadro que se segue:

Tabela 2 – Determinantes Económicos do IDE por Tipo de Estratégia de EMN's

Tipos de IDE segundo as estratégias das EMNs	Principais Determinantes nos Países hóspedes
Busca de Mercado	<ul style="list-style-type: none"> - Tamanho de mercado e rendimento per capita. - Crescimento do mercado. - Acesso ao mercado regional e global. - Preferências do consumidor. - Estruturas dos Mercados.
Busca de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Custo de matérias-primas, componentes e partes. - Capacidade de aprendizagem dos trabalhadores. - Custos salariais. - Custos terrenos e construção.
Busca de Activos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> - Activos tecnológicos, inovações e outros inclusive os relacionados às firmas o aos <i>clusters</i>. - Infra-estrutura física (onde se destaca os portos, as estradas, a energia, as telecomunicações). - Macro Inovadora e empreendedora.
Busca de Eficiência	<ul style="list-style-type: none"> - Custos dos activos e recursos acima citados, ajustados ao nível de produtividade. - Outros custos de <i>input</i>, transporte, comunicação e outros custos intermédios. - Acordos de integração regional ou rede regional de cooperação.

Fonte: UNCTAD, *World Investment Report 1998* e Dunning (2004) (Dunning, 2004) - Traduzida

Para além de determinantes económicos, Dunning (2004), adaptando o modelo apresentado pela UNCTAD (1998), aponta determinantes do país hóspede a nível:

1. Político:
 - Estabilidade económica, política e social.
 - Regras de entrada e de operações.
 - Padrões de tratamento das filiais estrangeiras.
 - Políticas de funcionamento e estrutura de mercados (especialmente políticas de concorrência, fusões e aquisições).
 - Acordos internacionais sobre IDE.
 - Política de privatização.

- Política de comércio (tarifas e barreiras não tarifárias) e a coerência das políticas de IDE e do comércio.
- Política tributária.
- Política regional e industrial.

2. Promoção de Negócios:
- Promoção de Investimento.
 - Incentivos ao investimento.
 - *Hassle Cost* (relacionados à corrupção, eficiência administrativa, transparência, entre outros).
 - Amenidades sociais (escolas bilingues, qualidade de vida, entre outros).
 - Serviços de pré e pós-investimentos.
 - Boas infra-estruturas e suporte de serviços (banca, serviços de contabilidade e Jurídico).
 - Capital social.
 - Moralidade Económica.

Esses três grupos de determinantes de IDE, não deverão ser consideradas de forma separada, sendo que um determinante afecta a eficiência dos restantes, para além de que, quando se verificam em conjunto, tornam o país mais atractivo para os investidores externos.

No âmbito do presente estudo, interessa-nos conhecer os determinantes que levam os investidores externos a apostarem nos países em desenvolvimento, tendo em conta o enquadramento de CV no contexto global. Nonnenberg & Mendonça (2005), com base em dados de painel, estimaram os principais determinantes dos investimentos directos afectos aos países em desenvolvimento, utilizando uma amostra de 33 países em desenvolvimento hospedeiros de IDE, tendo em conta o período de 1975 à 2000.

Como resultado desse estudo, Nonnenberg & Mendonça (2005) explicam o investimento directo nos países em desenvolvimento através das variáveis, que passaremos a aludir, juntamente com as respectivas conclusões dos referidos autores, na tabela que segue.

Tabela 3 – Determinantes de Investimento Directo nos Países em Desenvolvimento

VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	RELAÇÃO COM O IDE
PIB	Dado que representa o crescimento da economia de um país, é uma variável que está directamente relacionada com o Investimento “Busca de Mercado”.	O tamanho da economia afecta positivamente o ingresso de IDE de uma forma fortemente significativa.
Qualificação da Força de Trabalho	O percentual da população em idade correspondente matriculada no ensino secundário, que se enquadra no tipo de investidor que “Busca Recursos”.	Grau de escolaridade é um importante determinante de IDE e altamente significativo.
Coefficiente de Abertura da Economia	Uma economia mais voltada para fora facilita a entrada de Investimentos estrangeiros.	O coeficiente de abertura da economia mostrou-se um factor de grande relevância para a atracção de capital estrangeiro, sendo altamente significativa.
Taxa de Inflação	A estabilidade da economia do país.	A inflação aparece como indicador da estabilidade macroeconómica, com sinal negativo e significativo.
Taxa de Risco	Está ligado as condições de crédito que influencia a dívida externa.	O risco do país afectou negativamente a entrada de investimentos directos.
Índice Dow Jones³	Atende ao desempenho das bolsas de valores, indicando a prospecção de se realizar investimentos com maior risco.	O crescimento dos mercados de capitais nos países desenvolvidos é um forte determinante dos fluxos de saída do IDE.

Fonte: Concepção própria a partir do estudo dos determinantes do IDE em países em desenvolvimento efectuado por Nonnenberg & Mendonça (2005).

Tal como podemos observar, tendo em linha de conta os já referidos determinantes apontados por Dunning (2004) – ao nível económico, político e promoção de negócios – , Nonnenberg & Mendonça (2005) não consideram todas as variáveis, concentrando-se apenas em alguns factores económicos que influenciam positivo ou negativamente os Investimentos estrangeiros, mais concretamente nos IDE que buscam mercados e recursos.

³ Esta é a única variável relativo apenas ao país de origem, sendo as restantes relativo ao país hospedeiro.

CAPÍTULO II – REGULAMENTOS E EVOLUÇÃO DOS FLUXOS DO IDE

1. Investimento Directo Estrangeiro no Mundo

Antes de nos dedicarmos sobre o caso de CV, achamos por bem efectuar um enquadramento no contexto regulamentar e observar a evolução dos fluxos do IDE ao nível mundial, mesmo que de uma forma genérica, podendo a partir daí efectuar um enquadramento de CV no global, no objecto em estudo.

1.1. Regulamentos Internacionais

Desde o final da II Guerra Mundial, a regulamentação dos investimentos no âmbito internacional deu os primeiros passos, embora timidamente, com a Carta de Havana, em 1948. Desde a data vários têm sido os instrumentos de regulamentação negociados entre países, visando uma maior segurança e, por conseguinte, estimular o fluxo de investimentos directos entre as partes.

As crescentes exigências das EMN's relativamente à maior segurança, no âmbito da diminuição dos riscos e das barreiras de investimento e aumento dos lucros, são pontos que têm merecido junto as economias uma atenção especial, na medida em que afecta a captação de IDE. Neste sentido, a inexistência de uma regulamentação internacional de IDE, os países têm assinado acordos com outros de forma cada vez mais acentuado. Como consequência, em 2006, como se pode constatar nos dados da UNCTAD (2007), foram assinados 73 tratados bilaterais (BITs), 83 acordos de dupla tributação (DTTs) e 18 outros acordos internacionais que lidam com outras actividades económicas. UNCTAD (2007) refere-se a 5.500 acordos internacionais fechados até 2006, onde se regista de forma acumulativa, 2.651 DTTs, seguida pelos BITs com 2.573, sendo os restantes 241 outros acordos.

Para além de acordos bilaterais tem-se verificado agrupamento de países tendo em conta a região onde estão inseridos e identificação cultural, político e social. Por continente, segue os principais agrupamentos:

- ✓ Continente Africano:
 - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Maio de 1975, integrando 15 países inclusive CV.

- UEMAO (União Económica e Monetária da Africa Ocidental), partilhando a mesma moeda, o franco CFA.
- ✓ Continente Americano
 - Zona de Livre Comércio das Américas (ZLCA) 2005, integrando 34 países.
 - APEC (*Asia-Pacific Economic Cooperation*), 1993, integrando 21 países da região da Ásia e do Pacífico.
 - MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), Março de 1991, integrando 6 países 5 membros e 2 associados.
- ✓ Continente Europeu
 - UE (União Europeia) – na Europa Ocidental – 1993, integrando 24 membros.
 - CEI (Comunidade dos Estados Independentes) – na Europa do Leste – Dezembro de 1991, integra 10 países.

O fenómeno da globalização faz com que os países mais desenvolvidos almejam um regulamento internacional no âmbito dos fluxos de investimentos directos. Neste sentido, em 1995, a OCDE iniciou a preparação do texto de um projecto de acordos multilaterais, denominado Acordo Multilateral sobre o Investimento (AMI). Muitos foram os que contestaram o texto de desse projecto, sendo também denominado por “Carta dos Direitos dos Investidores”, já que o texto atribuía todos os direitos às multinacionais em detrimento dos Estados e das populações, atendendo aos seus interesses, culturas, direitos sociais, tal como aponta o Parlamento Europeu (1998).

Em Dezembro de 1993 constituiu-se a Organização Mundial do Comércio (OMC), uma organização permanente e com extensos poderes, entrando em funcionamento em Janeiro de 1995, em substituição ao Acordo Geral sobre Tarifas Alfandegárias e Comércio (GATT), constituído em 1947, que tinha um estatuto de comité interino para a organização internacional do comércio, ou seja, de carácter provisório.

A OMC tem como atribuição gerir os acordos que compõem o sistema multilateral do comércio, servir de fórum para o comércio internacional, supervisionar a adopção e implementação dos acordos pelos membros e, por fim, solucionar os conflitos gerados quando da aplicação dos acordos sobre o comércio internacional entre os membros da organização.

A OMC, actualmente, constituída por 153 membros, tem estado atenta relativamente ao tema de investimentos, abordando-o em duas negociações diferentes:

A primeira restringe-se aos acordos de investimento transnacionais relacionadas com o comércio de bens (Acordo TRIMs - *Trade-Related Investment Measures*), com a protecção da propriedade intelectual, inclusive espécies vegetais e animais geneticamente manipuladas e aos processos biológicos (TRIP - *Agreement on Trade Related Aspects of Intellectual Property*) e com o comércio de serviços (GATS - *General Agreement on Trade in Services*), que entraram em vigor em 1995.

A segunda compreende às negociações para a elaboração de um acordo multilateral de investimentos. Esta segunda negociação vem na decorrência da primeira já que, tal como o Parlamento Europeu (1995) faz notar, a estreita relação entre os fluxos comerciais e de investimentos, os elementos de um acordo multilateral de investimento – já contidos nos acordos relativos aos TRIM, aos TRIP e ao GATS – e a possibilidade de recorrer ao processo de resolução de litígios da OMC constituem argumentos que apontam a OMC como a mais adequada para conduzir as negociações de conclusão de um acordo multilateral de investimentos entre os Estados-membros da OCDE.

1.2. IDE em Números a Nível Internacional

A UNCTAD (2007) sublinha o facto de em 2006 os fluxos de entrada mundiais de IDE terem registado um aumento de 38% comparativamente a 2005, cifrando-se em 1.306 milhões de dólares americanos, aproximando do recorde alcançado em 2000 (1.411 milhões de dólares americanos). Tal organismo observou, também, o facto do crescimento do IDE em 2006 ter ocorrido de forma descentralizada, abarcando três grupos de economias: os países desenvolvidos, os países em desenvolvimento e os países em transição e economias de estados independentes (CEI).

Os dados, de 2000 à 2006, relativamente à dinâmica dos fluxos ao nível mundial, apresentados pela UNCTAD (2007), não denunciam grandes surpresas, sendo que a maior fatia do fluxo do IDE está concentrada nos países desenvolvidos com destaque para as três potências. Embora nos últimos anos, ao contrário da UE e EUA, Japão tem

experimentado uma diminuição do IDE em termos de entrada, agravada pela saída acentuada de IDE (Tabela 4).

Como podemos observar, atendendo aos dados da Tabela 4, os fluxos de entrada dos IDE de 2006 nos países desenvolvidos aumentaram em 45,3%, alcançando 857, 5 mil milhões de dólares americanos, os dos países em desenvolvimento, atingindo o seu nível histórico mais alto com 379,1 mil milhões dólares americanos, registaram um aumento de 20,6% (destacando a China, o Hong Kong e a Singapura, segundo dados da UNCTAD, 2007) e as economias em transição, com 69,3 mil milhões de dólares americanos (destacando a Federação Russa, segundo dados da UNCTAD, 2007), sofreram um incremento de 68,2%, isso, comparativamente ao ano de 2005.

UNCTAD (2007) aponta como o principal responsável pela actual dinâmica dos fluxos de entrada dos IDE, o aumento de actividade relativamente as fusões e aquisições, sendo que se verificou o aumento das transacções quer em valor (23%, registando cerca de 880 mil milhões de dólares americanos), quer em número (14%, totalizando 6.974 transacções).

Outro factor que é apontado como responsável pelo cenário dos fluxos de entrada de IDE verificados em 2006, é a produção de bens e serviços pelas EMN's fora do país de origem, em que se estima que o valor total das suas vendas – quer da empresa, inclusive a exportação, quer das suas filiais – representam o equivalente a 10% do PIB mundial.

No relatório de 2006 dos investimentos no mundo, verifica-se que, tal como nos anos anteriores, os serviços representam a maior concentração de IDE dos países de destino. A indústria manufacturada segue-se como o segundo sector mais importante, embora regista-se uma redução de 41% em 1990 para 30% em 2005. O sector primário é o menos predominante, fixando-se abaixo dos 10% do acumulado ao nível do IDE dos países de destino.

Tabela 4 – Fluxos de Entradas de IDE por Regiões, 1995 -2006

(Mil Milhões de Dólares Americanos)

Região/Economia	Fluxos de Entrada de IDE							Fluxos de Saída de IDE						
	1995-2000 (média anual)	2001	2002	2003	2004	2005	2006	1995-2000 (média anual)	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Economia Desenvolvidas	543,9	609,0	442,3	361,2	418,9	590,3	857,5	638,5	662,2	488,2	504,0	746,0	706,7	1.022,7
Europa	326,2	392,7	314,6	277,1	209,2	495,0	566,4	450,6	454,5	280,0	308,5	394,5	691,2	668,7
União Europeia	312,9	381,6	307,3	256,7	204,2	486,4	531,0	421,3	435,0	265,7	286,7	359,9	608,8	572,4
Japão	4,6	6,2	9,2	6,3	7,8	2,8	-6,5	25,1	38,3	32,3	28,8	31,0	45,8	50,3
Estados Unidos	169,7	159,5	74,5	53,1	135,8	101,0	175,4	125,9	124,9	134,9	129,4	258,0	-27,7	216,6
Outros Países Desenvolvidos	43,3	50,6	44,0	24,6	66,0	-8,5	122,2	36,9	44,5	40,9	37,3	62,6	-2,5	87,1
Economias em Desenvolvimento	187,9	212,0	166,3	178,7	283,0	314,3	379,1	74,3	80,6	47,8	45,3	117,3	115,9	174,4
África	9,0	20,0	13,6	18,7	18,0	29,6	35,5	2,4	-3,0	0,3	1,3	2,1	2,3	8,2
América Latina e Caribe	72,6	78,5	54,3	44,7	94,3	75,5	83,8	21,1	36,5	12,1	21,6	27,8	35,7	49,1
Ásia e Oceânia	106,3	113,5	98,4	115,3	170,7	209,1	259,8	50,8	47,1	35,4	22,4	87,5	77,8	117,1
Ásia	105,8	113,4	98,3	115,1	170,0	208,7	259,5	50,8	47,1	35,5	22,3	87,4	77,7	117,1
Ásia Ocidental	3,3	7,2	5,6	12,4	20,8	41,6	59,9	0,8	-1,1	1,5	-2,3	8,1	13,4	14,1
Ásia Oriental	70,7	79,1	67,7	72,7	106,3	116,3	125,8	39,6	26,1	27,6	17,4	62,9	49,8	74,1
China	41,8	46,9	52,7	53,5	60,6	72,4	69,5	2,0	6,9	2,5	2,9	5,5	12,3	16,1
Ásia Meridional	3,9	6,4	7,0	5,5	7,6	9,9	22,3	0,2	1,4	1,7	1,9	2,2	2,6	9,8
Ásia Sudoriental	27,9	20,7	18,0	24,5	35,2	41,1	51,5	10,2	20,7	4,7	5,3	14,2	11,9	19,1
Oceânia	0,5	0,1	0,1	0,3	0,7	0,4	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0
Economias em Transição	8,8	11,6	13,4	24,2	40,3	41,2	69,3	2,0	2,6	4,7	10,8	14,0	14,6	18,7
Europa Sudoriental	2,7	4,3	4,3	8,4	13,4	15,1	26,3	0,1	0,1	0,6	0,2	0,2	0,6	0,6
CEI	6,1	7,3	9,1	15,8	26,9	26,0	42,9	1,9	2,5	4,1	10,6	13,8	14,0	18,1
Mundo	740,7	832,6	622,0	564,1	742,1	945,8	1.305,9	714,8	745,4	540,7	560,1	877,3	837,2	1.215,8

Fonte: UNCTAD, World Investment Report 2007: Transnational Corporations, Extractive Industries and Development, (www.unctad.org/fdistatistics) – Traduzida.

2. Breve Enquadramento do IDE na África

Nos últimos vinte anos, a África tem assinalado crescentes fluxos de IDE, registando uma evolução de 2,4 mil milhões de dólares americanos em 1985 para 35,5 mil milhões de dólares americanos em 2006, segundo dados da UNCTAD (2008), que prevê que tal ritmo se manterá em 2007. Esta previsão vem na sequência da desaceleração da economia mundial e problemas financeiros e de risco de crédito, com início no segundo semestre de 2007, até então não ter tido grandes impactos nos fluxos de IDE na África.

O interesse dos investidores directos estrangeiros advém não somente dos recursos naturais de África, onde se destaca o sector petrolífero e as minas, e o aumento do tamanho do mercado da região, como também a reforma da legislação de investimentos empreendidas pelos países africanos, maioritariamente, favoráveis ao investimento estrangeiro e outros factores favoráveis como liberalização do comércio, redução da burocracia para a criação de empresas, melhoramento do sistema financeiro de infra-estruturas (UNCTAD, 2008).

No âmbito da criação de um ambiente favorável ao investimento estrangeiro, muitos países africanos, tal como as outras economias como se viu no sub-ponto 1.1, têm assinado acordos com outros países, nomeadamente os tratados bilaterais (BITs) e os acordos de dupla tributação (DTTs), como se pode observar na Tabela 5.

Em Dezembro de 2006, 53 países do continente africano já haviam assinado esses tratados, embora com maior concentração em BITs, com um total de 687, do que em DTTs, com um total de 438 (UNCTAD, 2008). Contudo, esses números se encontram distribuídos de forma desigual entre os 53 países (Tabela 5).

Segundo UNCTAD (2008) mais de 70% dos BITs e DTTs celebrados pelos países africanos foram assinados com os países desenvolvidos, com destaque aos Estados europeus, onde Reino Unido, França, Alemanha e Itália detêm a maior quota. UNCTAD (2008) chama, ainda, atenção ao facto dos países que celebraram elevado número dos referidos acordos apresentarem melhores números em termos de atracção de IDE, embora essa correlação não seja tão óbvia nos restantes países que celebraram um número de acordos menos expressivo. Por outro lado, identifica-se países com bom desempenho na atracção de IDE, mas que não celebraram acordos bilaterais nem aduaneiros.

Tabela 5 – BITs e DTTs por Países da África de 1995 e 2006

Região/Economia	BITs		DTT's	
	1995	2006	1995	2006
África	221	808	287	492
África de Sul	6	37	31	63
Angola	-	5	-	-
Argélia	5	36	9	29
Benin	3	14	2	2
Burkina-Faso	2	14	1	2
Botswana	-	9	4	6
Burundi	3	5	-	-
Cabo Verde	5	9	-	1
Central Republica Africana	2	4	1	1
Chade	4	13	-	1
Camarões	7	14	3	4
Comores	1	6	1	1
Congo	5	9	2	2
Costa de Marfim	7	10	8	10
Djibouti	-	6	-	-
Egipto	29	100	28	48
Eritreia	-	4	-	1
Etiópia	1	22	1	7
Gabão	4	12	1	5
Gambia	1	6	5	6
Gana	8	26	3	7
Guine	3	18	-	1
Guine Equatorial	1	5	-	-
Guiné-Bissau	1	1	-	-
Lesoto	2	3	1	3
Libéria	4	4	4	4
Líbia	2	19	5	5
Madagáscar	3	9	2	2
Malawi	1	6	8	8
Mali	3	15	1	2
Maurícias	3	32	20	38
Mauritânia	5	17	2	3
Moçambique	1	21	1	3
Marrocos	14	58	21	43
Namíbia	3	12	6	7
Níger	3	5	1	1
Nigéria	5	19	11	15
Quênia	1	6	9	11
República Democrática do Congo	6	13	1	2
Ruanda	3	4	-	1
São Tomé e Príncipe	-	1	-	-
Senegal	11	20	5	12
Serra Leoa	1	3	4	4
Seicheles	-	2	3	12
Somália	2	2	-	-
Suazilândia	2	5	4	5
Sudão	4	25	3	13
Tanzânia	2	11	9	10
Togo	3	3	2	2
Tunísia	29	51	29	45
Uganda	3	15	3	11
Zâmbia	2	12	19	19
Zimbabué	5	30	13	14

Fonte: Concepção própria, à partir de UNCTAD, World Investment Directory 2008: África, Volume X

Ainda, no âmbito da criação de um ambiente favorável ao IDE, (UNCTAD, 2008) registra, em finais de 2007, uma aderência significativa dos países africanos aos organismos multilaterais que têm disposições para o tratamento de investimento estrangeiro, tal como passaremos a indicar:

- Centro Internacional para Resolução de Disputas de Investimento (ICSID) com a participação de 46 países membros africanos. Esta organização oferece possibilidades para a conciliação e arbitragem internacional de disputas no âmbito de investimentos.
- Agência Multilateral de Garantia de Investimento (MIGA), com 50 países membros africanos, fornece seguro de risco político e assistência técnica no que concerne aos países em desenvolvimento.
- Organização Mundial do Comércio (OMC), com 45⁴ países membros africanos, inclui uma série de acordos no âmbito de investimento estrangeiro, nomeadamente GATS, TRIM e TRIPS, tal como constatamos no ponto 1.1. deste capítulo.

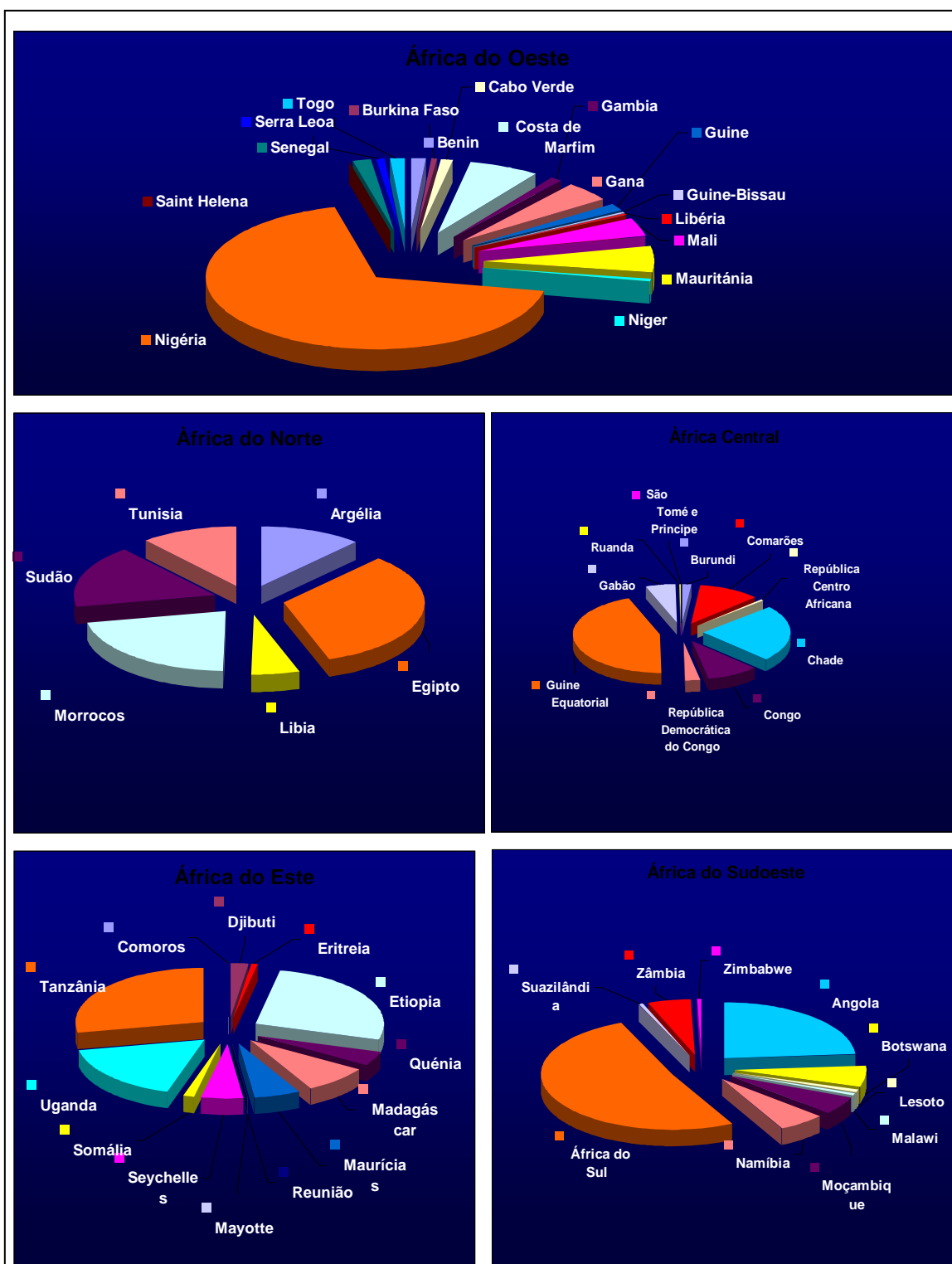
A consequência dessas medidas, os fluxos de entrada de IDE na África tem registado aumentos significativos, registando 35.545 milhões de dólares americanos em 2006 contra os 9.685 verificados em 2000.

Contudo, apesar dos esforços para a abertura generalizada ao IDE, os fluxos de entrada têm permanecido concentrados num pequeno número de países, em que as economias de África do Sul, com 21,2%, e África do Norte, com 42,6%, centralizam um total de 63,8% do total dos fluxos de entrada acumulados de 2000 à 2006. O terceiro principal destino para os fluxos de entrada de IDE na África é a África do Oeste com 18,0%, seguido de África Central com 12,2%. Com menor desempenho na atracção do IDE, a África do Este acumula os restantes 6,0%.

Podemos verificar que, mesmo dentro das regiões os fluxos de entrada de IDE concentram-se em um número reduzido de países. Se considerarmos os fluxos de entrada acumulados de 2000 à 2006, a distribuição desse fluxo por região figura-se como se pode observar na figura que segue.

⁴ Actualização dos dados da UNCTAD (2008) relativamente a adesão de CV em 2008, como 153º membro da OMC.

Figura 1 – Distribuição na África, por Região e País, do Fluxo de Entrada de IDE, 2000-2006



Fonte: Concepção própria, à partir dos dados da UNCTAD (2008).

Os fluxos de entrada de IDE na África estão, essencialmente, concentrados num número reduzido de países, nomeadamente, Angola, África do Sul, Egipto, Marrocos, Nigéria e Sudão, países detentores de riquezas petrolíferas e mineiras.

Relativamente aos fluxos de saída dos IDE dos países africanos, estes se verificam, predominantemente, na África do Sul, destacando-se tanto no sector terciário – comunicações, finanças, electricidade, comércio, transporte e armazenagem – como no sector primário, mais precisamente nas indústrias petrolíferas, tal como Egipto e Marrocos (UNCTAD, 2008).

Apesar desse cenário favorável aos IDE, ainda persiste a instabilidade política, conflito interno e má governação em alguns países africanos, influenciando negativamente o IDE. Para além de que, baseando numa comparação do potencial do IDE dos países africanos com o índice de desempenho dos IDE da UNCTAD, este organismo conclui que muitos dos países africanos estão aquém das suas potencialidade relativamente ao IDE.

PARTE II – O CASO DE CABO VERDE

CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO/ENQUADRAMENTO DE CV

O IDE, como temos vindo a constatar, é um recurso financeiro de grande relevância para qualquer economia. Neste sentido, os países estão atentos, considerando os impactos das suas políticas governamentais, económicas e sociais na atracção do IDE. Isto, visando capacitar o país de pontos fortes e colmatar os pontos fracos.

O presente capítulo visa, acima de tudo, expor os pontos positivos e os constrangimentos que caracterizam CV, tendo em consideração a sua realidade interna, a sua relação/posicionamento no ambiente internacional, as suas políticas de atracção ao IDE e, finalmente, o comportamento do IDE na economia cabo-verdiana.

1. Situação Histórica, Política, Geo-climática e Económica de Cabo Verde

1.1. Caracterização Histórica e Socio-política do País

O arquipélago de Cabo Verde foi descoberto por navegadores portugueses em Maio de 1460, sem indícios de presença humana anterior. A primeira ilha a ser povoada foi a de Santiago, em 1462, por se mostrar a mais favorável para a ocupação.

Devido a sua posição estratégica, Cabo Verde servia de entreposto comercial e de aprovisionamento nas rotas que ligavam a Europa, a África e o Brasil, com particular destaque no tráfego de escravos. Com a abolição da escravatura e a progressiva deterioração das condições climáticas, o arquipélago entrou em decadência e passou a viver com base numa economia pobre, de subsistência.

O cabo-verdiano, decorrente da sua história, é a união de europeus livres e escravos da costa africana, resultando-se assim num povo com uma forma de estar e viver muito própria. O crioulo emergiu como idioma da comunidade, maioritariamente mestiça, sendo, actualmente, o dialecto falado e o português a língua oficial.

Em 1956, Amílcar Cabral criou o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), lutando contra o colonialismo e iniciando uma marcha para a independência. Em 19 de Dezembro de 1974 foi assinado um acordo entre o PAIGC e Portugal, instaurando-se um Governo de transição em CV. Este mesmo Governo preparou as eleições para uma Assembleia Nacional Popular que em 5 de Julho de 1975 proclamou a independência.

Em 1991, na sequência das primeiras eleições pluripartidárias realizadas no país, foi instituída uma democracia parlamentar com todas as instituições de uma democracia moderna. Hoje, CV é uma República soberana, unitária e democrática, que garante o respeito pela dignidade da pessoa humana e reconhece a inviolabilidade e inalienabilidade dos Direitos do Homem como fundamento de toda a comunidade humana, da paz e da justiça. Pelo que a República de Cabo Verde organiza-se em Estado de direito democrático assente nos princípios da soberania popular, no pluralismo de expressão e de organização política democrática e no respeito pelos direitos e liberdades fundamentais.

1.2. Caracterização Geográfica, Demográfica e Económica do País

O território da República de Cabo Verde é composto por dez ilhas de clima tropical seco (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Santiago, Fogo e Brava), para além de ilhéus e ilhotas que sempre fizeram parte do arquipélago. Para além do continente, CV é constituído pelas águas interiores, as águas arqueológicas e o mar territorial definidos na lei, bem como os respectivos leitos e subsolos e, finalmente, pelo espaço aéreo suprajacente aos espaços geográficos referidos nas alíneas anteriores.

Cabo Verde, situado a 455 km da Costa Africana, estende-se por cerca de 4.033 km², área ocupada por cerca de 499.796 habitantes (projecção do INE para 2008), sendo uma população jovem com média de idade de 23 anos, com uma esperança média de vida de 71 anos. Actualmente, a população cabo-verdiana emigrada é maior do que a que vive em Cabo Verde. Isto, devido a escassez da oferta do mercado de trabalho, consequência da escassez de recursos.

O arquipélago não tem recursos naturais, com a excepção do vento e do sol. Os seus recursos económicos, até a data, depende sobretudo da agricultura – cujas culturas mais importantes são o café, a banana, a cana-de-açúcar, o milho, os feijões, a batata-doce e a mandioca – e da riqueza marinha – onde se sobressai o peixe, os mariscos e o sal.

O sector industrial é pouco expressivo, embora se regista algum desenvolvimento na fabricação de aguardente, vestuário e calçado, tintas e vernizes, a pesca e as conservas de pescado e a extracção de sal. O subsector da construção civil se encontra em franca expansão com contribuições significativas para o desenvolvimento socio-económico do

arquipélago. Por último, o turismo tem despoletado de forma significativa o crescimento da economia cabo-verdiana, prometendo excelentes cenários num futuro próximo.

A moeda corrente é o Escudo de Cabo Verde. As remessas dos emigrantes, o auxílio externo e a gestão cuidada dos pagamentos ao exterior preservam a estabilidade da moeda cabo-verdiana. Actualmente, vigora entre CV e Portugal um acordo de cooperação cambial que estipula a convertibilidade fixa do escudo cabo-verdiano face ao Euro.

Para uma melhor compreensão do desempenho da economia cabo-verdiana, apresentamos alguns indicadores na tabela que se segue:

Tabela 6 – Alguns Indicadores da Economia de Cabo Verde 2003-2006

Indicadores	Unidade Medida	2003	2004	2005	2006
Produto Interno Bruto Nominal	mil milhões CVE	79,5	82,1	89,7	954,3
População Média	mil habitantes	458,8	467,2	476,0	484,9
PIB per Capita	USD	1.771,8	1.991,7	2.206,3	2.463,3
Agricultura/PIB	%	9,7	7,4	5,2	4,8
Construção/PIB	%	6,5	7,8	8,2	9,2
Indústria e Energia/PIB	%	7,9	7,2	7,1	7,0
Pescas/PIB	%	1,7	1,2	0,9	0,8
Serviços/PIB ⁵	%	56,3	60,4	59,8	52,3
Turismo/PIB	%	10,9	11,2	10,4	18,3
Remessas Emigrantes	mil milhões CVE	9,9	9,0	11,8	11,5
Exportações	mil milhões CVE	1,2	1,3	1,5	1,8
Importações	mil milhões CVE	34,2	38,5	38,9	47,6
Reservas Internacionais Brutas	Meses de importação	1,8	2,4	3,2	3,6
Inflação	%	1,2	-1,9	1,7	5,4
Taxa de Desemprego	%	15,1	17,0	24,4	18,3

Fonte : INE, BCV, IEFP

CV é um país com estabilidade e paz social, política e económica, gozando de boas relações internacionais, para além da criação de parcerias estratégicas e reconhecimento internacional; factos que lhe conferem crédito junto de particulares, empresas, governos, organizações e instituições financeiras internacionais.

⁵ Excluindo turismo e serviços bancários intermediários.

2. Estratégia e Financiamento do Desenvolvimento Nacional

2.1. Os custos de um Pequeno Estado Insular

Para que possamos entender melhor a fragilidade de CV e o respectivo défice em termos de financiamento da própria economia, achamos pertinentes efectuar um enquadramento do país como um pequeno estado insular, antes de nos debruçarmos sobre a estratégia e o financiamento do desenvolvimento do mesmo.

A escala e a insularidade de Cabo Verde constituem factores negativos a sua economia.

Relativamente a escala, esta determina a dimensão do mercado, condição de grande relevância para os investidores, pelo que a dimensão reduzida do mercado cabo-verdiano acarreta alguns constrangimentos quanto a atracção de IDE. FMI (2000), aquando do 61º encontro do Comité de Desenvolvimento em Washington, chama a atenção relativamente a vulnerabilidade dos países pequenos face a falta de diversificação de exportação, a imposição da economia global – o que exige por parte desses países ajustes com elevados custos, obrigando-os a assumir maiores riscos – e face a propensão para catástrofes naturais.

Os constrangimentos concernente a fragmentação do território de CV e a sua distância em relação aos principais mercados acarreta custos para a pequena economia – a título de exemplo, os custos de transportes, quer para importação de matérias-primas quer para a distribuição do produto acabado entre ilhas e, principalmente para outros mercados, resulta-se bastante elevado – e em termos de gestão do país, impõe investimentos em infra-estruturas – telecomunicações, saúde, educação, transporte (inclusive portos, aeroportos e estradas), instalação da máquina administrativas, entre outros – em cerca de nove vezes mais do que se esta fragmentação territorial não se verificasse, como o Director Geral do Plano faz referência (Anexo II – p. 1), impossibilitando, desse modo, uma gestão mais eficiente.

Atento a esta realidade o Governo de Cabo Verde solicitou um estudo, financiado pelo BAD, com o objectivo de conhecer em detalhe os custos da fragmentação do seu território, mas segundo o MFAP (Anexo II – p. 1) este estudo revelou-se inadequado, não dando respostas a importantes questões em torno da insularidade própria de CV. Pelo que embora consciente dessa problemática, não se conseguiu quantificá-la e nem identificar os pontos possíveis de actuação para atenuar os custos da insularidade.

No âmbito desses dois factores negativos, o Presidente de CI (Anexo I – p. 5) aponta como únicos constrangimentos ao IDE a ineficiência/insuficiência das infra-estruturas, sublinhando, ainda, o impacto negativo no turismo.

2.2. Estratégias de Desenvolvimento Nacional

A estratégia de desenvolvimento de CV tem como chapéu as Grandes Opções do Plano (GOP), que visa, por um lado, traçar uma visão compartilhada do futuro e, por outro, determinar uma estratégia para a respectiva implementação, ambos de longo prazo. Neste sentido, a GOP fornece directrizes de orientação para a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento, que é de médio prazo e tem como função implementar a estratégia nacional de desenvolvimento (Governo de CV, 2002).

A estratégia nacional de desenvolvimento de CV baseia-se na inserção da economia internacional, no sector privado como motor do desenvolvimento e no desenvolvimento e afirmação da cultura nacional (Governo de CV, 2001). A aposta nesses três elementos, deve-se a facto de, segundo o Governo CV, serem estruturadoras do desenvolvimento almejado pela sociedade.

O primeiro elemento, que visa uma melhor e maior integração de CV na economia mundial baseia-se, essencialmente, na exportação de serviços, sector que o Governo de CV entende como futuro da economia cabo-verdiana, e desenvolvimento do investimento estrangeiro, ambos com grande aposta no turismo.

O segundo elemento, que entende o sector privado como alavanca para o desenvolvimento da economia, aposta no fortalecimento do tecido empresarial, que, por sua vez, passa pelo desenvolvimento da mentalidade e capacidades empresariais, para além da implementação de incentivos de acordo com os objectivos preconizados.

Por último, mas não menos importante, há que referir ao desenvolvimento da cultura nacional como sendo um dos elementos para empreender o desenvolvimento global, reforçando a identidade nacional e a abertura à modernidade.

Ainda, tendo em conta a GOP, parece-nos pertinente fazer referência aos princípios em que deve assentar o desenvolvimento nacional, nomeadamente:

- Princípio dos Equilíbrios Locais, que atende ao desenvolvimento equilibrado de todo o país, a luta contra a pobreza e a promoção do desenvolvimento Económico e social do meio rural, considerando a insularidade do país.
- Princípio de Boa Governação, que pressupõe a intervenção conjunta e coordenada entre o Governo, as Autarquias Locais, o privado e a sociedade civil organizada; aliada a definição de prioridades claras e consistentes, considerando as aspirações da população.
- Finalmente, ponderar as aspirações nacionais de desenvolvimento, sendo que num estado democrático, tais aspirações devem constar na agenda de desenvolvimento do Governo e serem actualizadas periodicamente.

Como tínhamos referido anteriormente a GOP é um chapéu de todo os planos estratégicos de desenvolvimento do país, pelo que, com o propósito de enquadrar o referido plano, segue a listagem dos planos por sector na tabela que segue.

Tabela 7 – Planos e Programas Estratégicos de Desenvolvimento de CV

Planos e Programas	Duração
Planos Globais	
Grande Opções do Plano (GOP's)	2002-2020
Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)	2002-2005
Estratégia de Combate e Redução a Pobreza (ECRP)	2004-2007
Programa do Governo	2001-2005
Planos Estratégico Sectoriais e Temáticos	
Plano Estratégico para a Educação	2002-2012
Plano de Acção Nacional para o Meio Ambiente (PANAI)	2004-2014
Plano de Energia Nacional	2003-2012
Plano Estratégico para a Agricultura	2004-2015
Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo	2004-2015
Estratégia Nacional de Segurança Alimentar	2003-2015
Programa Nacional da Luta contra a Pobreza (PNLP)	1998-2008
Plano Estratégico para a Justiça	2002-2005
Estratégia de Desenvolvimento da Segurança Social	2005-2010
Plano Nacional por Equidade de Género	2004-2008
Plano de Desenvolvimento dos Direitos Humanos	2003-2009
Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Recursos Humanos para a Saúde	2005-2014
Plano Estratégico para as Novas Tecnologias de Informação	Em preparação
Programas no Quadro de Cooperação Externa	
Plano no Quadro das Nações Unidas	2002-2005 e 2006-2009 (em preparação)
FMI - Poverty Reduction Growth Facility (PRGF)	2002-2004 (prorrogado até Junho de 2005. Possível extensão 2005-2007)
IDA - Poverty Reduction Support Credit (PRCS)	2005-2007
Estratégia de Cooperação União Europeia -Cabo Verde	2001-2007
IDA - Country Assistance Strategy (CAS)	2005-2008
MCA Proposal: "Economic Growth for Improved Quality of Life"	2005-2008

Fonte: Governo de CV – MFAP (2001, a partir de DECRP).

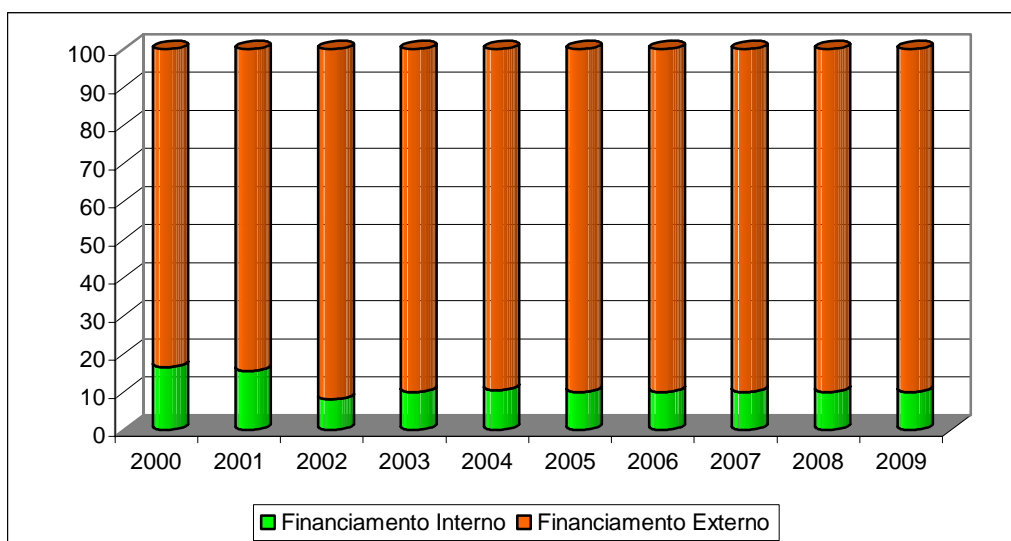
2.3. Financiamento do Desenvolvimento Nacional

A economia cabo-verdiana, decorrente do que vimos nos pontos anteriores do presente capítulo, é caracterizada por algumas limitações resultantes da sua situação geográfica no âmbito da insularidade, descontinuidade de território e escassez de recursos naturais, agravada, ainda, por constrangimentos a nível de infra-estruturas, fraca produtividade económica, elevada taxa de desemprego, carência de formas de acumulação de capital e de financiamento e, conseqüentemente, dependência de recursos externos.

A capacidade interna de financiamento do país resulta do cenário observado no parágrafo anterior, embora tenha-se registado, nos últimos anos, relevantes conquistas neste campo. Segundo o MFAP (Anexo II, p. 1 e 2), actualmente, Cabo Verde tem capacidade financeira para assegurar o funcionamento de toda a sua máquina administrativa, cumprir com todas as suas obrigações relativamente ao pagamento do serviço da dívida e financiar 15 a 20% do total dos investimentos de desenvolvimento.

Daí que o arquipélago defronta-se, constantemente, com o desafio de garantir o financiamento necessário e adequado a sua realidade, para o respectivo crescimento económico (Gráfico 1). Pelo que, sendo, ainda, a sua capacidade interna bastante deficitária, o financiamento desse défice recorre aos recursos externos, nomeadamente Ajuda Pública Externa, IDE e outros fluxos privados.

**Gráfico 1 – Financiamento dos Investimentos Públicos : 2000 – 2009
(em percentagem)**



Fonte: Governo CV, MFAP (2007a - como fonte INE, DGP e BCV - p. 27)

Observação: 2005-2009: Projecções.

A cooperação internacional, quer multilateral, quer bilateral, constitui um ponto de cabal importância no âmbito de desenvolvimento sustentado de CV, tendo em conta o que expomos anteriormente. Neste contexto, podemos destacar diversos organismos internacionais, nomeadamente Nações Unidas (ONU), União Europeia (UE), Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Europeu de Investimentos (BEI), Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), *Millenium Challenge Corporation* (MCC), entre outros que tem contribuído para financiar o desenvolvimento económico de CV. A título de exemplo podemos apontar o BM, com destaque ao Projecto de Crescimento e Competitividade (2003-2007), no total de 13,5 milhões de dólares americanos; o Projecto Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP), financiado em conjunto pelo Governo de CV, BAD e FIDA, num total de 47 milhões de dólares americanos e o programa de 117,8 milhões de dólares americanos apresentado pelo Governo de CV no âmbito do programa MCC, obtendo um financiamento por parte deste último no valor de 110,1 milhões de dólares americanos, sendo os restantes 7,7 milhões afectos ao Governo de CV.

Contrariamente a algumas ajudas públicas, o IDE é um fluxo de financiamento que não gere dívida e permite a integração em circuitos de comércio internacional, para além de permitir a transferência de tecnologia e de capacidades de gestão.

Em termos de fluxos de financiamento, que de momento nos interessa, convém aqui destacarmos o impacto positivo do IDE sobre a Balança de Pagamentos de CV baseando-se nos dados de 2006 e 2007 (Tabela 8). O fluxo de IDE é a rubrica que mais contribui no financiamento externo da economia, reflectida na Balança de Capital e de Operações Financeiras, com um total de 10,4 mil milhões de escudos cabo-verdianos, em 2007 (mais do que 6% registando em 2006).

Igualmente, achamos pertinente observar o impacto indirecto do IDE sobre a Balança Corrente. Isto, através da Balança de Serviços, onde o IDE é o principal impulsionador dos fluxos relativos as viagens de turismo com um saldo de 21,9 mil milhões de escudos cabo-verdianos (mais do que cerca de 45% registado em 2006).

Tabela 8 – Balança de Pagamentos de CV: 2006-2007 (milhões CVE)

	2006			2007		
	Débito	Crédito	Saldo	Débito	Crédito	Saldo
Balança Corrente	75.176,8	-80.456,2	-9.482,3	85.456,3	-96.086,1	-10.629,8
Bens	8.429,2	-49.122,8	-44.896,4	6.133,6	-59.634,7	-53.501,1
Mercadorias Gerais	1.132,6	-46.029,0	-44.896,4	781,4	-57.500,2	-56.718,8
Serviços	35.658,5	-21.770,3	13.888,2	44.011,0	-23.816,2	20.194,8
Transportes	10.835,0	-11.110,2	-275,2	10.364,8	-11.296,5	-931,6
Viagens de Turismo	19.233,3	-4.142,6	15.090,7	26.815,5	-4.985,6	21.865,8
Outros Serviços	5.590,3	-6.517,5	-927,2	6.794,7	-7.534,1	-739,4
Rendimentos	1.627,3	-5.626,6	-3.999,3	1.953,2	-4.081,0	-2.127,8
Rendimentos de Trabalho	68,0	-57,4	10,7	33,2	-116,4	-83,3
Rendimentos de Investimento	1.559,3	-5.569,2	-4.010,0	1.920,0	-3.964,6	-2.044,5
Transferências Correntes	29.461,8	-3.936,6	25.525,2	33.358,5	-8.554,2	24.804,3
Transferências Públicas	4.662,2	-351,8	4.310,4	5.532,9	-449,5	5.083,4
Transferências Privadas	24.799,6	-3.548,7	21.250,9	27.825,7	-8.104,8	19.720,9
Remessas de Emigrantes	11.922,3	-444,0	11.478,3	11.133,7	-366,3	10.767,5
Balança de Capital e de Operações Financeiras	12.413,6	-6.142,6	6.270,9	11.426,7	1.110,9	12.537,5
Transferências de Capital Públicas	1.539,8	0,0	1.539,8	2.236,4	-16,9	2.219,5
Investimento Directo	9.786,8	0,0	9.786,8	10.407,1	-29,6	10.377,5
Outros Investimentos	1.073,5	-1.098,9	-25,4	-1.801,0	8.277,6	6.476,6
Activos de Reserva		-5.043,7	-5.043,7		-7.120,3	-7.120,3
Erros e Omissões			-991,5			-1.907,7
Por memória						
Balança Corrente+Balança de Capital e de Operações Financeiras			-3.739,7			-8.410,3
Memorandum Itens						
Défice Corrente incluindo Transferências Correntes em % PIB			5,0			9,2
Défice Corrente excluindo Transferências Correntes em % PIB			29,4			30,5
Importações de Bens e Serviços em % PIB			67,7			71,9
Remessas de Emigrantes em % PIB			11,0			9,3
Dívida Pública Externa em % PIB (Líquido)			2,2			1,7
Reservas Internacionais Líquidas do BCV (meses de Importação)			3,2			3,6

Fonte: BCV, Relatório Anual de 2007, pag.56.

A poupança dos emigrantes, tal como o IDE, constitui também uma importante fonte do equilíbrio interno e externo da economia nacional, embora o BCV, tem registado uma tendência de queda dessas remessas. Esta tendência permaneceu em 2007, que segundo o BCV (2008) deve-se a depreciação do dólar americano, decorrente do contexto internacional menos desfavorável, resultado da grande instabilidade do sector financeiro internacional.

3. Os Novos Desafios de Cabo Verde

Cabo Verde tem encarado a política externa como um instrumento fundamental para converter ameaças em oportunidades, quer no âmbito internacional, atendendo as exigências da globalização, quer no âmbito nacional, tendo em conta a escassez de

recursos para o seu desenvolvimento, a dimensão do seu território e a insularidade. É neste contexto, que o país tem procurado inserir-se em espaços e circuitos económicos dinâmicos e tem apostado fortemente na sua credibilidade internacional, como meio de tornar o país mais competitivo e assegurar o respectivo desenvolvimento de forma sustentável.

Como resultado, nos últimos quatro anos, três grandes objectivos, com impactos alavancador para a economia nacional e de relevância internacional, foram atingidos.

Em Dezembro de 2004, com a adopção, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, da Resolução 59/210 (ONU, 2004), Cabo Verde deixou de pertencer ao grupo dos Países Menos Avançados (PMA), grupo que integrava desde 1977, para passar a pertencer ao grupo dos Países de Rendimento Médio (PRM).

Os critérios utilizados pela ONU relativamente a graduação para PRM (Governo CV, 2007a), actualizados em 2003, são os três seguintes:

- ✓ Um critério a nível de renda, que se baseia em uma média do rendimento nacional bruto per capita acima, durante pelo menos três anos, de 900 dólares americanos.
- ✓ Um ensaio do desenvolvimento do capital humano, com base no *Human Assets Index* (HAI), calculado com base em indicadores de nutrição, saúde, escolaridade e alfabetização adulta.
- ✓ Por fim, o critério de vulnerabilidade económica, baseado no *Economic Vulnerability Index* (EVI).

Destes três critérios, CV preencheu apenas os dois primeiros, devido em grande parte a sua vulnerabilidade face ao exterior e a sua baixa capacidade produtiva, como havíamos observado no ponto anterior (Governo CV, 2007a).

Tendo em atenção essa vulnerabilidade, a Resolução 59/209 da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU, 2004a), concede ao arquipélago um período de três anos, para que o país, juntamente com os seus parceiros, elabora uma estratégia de transição visando uma saída suave, de forma a não comprometer o crescimento sustentável das ilhas. Foi neste âmbito, que o Governo argumentou que a comunidade internacional

deverá continuar a apoiar CV, nomeadamente com empréstimos concessionais (Governo CV, 2001a).

Desde Novembro de 1999, CV pediu adesão à OMC, sendo concedido apenas em Dezembro de 2007, tornando-se, efectivamente, o 153º membro desta organização internacional no dia 23 de Julho de 2008. Nesses oito anos de negociação o país implementou políticas económicas orientadas para o mercado, facilitando os investimentos estrangeiros e fomentando o sector privado através das privatizações, e para o desenvolvimento do turismo, das indústrias ligeiras e das pescas.

È importante assinalar que, aquando da adesão, o estatuto de CV, ainda, era de PMA, pelo que, poderá vincular a sua oferta a um número limitado de sectores, tendo em vista as suas necessidades de desenvolvimento, finanças e comércio.

Com a adesão de CV à OMC, novos desafios lhe são impostos, pois enquanto membro desta organização, o país terá que adequar/actualizar e regulamentar o respectivo quadro normativo em conformidade com as normas internacionais, onde se destaca à Legislação Comercial, ao Código Aduaneiro e à Lei de Direitos de Autor. Mas, por outro lado, o país obterá maior visibilidade e credibilidade a nível mundial, o que contribuirá positivamente para um ambiente favorável para o IDE.

O terceiro desafio de CV, no âmbito internacional e com projecção nacional, é a Parceria Especial com a UE, realizada em Novembro de 2007, que será implementada através de um plano de acção. Esta parceria visa reforçar o relacionamento, entre ambas as partes, para o desenvolvimento atendendo ao um quadro no âmbito de cooperação em interesses comuns, nomeadamente o diálogo político, segurança, migrações e desenvolvimento económico.

A Europa tem provado ser uma parceira fundamental. A título de exemplo, durante o período das referidas convenções (1977 à 2000), a Comunidade Europeia disponibilizou ao Governo de CV Ajuda Pública ao Desenvolvimento no valor médio de 8,5 milhões de Euros por ano, segundo dados do MFAP (Governo, 2006). Para além do que os estados membros da UE tem contribuído em termos do comércio Externo de CV (mais de 70%). Pelo que, o Estatuto Especial de CV na UE é uma consequência do amadurecimento da relação entre CV e UE, iniciando dois anos após a independência, em 1975, do arquipélago, com a adesão deste à Convenção de Lamé II.

Assim, como fundamentos desta parceria, CV tem como argumento com a sua ligação histórica com a Europa, sendo que esta foi o seu primeiro parceiro de desenvolvimento e, actualmente, o seu principal parceiro económico, comercial e financeiro; para além dos fortes laços humanos e culturais que prevalecem (Governo, 2006). CV elege, também, como argumento desta parceria, o desenvolvimento das relações com Canárias, Açores e Madeira, enquanto arquipélago pertencente ao conjunto da Macaronésia.

Actualmente a parceria UE/CV visa várias acções que se resumem em quatro pilares, que se seguem de forma resumida (Governo, 2006):

- a. O pilar da *Boa-Governança*, onde foram definidos quatro objectivos, nomeadamente a consolidação e o aprofundamento da democracia, do Estado de Direito, do respeito pelos direitos humanos e das liberdades fundamentais e da participação da sociedade civil.
- b. O pilar da *Segurança e da Estabilidade*, que, essencialmente, decorre na integração de Cabo Verde nos sistemas colectivos de segurança da UE, visando a luta contra o tráfico de droga, imigração ilegal, tráfico de armas, branqueamento de capitais, entre outros.
- c. O pilar da *Sociedade do Conhecimento e da Informação* baseia-se na promoção da investigação e do desenvolvimento e trocas científicas e tecnológicas, bem como na educação e formação profissional. Ainda, nesta linha, as tecnologias da informação e da comunicação assinalam como um integrante fundamental desse pilar.

O Governo de CV (2006) entende esta parceria com a UE, como sendo de benefício mútuo, na medida em que empreende a promoção e defesa dos interesses comuns, complementares ou convergentes.

Essas três conquistas, expostas nos parágrafos anteriores, promovem Cabo Verde a nível internacional, acarretando consequências positivas a nível de capital externo, mas, por outro lado, impõe novos desafios ao arquipélago, quer para os governantes, os empresários e para a sociedade em geral.

4. Investimento Directo Estrangeiro em Cabo Verde

Após o enquadramento geral em termos histórico, político, geo-climático, económico e financeiro, sem perder de vista alguns desafios a nível internacional, estamos em condições de efectuar o enquadramento do IDE no país. Com esse intuito, primeiramente, observamos as condições gerais do país oferecidas aos investidores. Seguidamente, apresentamos a evolução do IDE em CV.

4.1. Regulamentos Nacionais

Cabo Verde, tal como os outros países, integrou-se em grupos cujos interesses se convergem e que lhe são mais próximos em termos geográficos, históricos, culturais, políticos, económicos e linguísticos.

Neste sentido, poderemos falar da adesão, em 1976, de CV à CEDEAO, dando os primeiros passos para uma economia sustentável. Na mesma linha, podemos destacar a importância do reconhecimento da integração do arquipélago na região Macaronésia – composta por outros quatro arquipélagos: Açores, Madeira, Canárias e Selvagens – no desenvolvimento de CV, na medida em que tal estatuto permite ter acesso à alguns recursos financeiros, decorrente da vulnerabilidade desses Estados.

Outros parceiros no mundo económico, a nível internacional, são integrados nessa carteira, surgindo a medida que o país desenvolve uma performance cada vez mais positiva, tendo em conta os seus condicionalismos. Neste contexto, poderemos referir a adesão de CV como membro da MIGA e, mais recentemente, como vimos no ponto anterior, a sua adesão à OMC e a Parceria Especial de CV junto a UE.

Como país-membro da Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA), desde a sua entrada em vigor em Abril de 1988, CV oferece mais segurança aos investidores externos, ao considerarmos que esta agência fornece seguro contra riscos políticos para além de auxiliar na criação de instrumentos neste âmbito.

Essas parcerias resultam para o país numa maior visibilidade e credibilidade a nível mundial, o que contribuirá para um ambiente favorável para o IDE.

Para além de recorrer a dinamização das trocas comerciais com a CEDEAO, a adesão à OMC e a parceria com a UE, com o objectivo de desenvolver um ambiente legal e

institucional favorável ao desenvolvimento das actividades comerciais, a modernização do sector, o reforço da competitividade externa das empresas e produtos nacionais e a diversificação dos mercados de fornecimentos, o país tem apostado também na dinamização da cooperação bilateral de investimentos.

Como vimos no ponto 2 do Capítulo II (Tabela 5), Cabo Verde acumulou, até 2006, nove tratados bilaterais para a promoção e protecção dos investimentos (BIT's), nomeadamente, Alemanha (1990), Portugal (1990), Áustria (1991), Holanda (1991), Suíça (1991), Angola (1997), Cuba (1997), Itália (1997) e China (1998), conforme dados da UNCTAD (2008). Para evitar a dupla tributação o arquipélago assinou, em 1999, o único tratado bilateral (DTTs), cuja outra parte foi Portugal.

Relativamente a regulamentação nacional, visando promover os investimentos e criar um clima de maior confiança e segurança ao investimento estrangeiros, destaca-se os seguintes:

- ✓ A Lei do Investimento Externo (Lei 89/IV/93, de 13 de Dezembro), que para além de designar o âmbito e as formas de entrada do IDE, institui os:
 - incentivos fiscais – isenção de tributação de rendimentos (lucros e dividendos) durante 5 anos e/ou sempre que reinvestidos, isenção de tributação de amortizações e juros correspondentes a operações financeiras que constituam investimento externo e estabilização do regime fiscal (Taxa de Imposto Único sobre Rendimentos de 10% a partir do 6º ano, sem prejuízo de condições mais favoráveis acordadas com o Estado de Cabo Verde);
 - e as garantias ao investidor externo – protecção de bens e direitos inerentes ao Investimento Externo, livre transferência de dividendos dos accionistas/sócios que tenham participações de capital com recursos financeiros externos e abertura de conta bancária em moeda estrangeira.
- ✓ Decreto Regulamentar do investimento Externo (Decreto Regulamentar nº 1/94, de 3 de Janeiro) que regulamenta os processos de autorização para a realização de investimentos externos e para a organização do respectivo registo, previstos pelo artigo 5º da Lei nº 89/IV/93 de 13 de Dezembro.

Para além dessas duas legislações no âmbito de IDE, poderemos também apontar outros que regulamentam incentivos de sectores específicos, que passaremos a aferir:

- ✓ Indústria, podendo apontar o Decreto-Lei n.º 108/89, de 30 de Dezembro, relativa ao Estatuto Industrial, Suplemento do B.O. n.º 27, de 13 de Julho; o Decreto-lei n.º 157/90 de 22 de Dezembro, "Define a Actividade Industrial e sua Aplicabilidade ao Estatuto Industrial ", B.O. n.º 51; a Lei n.º 92/IV/93 de 15 de Dezembro, "os Estados benefício regime aplicável às operações de importação e exportação de bens e serviços ", B.O. n.º 47; a Lei n.º 99/IV/93, de 31 de Dezembro, "Aprova o regime jurídico das empresas de zona franca" B.O. n.º 49. De uma forma genérica estes instrumentos regulam os seguintes incentivos:
 - Incentivos Fiscais em termos de isenção de pagamento de Imposto Único sobre Rendimentos (IUR) gerados por cada novo estabelecimento industrial averbado durante um período de 3 anos e dedução de impostos sobre lucros reinvestidos;
 - Incentivos aduaneiros que atende a isenção de direitos aduaneiros na importação de bens de equipamento e materiais listados e livre exportação de produtos;
 - E ainda no que diz respeito as empresas francas, estas estão isentas do direito concernentes a exportação.
- ✓ Turismo, sendo de referir o Decreto-lei n.º 14/94 de 14 de Março, B.O. n.º 10 I Série "Revê os Estatutos da Industria Hoteleira e Similar" B.O. n.º 10 I Série; Lei n.º 42/IV/92 de 06 de Abril de 1992, "Utilidade do Turismo," B.O. n.º 14. De uma forma genérica estes instrumentos regulam os seguintes incentivos:
 - Incentivos Fiscais, em termos de isenção fiscal total durante os 5 primeiros anos; Diminuição em 50% da taxa de imposto sobre rendimentos, durante os 10 anos seguintes; Dedução de impostos sobre lucros reinvestidos em actividades similares; Isenção de Impostos sobre o Património; Dedução na matéria colectável de despesas incorridas com a formação de trabalhadores cabo-verdianos.
 - Incentivos Aduaneiros: Isenção de direitos aduaneiros na importação de materiais destinados à construção e exploração de hotéis e estâncias turísticas;
- ✓ Mercado Financeiro, sendo de referir neste âmbito a Lei n.º 43/III/88, de 27 de Dezembro, "Base das Regras Gerais de Constituição e de Funcionamento de Instituições Financeiras Internacionais em Cabo Verde", B.O. n.º 52; Decreto-lei n.º 44/94, de 25 de Julho de 1994, "Institucionaliza as Agências de Câmbio"

B.O. n.º 27; Decreto-lei n.º 72/94 de 12 de Dezembro de 1994, "Cria o empreendimento (riscos) de capital," B.O. n.º 41; Lei n.º 32/V/97 de 30 de Junho de 1997, "Altera alguns artigos da lei n.º 43/III/88, de 27 de Dezembro em relação a Instituições Financeiras Internacionais", B.O. n.º 25;

- ✓ Outros: Aviso n.º 3/98, de 18 de Agosto de 1998, "esclarecimentos sobre os movimentos das contas externas em escudos, contas externas em moeda estrangeira, as contas nacionais em moeda estrangeira" B.O. n.º 30; Decreto-lei n.º 26/98 de 29 de Junho de 1998, "Aprova o novo regime operação correntes e de capital," B.O. n.º 23.

Sendo ainda de referir que esses incentivos não se aplicam as empresas destinadas a actividades económicas, fundamentalmente, orientadas para o mercado interno e que o sector financeiro não está abrangido pelos direitos concedidos aos investidores externos, pois, como acabamos de verificar este sector está regulado por legislações específicas.

Convém aqui sublinhar que a Lei do Investimento Estrangeiro estabelece as condições para o investimento directo estrangeiro efectuado em qualquer sector de actividade económica. Todos os sectores estão abertos ao investimento, salvo se a empresa é uma ameaça para a segurança nacional, o ambiente ou a saúde pública, ou que viola as leis e as regulamentações.

Podemos observar que dos regulamentos anteriormente referidos, a legislação mais recente foi publicada há uma década, onde se vivia um ambiente económico estável e onde o objectivo de CV era atrair o máximo de IDE, sem discriminação (Anexo II, p. 9). Perante as novas conquistas do país, quer a nível nacional quer internacional, e a dinâmica que se tem assistido a nível global, hoje as condições são outras. Tendo em conta este último cenário, o DGP (Anexo II, p. 8) faz referência à um projecto que tem como objectivo concentrar num só código as legislações, até então dispersas, tendo como objectivo principal racionalização e harmonização dos benefícios atribuídos aos investidores. Um outro factor que determinou esta posição foi os custos dos benefícios fiscais apurados em 2003, estimado em 2,4 mil milhões CVE (Anexo II, p.8)

A legislação é apenas um dos instrumentos de promoção ao investimento externo. Podemos destacar outros de igual importância, como a criação de uma agência através do qual o investidor externo poderá centralizar todas as suas preocupações, daí este tipo

de agência ser denominada como “janela única” ou “balcão único”. Inicialmente, em 2000, esta Agência foi denominada de Centro de Promoção Turística dos Investimentos e das Exportações de Cabo Verde (PROMEX).

Posteriormente, em 11 de Outubro de 2004 – pelo Decreto Regulamentar n. 7/2004, B.O. n.º 30, I Série – deu-se a fusão entre o IADE e PROMEX, surgindo, deste modo, a Cabo Verde Investimentos (CI). Este último, segundo o respectivo Estatuto, tem como principais competências promover CV como destino turístico; promover o incremento do comércio de bens e serviços de origem cabo-verdiana; promover condições e apoios à realização de projectos de investimento quer de origem nacional quer de origem estrangeira e, finalmente, promover o desenvolvimento empresarial nacional e o apoio directo ou indirecto ao fortalecimento e modernização da estrutura empresarial do país.

Actualmente, o MFAP, através da CI, emite o Certificado do Investidor Externo para que o investidor em causa possa aceder aos benefícios, anteriormente referidos aquando do enquadramento da Lei 89/IV/93. Para requerer o referido certificado alguns elementos devem acompanhar o pedido, que de seguida apresentaremos de uma forma genérica (ver mais detalhes no Anexo IV):

- a. Carta de pedido dirigida ao ministério responsável.
- b. Descrição sumária do projecto de investimento.
- c. Localização pretendida.
- d. Identificação e curriculum vitae dos promotores.
- e. Capacidade financeira dos promotores.
- f. Estudo do impacto ambiental (dependendo do tipo de actividade proposto).
- g. Estatutos da empresa.

Um outro instrumento é tido em conta no âmbito da redução dos constrangimentos ao investimento, nomeadamente, as barreiras administrativas. Em 2003 foi feito um estudo, “O Percorso do Investidor”, que analisava os procedimentos administrativos por que passa um empresário que deseja instalar-se em Cabo Verde, com a finalidade de identificar os procedimentos e formalidades que poderiam ser suprimidos ou simplificados, ou então, melhor coordenados entre as instituições envolvidas; para a partir daí simplificar o processo de implementação e de operação da actividade económica do país (Governo de CV, 2007).

Neste contexto, achamos pertinente fazer referência ao *Doing Business* que nos dá o grau de facilidade em fazer negócio numa economia, através da análise de dez indicadores no tocante a diversas facilidades no sector económico, como apresentadas na seguinte tabela.

Tabela 9 – Evolução do Doing Business de CV, 2006 -2008

Rank	Doing Business CV		
	2007 (Ano 2005/06)	2008 (Ano 2006/07)	2009 (Ano 2007/08)
Ease of Doing Business	125	132	143
Abertura de Empresas	144	156	163
Obtenção de Licença de Construção	93	79	79
Contratação de Trabalhadores	137	143	169
Registo de Propriedades	122	127	124
Obtenção de Crédito	65	68	123
Protecção de investidores	135	122	126
Pagamento de Impostos	100	117	115
Comércio Além Fronteira	20	51	56
Cumprimento de Contratos	80	56	40
Encerramento de Empresas	151	178	181

Fonte: Concepção própria a partir de dados do BM (Doing Business 2009, Doing Business 2008 e Doing Business 2007).

O decréscimo da performance do *Doing Business* de Cabo Verde (Tabela 9) deve-se, não somente a introdução de novos países no renque (2007, 175; 2008, 178 e 2009, 181 países), mas também a inexistência de iniciativas por parte de Cabo Verde, segundo dados do BM (2008), em empreender reformas que promove a facilidade em fazer negócios, sendo que em 2006 à 2007 não se observou nenhuma reforma e em 2008 efectuou-se uma única reforma, desfavorável ao *Doing Business*. A reforma ocorre com a promulgação de um novo código de trabalho, em Abril de 2008, que torna mais difícil a contratação de novos trabalhadores e, ainda, reduz a flexibilidade na utilização dos contratos a prazo, limitando a sua duração, agravado pelo aumento do prazo de despedimento de 30 para 45 dias.

Melhorar esse cenário é um dos objectivos principais que o Governo de CV se propõe atingir em 2008 no contexto do desenvolvimento empresarial. Para tal várias políticas foram empreendidas, de entre os quais se destaca o projecto Casa do Cidadão, que empreende diversos produtos com impacto positivo no *Doing Business*, nomeadamente, “Empresa no Dia”, que permite a constituição imediata de empresas a partir de um balcão de atendimento único.

⁶ Somente, a partir do *Doing Business* 2007 é que CV começou a ser cotado relativamente à facilidade de fazer negócios.

4.2. IDE em Cabo Verde em Números

A dinâmica do fluxo do IDE em Cabo Verde é um reflexo da sua performance junto aos seus parceiros e organismos internacionais, das suas políticas, inclusive regulamentos, para além do produto que tem a oferecer atendendo as suas condições humanas e naturais.

Convém, neste ponto, chamarmos atenção ao facto da legislação que enquadra o IDE em Cabo Verde (Lei 89/IV/93), fazer referência a uma única expressão “investimento externo” (Anexo III) quando faz referência ao objecto da referida lei (artigo 1.º), do que é considerado investimento externo (artigo 3.º) e ao enquadramento do investidor externo (artigo 4.º). Este facto é para nós motivo de alguma preocupação relativamente aos dados aqui apresentados, pois fica a questão do legislador referir-se ao “investimento externo” como IDE ou no sentido amplo do investimento externo, tal como vimos no ponto 1 do Capítulo I, ou seja, integrando para além do IDE o “investimento externo de portefólio”. Por outro lado, ainda na Lei 89/IV/93, o artigo 2.º estabelece que o diploma em questão aplica-se aos “investimentos externos directos” realizados em qualquer sector de actividade económica.

Em consideração ao disposto anterior, entenderemos os dados fornecidos pela CI, entidade responsável pelo registo e supervisão do IDE em Cabo Verde, e pelo BCV, como referentes ao IDE.

A dinâmica dos montantes aprovados e respectivos fluxos do IDE em Cabo Verde é o reflexo da performance do país junto aos seus parceiros e organismos internacionais, das suas políticas, inclusive regulamentos, para além dos produtos que tem a oferecer, de acordo com as suas condições humanas e naturais. Essa dinâmica é retratada nos números apresentados pela CI e BCV, como podemos observar na tabela que se segue:

Tabela 10 – Evolução do IDE em CV, 2000 -2007 (milhões CVE)

Descrição	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Montantes Certificados	2.533,9	10.122,6	2.022,6	4.473,6	4.548,6	4.329,2	22.186,8	44.768,1	126.587,0
Realizações no Período	5.995,8	5.034,4	1.562,7	4.517,2	3.276,4	6.037,8	7.231,4	11.484,1	10.377,6
Stock do IDE	-	-	-	-	-	26.424,3	33.655,7	45.139,8	55.517,4

Fonte: BCV, Boletim Estatística 2007, p. 10 e 2008, p. 10.

A evolução dos projectos aprovados (*montantes certificados*) tal como os fluxos de entrada do IDE (*realização no período*) apresenta-nos, de forma geral, positiva. É de

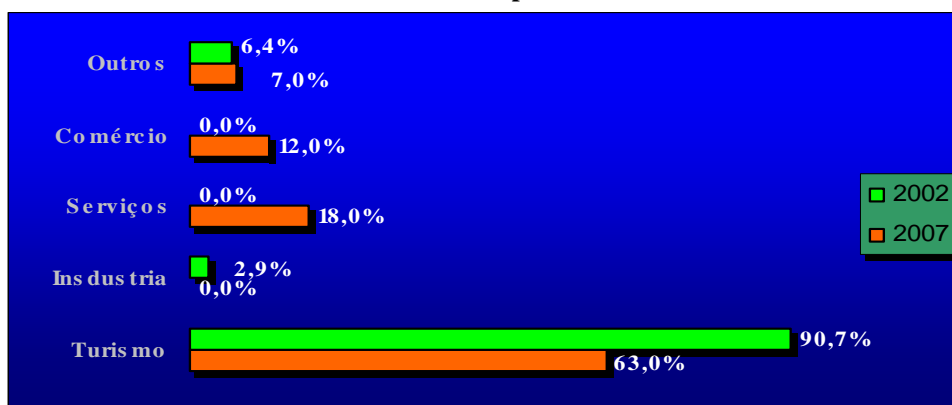
observar, no entanto, uma desaceleração do IDE a partir de 2000, registando uma efectiva retoma quatro anos depois. Este cenário deveu-se, segundo o DGP (Anexo II, p. 6), a conjuntura financeira pelo qual vivia o país no que concerne à respectiva dificuldade em satisfazer as suas obrigações no quadro do serviço da dívida e ao deficit de reservas relativamente à divisas.

Os projectos aprovados em 2007 cifram-se em 126,6 mil milhões CVE, montante que até então não houve registo na evolução do IDE em CV, sofrendo um aumento de cerca de 183%, comparativamente ao ano anterior. Em entrevista com a CI (Anexo I, p.1) ficou claro que esta evolução não é pontual, na medida em que acreditam que em 2008, atendendo aos registos até a data efectuados, o montante verificado no ano anterior será ultrapassado.

Embora devamos chamar atenção sobre o fluxo real do IDE (inclui lucros reinvestidos), que apesar de registar uma evolução bastante positiva, não acompanha a evolução dos *montantes certificados*, ficando-se pelos 10,4 mil milhões CVE em 2007, que, juntamente, com os fluxos dos anos precedentes acumulam um stock de 55,5 mil milhões CVE (Tabela 10).

A dinâmica do IDE em CV é, fundamentalmente, impulsionada pelo turismo. O gráfico, que apresentamos de seguida, mostra-nos o peso desse sub-sector no total dos fluxos do IDE realizados em 2002 e 2007.

Gráfico 2 – Fluxos do IDE por Sector 2002 e 2007



Fonte: Elaboração própria a partir de estatísticas de BCV

É de notar, no entanto, que em 2007, o turismo é responsável por 63,0% do total dos fluxos, contra os 90,7% verificados cinco anos atrás. Tal facto deve-se, essencialmente,

a aposta nos serviços e no comércio, que acreditamos ter ocorrido como consequência do desenvolvimento do turismo no arquipélago.

Cabo Verde, pela situação geográfica, clima, cultura e conjuntura económica, tem potencialidade em oferecer diversos produtos turísticos, nomeadamente turismo balnear, turismo rural, turismo de negócio, turismo cultural, turismo sénior e eco-turismo (Anexo I). No período de 2002 à 2007, verifica-se uma predominância do turismo balnear e do turismo de negócio. Como consequência, as ilhas Sal e Santiago são as que atraem o maior fluxo do IDE em CV, como poderemos observar na tabela que segue.

Tabela 11 – Fluxo do IDE por Ilha de Destino, 2002-2007 (em percentagem)

Ilha	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Santo Antão	0,0	0,0	0,0	6,3	0,1	0,0
São Vicente	3,9	1,9	7,7	1,8	13,8	1,2
São Nicolau	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sal	95,9	3,4	18,3	6,8	65,3	30,9
Boa Vista	0,0	0,7	0,0	0,1	0,1	25,2
Maio	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Santiago	0,0	94,0	74,0	85,0	20,8	42,7
Fogo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Brava	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: BCV, Boletim Estatística 2007, p. 10 e 2008, p. 10.

São Vicente, caracterizada como a ilha da cultura, tem atraído algum IDE, mantendo-se constante ao longo dos anos. Contrariamente, a ilha de Boa Vista apenas muito recentemente tem atraído IDE, embora de forma muito acentuada, representando 25,2% do IDE realizado em 2007, oferecendo o mesmo produto que a ilha do Sal, dado as suas características naturais serem semelhantes.

Como promotores dos IDE realizados em CV, países como Portugal, Espanha e Itália destacam-se como os principais países de origem no período de 2002 à 2007 (Tabela 12).

Tabela 12 – Fluxo do IDE por Países de Origem, 2002-2007 (em percentagem)

País de Origem	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Angola	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	7,0
Bélgica	6,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Espanha	0,0	6,5	66,8	3,0	29,7	25,9
França	0,0	0,4	0,5	4,0	0,4	0,0
Itália	89,5	4,0	4,5	6,7	0,9	0,0
Portugal	3,9	87,4	22,9	83,5	19,4	20,7
Rússia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	9,7
Senegal	0,0	0,1	0,0	0,3	0,1	0,0
Outros	0,2	1,6	5,0	2,6	49,5	36,7

Fonte: BCV, Boletim Estatística 2007, p. 10 e 2008, p. 10.

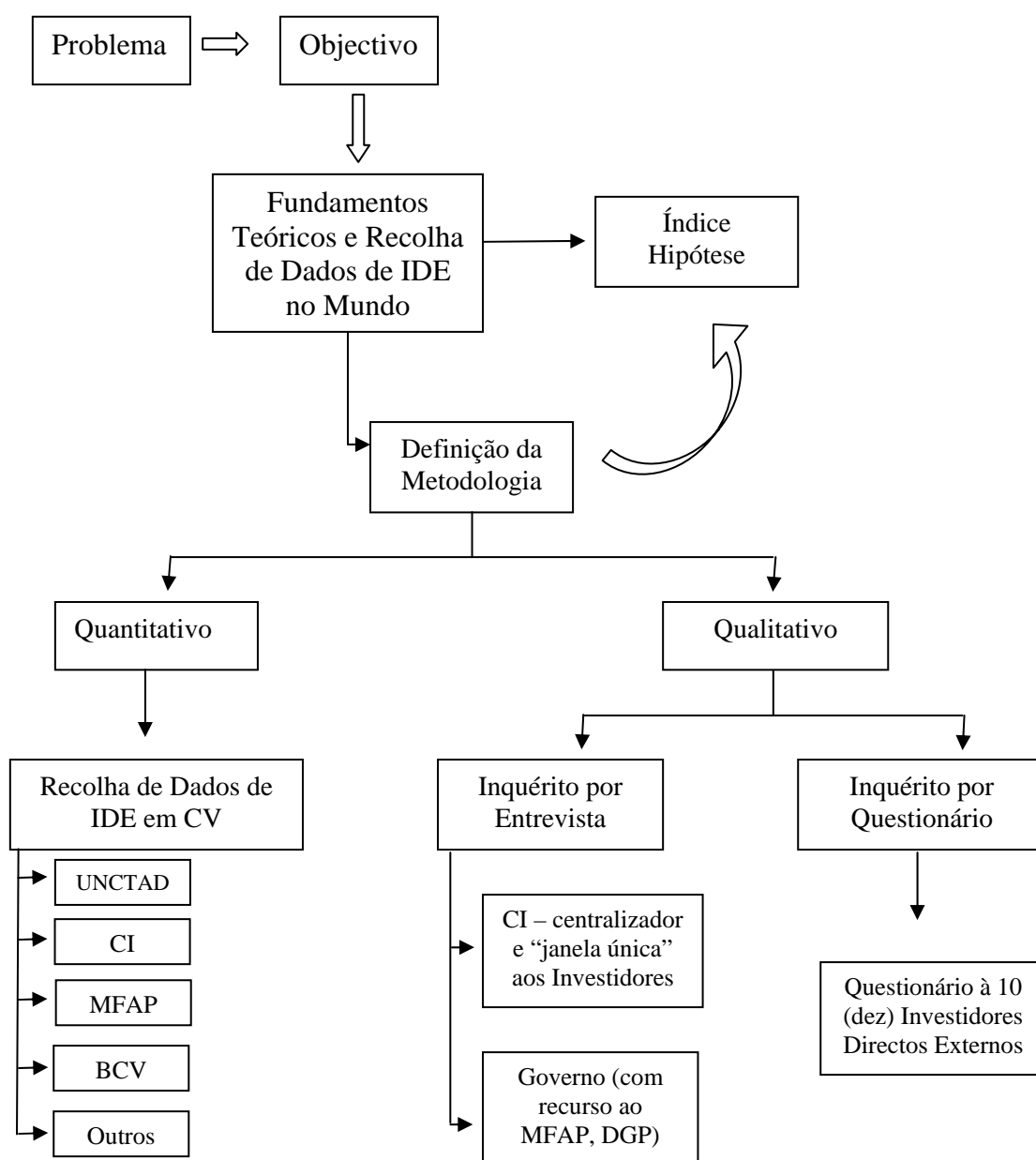
A CI (Anexo I, p. 1) tem registado factos que alteram este quadro, tendo em conta que projectos recentes apontam Reino Unido e Irlanda como os principais países de origem de IDE em CV nos próximos anos.

CAPÍTULO IV – PROCEDIMENTOS DOS TRABALHOS DE INVESTIGAÇÃO

1. Planificação

Pensamos ser pertinente, antes da apresentação dos pontos subsequentes, traçar uma breve ideia do trabalho desenvolvido até então, em termos de pesquisa. Pelo que entendemos ser mais elucidativa, para ilustrar todo o processo de pesquisa e recolha de dados/informações que materializou esta dissertação, a figura 2, que segue:

Figura 2 – Processo de Pesquisa e Recolha de Dados de Materialização do Estudo



Fonte: Concepção própria

Relembremos que o objectivo do presente trabalho é saber se as medidas que CV tem empreendido para atrair o IDE são suficientes ou os números poderiam estar melhores. Neste sentido, temos dois sub-objectivos a atender:

- i. A evolução do IDE em CV e os instrumentos de atracção do IDE utilizados pelo Governo.
- ii. A percepção e os motivos dos investidores externos que apostaram em CV.

Os pontos que antecederam a este concentraram-se no primeiro sub-objectivo e tiveram como base tanto o método quantitativo (histórico) como também o método qualitativo, baseado em duas entrevistas (Anexo I e Anexo II), que foram fundamentais para o fornecimento de contactos, dados e documentos chaves que nos deram a conhecer a realidade e os desafios de CV. Nesta perspectiva, os indivíduos escolhidos foram:

- i. O presidente de CI, tendo em conta os estatutos da organização que preside e como intermediário entre o Governo e os investidores externos.
- ii. Director Geral do Plano, que pela função que desempenha, se encontra enquadrado perante as realizações e estratégias de CV. Para além do que, é um dos membros da Comissão de Investimento Externo e da Zona Franca.

Nos pontos subsequentes concentraremos no segundo sub-objectivo, cujo instrumento de pesquisa foi a aplicação de um questionário a investidores externos em CV.

2. Instrumento Metodológico

Greenwood (1965) aponta três métodos de investigação empírica, a saber: o método experimental, o de medida e o método de casos.

Considerando o objectivo de conhecer a percepção dos investidores externos que apostam em CV, factores como o tamanho da população e a insularidade do país em análise, a disponibilidade dos investidores externos conjugados com o factor tempo foram os pesos que levou-nos a decidir pelo método dos casos. Pelo que a análise da percepção dos investidores externos relativamente aos incentivos e ambiente de negócio

de CV, terá como base apenas alguns casos dessa categoria, que veremos mais adiante aquando da apresentação da amostra.

A técnica de investigação que recorreremos para o estudo dos casos foi a entrevista inquérito/questionário, pelos mesmos argumentos que nos levou a escolher o método em causa, acrescido, ainda, da falta de disponibilidade dos sujeitos em estudo.

2.1. Organização e Estrutura do Questionário

O enquadramento teórico e os dados/informações, até então referenciados no presente estudo, conjugados com a questão que factores atraem o IDE em CV, determinou a estrutura do questionário que utilizamos no presente estudo. É de referir, ainda, que ao longo da apresentação da estrutura do questionário fomos efectuando o enquadramento teórico, tendo em consideração a revisão teórica exposta no capítulo I.

Aquando do estudo de técnicas na disciplina de Seminário e Investigação ficou claro que mais de 90% dos questionários pretendidos já existem. Pelo que, efectuamos pesquisas neste sentido, obtendo resultados óptimos ao depararmo-nos com um questionário que abordava, de uma forma quase exacta, os pontos pretendidos por nós, embora objecto de um estudo com finalidades diferentes – “A Importância do Mercado Cabo-verdiano para as Empresas Canárias”. O questionário em causa foi elaborado pelos membros especializados da área de internacionalização e comércio externo da Africainformarket, tendo em consideração recomendações e sugestões de diversos especialistas e empresários envolvidos no âmbito do estudo.

Tendo em linha de conta os nossos objectivos, efectuamos ajustes ao questionário concebido por Africainformarket⁷, reduzindo blocos e retirando questões que estruturavam o questionário inicial, alterando alguns conceitos na nossa conveniência e procedendo à actualização de algumas variáveis.

⁷ “Inquérito sobre a Opinião das Empresas Canárias Instaladas em CV”, promovido pela Câmara de Comércio das Canárias, Governo de Canárias e Proexca, Dezembro de 2004. www.africainformarket.org/aim/AIM/published/DEFAULT/paginas/34866-Portugus/4175_documento_5242_4.pdf

Assim sendo, o questionário utilizado no presente trabalho (Anexo V) está estruturado em quatro blocos, tal como segue:

- ✓ Bloco I – Identificação da Empresa que procura obter informações relativas à empresa entrevistada no que concerne a denominação comercial, direcção, telefone, pessoa contacto, sector, natureza jurídica e âmbito geográfico. Tendo em conta o objectivo do estudo, tais dados não serão objecto de análise. Sendo sim importantes para efeito de elaboração de uma base de dados e contactos em caso de necessidade ao longo da elaboração da dissertação.
- ✓ Bloco II – Iniciativa de Investir em Cabo Verde, bloco que avalia o processo que levou a decisão de se investir em Cabo Verde, contendo considerações teóricas no âmbito dos determinantes tanto a nível económico (busca de mercados) como político do IDE, vistos no ponto 3 do Capítulo I. Este bloco é composto por três questões, das quais uma integra uma sub-questão, como segue

Tabela 13 – Variáveis da Iniciativa de Investir em CV

N.º Pergunta	Variável	Tipo
4	Motivos para se estabelecer em CV	Numérica, 14 categorias
5	Experiência prévia em CV	Dicotómica
5.b	Tipo de experiência prévia	Numérica, de 3 categorias
6	Fontes de informação utilizada	Numérica, de 7 categorias

Fonte: Concepção própria, partindo de Câmara de Canárias (2004)

- ✓ Bloco III – Início do Negócio composto por uma única pergunta que pretende obter a avaliação pessoal do inquirido sobre as formalidades administrativas aquando da constituição de uma empresa em CV.

Neste bloco, as sete variáveis são medidas com recurso a uma escala tipo *Likert*, onde o inquirido expõe a sua experiência pessoal num intervalo de 5 posições, atendendo ao seguinte quadro:

Tabela 14 – Significado da Escala de Likert

Escala	Significado
1	Muito Baixo
2	Baixo
3	Médio
4	Alto
5	Muito Alto

Fonte: Concepção própria

- ✓ Bloco IV – Operatividade do Negócio face aos recursos e meios oferecidos por CV, que são representados em 7 grupos, nomeadamente, Construção, Infraestruturas, Mão-de-obra, Profissionais Externos, Transportes, Regime Fiscal e, por último, um grupo residual, denominado de “Outros”. As 38 variáveis que compõem os referidos grupos servirão de instrumento de avaliação pessoal dos inquiridos sobre as suas experiências relativamente aos diferentes factores que têm impactos directa ou indirectamente no desenvolvimento da respectiva empresa. É de notar que em complemento ao bloco I, o presente bloco avalia a percepção dos investidores relativamente aos factores determinantes do IDE apresentados por Dunning (2004) a nível económico (busca de recursos, eficiência e activos estratégicos), a nível político e de promoção de negócios.

Tal como no bloco anterior, as variáveis são de natureza qualitativa, pelo que, também, serão medidas com recursos a escala de *Likert*.

2.2. Definição da Amostra

Um investidor reconhecido como externo, em CV, passa, necessariamente, pela CI para a obtenção do correspondente estatuto, referido anteriormente. Consequentemente, a CI é a entidade em CV que gere a base de dados dos IDE. Neste sentido, solicitamos a base de dados da população dos investidores externos a esta instituição que, prontamente, nos forneceu.

Após análise da referida base de dados, ficou clara a impossibilidade do estudo da população, tendo em conta a respectiva dimensão, a desagregação do território nacional e o tempo disponível. Os mesmos argumentos serviram de inibição relativamente a uma amostra representativa, sendo agravada, ainda, pela falta de disponibilidade dos investidores externos (ou mesmo seus representante), para a colaboração no preenchimento do questionário, indisponibilidade esta que constatamos aquando da sondagem da aplicação do questionário.

Tais factos determinaram a unidade de observação do presente estudo e a utilização de uma amostragem não probabilística, pelo que a nossa amostragem é constituída por dez casos de investidores directos externos, escolhidos tendo como base os critérios que, ao nosso ver, influenciam a visão e a experiência de um investidor em CV, tendo em atenção os ponto que seguem:

- A dimensão, pelos recursos e custos que acarreta.
- O âmbito geográfico, tendo em conta que dependendo da localização do empreendimento face a problemática da infra-estruturação do país, determina o acesso de serviços.
- O sector, considerando os benefícios fiscais atribuído a alguns sectores.

Assim sendo a nossa amostra foi definida (Anexo VI), como segue:

- Dimensão do investimento, considerando um projecto de grande e outro de pequena dimensão.
- Âmbito geográfico, incorporando um projecto que actua em todo o território nacional, outros apenas numa única ilha, sendo de considerar Sal, São Vicente, Santiago, Boa Vista e Maio.
- Finalmente, o sector inserido, considerando os três sectores com maior peso no IDE, nomeadamente, pela ordem decrescente, turismo, serviços e indústria.

O critério pelo qual foi seleccionado um elemento da amostra não impede que tenha características que enquadra nos restantes critérios.

De referir, ainda, que a amostra definida pelos critérios anteriormente apontados, foram retiradas da população dos IDE que empreenderam projectos no período de 2000 à 2006.

2.3. Recolha de informação

O facto de termos em mãos a base de dados dos investidores externos em CV, fornecida pela CI, fez-nos alimentar a possibilidade de aplicar o estudo numa amostra representativa, atendo ao período 2001 à 2006. Esta expectativa foi abafada aquando do primeiro contacto estabelecido com as empresas de capital externo, por telefone, com a finalidade de conhecer a disponibilidade das mesmas. Foi então que surgiu as primeiras barreiras, sendo que por motivos vários, a maioria dos investidores externos contactados alegaram indisponibilidade.

Pelo que na impossibilidade de reunir elementos para uma amostra representativa, achamos por bem empreender o estudo tendo como base a amostra apresentada no sub-ponto anterior.

Mesmo perante uma amostra tão pequena as dificuldades não desapareceram, persistindo, ainda, a barreira da disponibilidade de alguns elementos integrantes da nossa amostra. A falta de disponibilidade, neste último caso, não se devia a falta de vontade em colaborar, mas sim a necessidade dos investidores estarem, constantemente, em viagem, para além do facto de serem poucos os investidores que residem em CV. Poderíamos, sem dúvida, tomar o depoimento dos responsáveis máximos em CV (o que aconteceu em alguns casos), mas em várias situações os gerentes ou os colaboradores que reportavam directamente aos investidores em causa admitiam não terem informações suficientes para o preenchimento fidedigno do questionário proposto.

Finalmente, os questionários foram entregues pessoalmente nas ilhas de São Vicente e Santiago e via e-mail às ilhas do Sal e Boa Vista em meados do mês de Agosto. Posteriormente – após vários contactos quer por telefone, e-mail ou pessoalmente – foram recolhidos os questionários devidamente preenchidos, numa média de 20 dias. A recolha dos referidos questionários foram efectuados conforme conveniência de cada inquirido, verificando-se através de deslocação pessoal, via fax ou e-mail. Aquando da recolha contei com a ajuda de duas pessoas, encontrando-se uma na ilha de São Vicente e outra na ilha de Boa Vista.

Após a recolha dos questionários, estes foram tratados com recurso ao software Excel, a partir de onde criamos uma base de dados e realizamos o apurando dos principais resultados estatísticos.

CAPÍTULO V – RESULTADOS

Os resultados estatísticos do instrumento de recolha de opinião dos investidores externos, observado no sub-ponto 2.1 do capítulo precedente, são expostos e analisados no presente capítulo. Embora, mais uma vez chamamos atenção que os resultados aqui obtidos não poderão ser extensivos a população.

O bloco I não será analisado, uma vez que comporta apenas informações que caracterizam a nossa amostra e para efeitos de organização da Base de Dados. Contrariamente, os restantes três blocos – que avaliam a opinião dos investidores sobre diferentes factores que determinam o IDE no país hospedeiro, tendo em conta o capítulo I – serão objecto de análise, seguindo-se apresentados pela mesma estrutura verificada no questionário (Anexo V).

1. Bloco II – Iniciativa de Investir em CV

A iniciativa de investir em Cabo Verde é ponderada com três questões relativamente aos motivos, as experiências e as fontes de informação, que incentivou os investidores externos apostarem em CV.

Como razões de **motivação** para se estabelecer em CV, os inquiridos elegeram quatro das quinze opções, pela ordem decrescente: *oportunidade de negócio* com 18,4%, seguida pela *estabilidade política do país* com 15,8%, *estabilidade do mercado cabo-verdiano* com 13,2% e *crescimento externo da empresa* com 10,5%.

Tabela 15 – Motivos de Estabelecer-se em CV

Item	Descrição	Peso (%)
1	Expansão/crescimento externo da empresa	10,53%
2	Mercado/sector em expansão	5,26%
3	Proximidade geográfica do país de origem	5,26%
4	Busca de mercados alternativos	5,26%
5	Estabilidade do mercado cabo-verdiano	13,16%
6	Zona de elevada atracção turística	5,26%
7	Segurança e credibilidade dos contractos	0,00%
8	Oportunidade de negócio	18,42%
9	Mercado atractivo	0,00%
10	Economia Emergente	2,63%
11	Estabilidade política do país	15,79%
12	Condições naturais do país	7,89%
13	Mercado com pouca concorrência	5,26%
14	Incentivos Fiscais	5,26%

Fonte: Concepção própria

Sendo, ainda de destacar a importância da variável *condições naturais do país*, que teve um peso de 7,9% na decisão do investidor estabelecer-se no mercado cabo-verdiano.

A *segurança e credibilidade dos contratos* e o *mercado atractivo* foram duas variáveis sem qualquer impacto na decisão dos inquiridos investirem em CV.

Relativamente a questão 5, 70,0% dos investidores externos inquiridos não tinham qualquer **experiência no mercado de CV** antes de empreender os seus projectos de forma definitiva.

Gráfico 3 – Experiência Prévia em CV

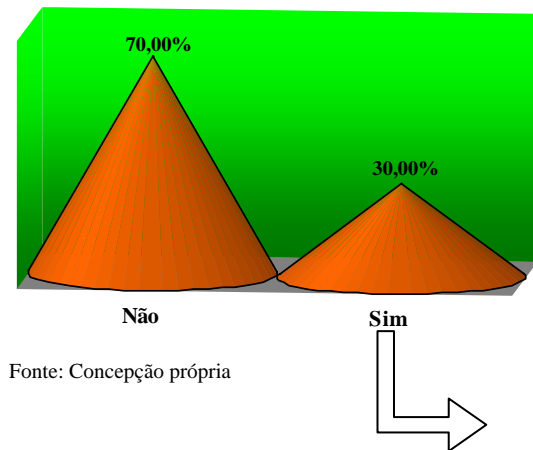
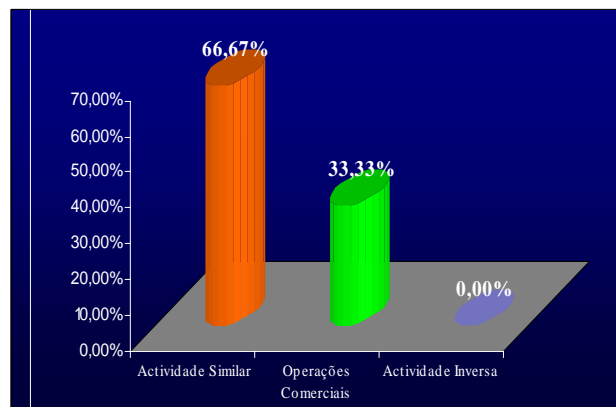


Gráfico 4 – Tipo de Experiência Prévia



Podemos, ainda, observar que dos outros 30% com experiência prévia em CV, 66,7% já detinham experiência em actividades similares em Cabo Verde e 33,3% já havia realizado operações comerciais no país.

Relativamente as **fontes de informação** sobre o mercado cabo-verdiano, 42,8% dos inquiridos apontam *visitas ao país* como principal meio de recolha de informação. As agências de promoção seguem em segundo lugar com 28,6%.

Tabela 16 – Fontes de Informação Acerca de CV

Item	Descrição	Peso (%)
1	Visitas ao País	42,86%
2	Consulado de CV no país de origem	0,00%
3	Câmaras de Comércio	4,76%
4	CV Investimentos/PROMEX	28,57%
5	Contactos Pessoais	9,52%
6	Feiras	4,76%
7	Meios de Comunicação	9,52%

Fonte: Conceção própria

De forma menos expressiva, os investidores inquiridos servem-se dos contactos pessoais (9,52%), dos meios de comunicação (9,52%), das feiras (4,76%) e das câmaras de comércio (4,76%) para obterem informação acerca de CV.

Nenhum dos investidores externos inquiridos recorreu ao consulado de CV no seu país de origem para solicitar informação sobre o arquipélago.

2. Bloco III – Início do Negócio

A experiência dos inquiridos na implementação dos seus projectos em CV é avaliada, de uma forma geral, à volta do nível 3, numa escala de 1 a 5, representando uma satisfação média.

Os *custos das formalidades administrativas*, de entre as 6 variáveis, é a que apresenta o melhor grau de satisfação (valor médio de 3,33), opinião partilhada de forma homogénea entre os inquiridos (desvio-padrão de 0,5).

Tabela 17 – Avaliação da Formalidade para Constituir uma Empresa em CV

Item	Variáveis	Estatística			
		Média	Mediana	Moda	Desvio Padrão
1	Clareza dos passos administrativos	2,70	3,00	3,00	0,95
2	Complexidade dos formulários	3,30	3,00	3,00	0,67
3	Duração das formalidades administrativas	3,30	3,50	2,00	1,49
4	Custos das formalidades administrativas	3,33	3,00	3,00	0,50
5	Dispersão das administrações de inscrição	2,70	3,00	3,00	0,82
6	Assistência das administrações	2,60	2,50	2,00	0,70

Fonte: Conceção própria

A *claridade dos passos administrativos* (valor médio de 2,7), a dispersão (2,7) e a assistência (2,6) das administrações são avaliadas de forma negativa por parte dos inquiridos, fixando-se abaixo da média geral.

A variável *duração das formalidades administrativas*, embora apresente um valor médio de 3,30, não é apreciada de forma homogénea entre os inquiridos (desvio-padrão de 1,46), sendo ainda de salientar que o nível de satisfação mais observado é o baixo (moda de 2).

3. Bloco IV – Operatividade do Negócio

O último bloco avalia a experiência e a opinião dos inquiridos relativamente aos diferentes factores que influenciam o desenvolvimento da sua actividade, atendendo as variáveis ao nível de construção, infra-estruturas, mão-de-obra, profissionais externos, transportes, regime fiscal, entre outros aspectos. Tal como no bloco anterior, o grau de satisfação é avaliado num intervalo de 1 à 5.

O grau de satisfação dos inquiridos estrangeiros face a **construção** em CV apresenta-se, de forma geral, como aceitável (valor médio geral próximo do nível 3).

A *disponibilidade de terrenos* é a variável que se destaca como a mais positiva, sendo que com um desvio padrão relativamente aceitável, apresenta o nível 4 na maior parte das observações. Os preços dos terrenos e de renda são avaliados com o grau médio de satisfação pela maioria dos inquiridos.

O grau de satisfação relativamente a *acessibilidade à empresas de construções locais e disponibilidade de estabelecimentos e pavilhões para arrendamento* é baixo, onde quer a mediana como a moda fixaram-se no nível 2.

Tabela 18 – Grau de Satisfação em Relação à Construção em CV

Item	Variáveis	Estatística			
		Média	Mediana	Moda	Desvio Padrão
1	Disponibilidade de terrenos	3,22	3,00	4,00	0,97
2	Preços dos terrenos	3,00	3,00	3,00	0,87
3	Acessibilidade à empresas construtoras locais	2,44	2,00	2,00	1,01
4	Disponibilidade de estabelecimentos e pavilhões para arrendamento	2,11	2,00	2,00	0,60
5	Preços de renda	3,00	3,00	3,00	1,00

Fonte: Conceção própria

Os resultados estatísticos das variáveis que avaliam o grau de satisfação dos inquiridos relativamente às **infra-estruturas** em CV no que concerne a água, a electricidade e a comunicação são negativos.

A instalação da rede eléctrica e do serviço de água são as mais flagrantes, registando ambos um valor médio de 2. Relativamente a primeira variável, alguns inquiridos manifestaram um grau de satisfação muito baixo (moda de 1).

Tabela 19 – Grau de Satisfação em Relação à Infra-estrutura em CV

Item	Variáveis	Estatística			
		Média	Mediana	Moda	Desvio Padrão
1	Instalação de telefone/fax	2,89	3,00	4,00	1,05
2	Instalação da rede eléctrica	2,00	2,00	1,00	1,05
3	Instalação do serviço de água	2,00	2,00	2,00	0,94
4	Instalação de Internet	2,50	2,50	3,00	0,85

Fonte: Conceção própria

O grau de satisfação no âmbito dos **recursos humanos** de uma forma geral é médio. De destacar que esta opinião é partilhada de forma homogénea entre os inquiridores em todas as variáveis (coluna de desvio-padrão na Tabela 20).

O custo médio e a acessibilidade ao mercado de trabalho destacam-se, ligeiramente, das outras duas restantes variáveis. As habilitações médias da mão-de-obra em CV, embora tenha registado um valor médio próximo de 3, o nível mais elegido foi o de satisfação baixa (moda de 2).

Tabela 20 – Grau de Satisfação em Relação à Mão-de-obra em CV

Item	Variáveis	Estatística			
		Média	Mediana	Moda	Desvio Padrão
1	Habilitações médias	2,70	2,50	2,00	0,82
2	Custo médio	2,90	3,00	3,00	0,88
3	Produtividade média	2,70	3,00	3,00	0,48
4	Acessibilidade ao mercado de trabalho	3,00	3,00	3,00	0,87

Fonte: Conceção própria

As variáveis pelas quais os inquiridos avaliaram os serviços dos **profissionais externos** apresentam resultados estatísticos distintos sendo de destacar positivamente os honorários (valor médio de 3,40), seguido pela qualidade do serviço (valor médio de 3,00). Não muito satisfeitos se encontram os inquiridos relativamente a acessibilidade de assessores de todo o tipo (média de 2,56).

Tabela 21 – Grau de Satisfação em Relação à Profissionais Externos em CV

Item	Variáveis	Estatística			
		Média	Mediana	Moda	Desvio Padrão
1	Qualidade do Serviço	3,00	3,00	4,00	1,05
2	Honorários	3,40	4,00	4,00	1,17
3	Acessibilidade e assessores de todo o tipo	2,56	3,00	3,00	1,01

Fonte: Concepção própria

O grau de insatisfação é patente em todos os meios de **transporte** em CV, registando apenas duas situações de satisfação de grau médio, nomeadamente, as variáveis relativas às tarifas portuárias (valor médio de 3,38) e de transporte aéreo (valor médio de 3,22).

As variáveis do transporte marítimo são as que geram menor satisfação nos inquiridos aproximando-se do grau muito baixo de satisfação, mais especificamente *transporte interno – redes de distribuição insulares* (valor médio de 1,50), *transporte marítimo – serviços portuários* (valor médio de 1,63) e *transporte marítimo – frequências* (valor médio de 1,63).

Tabela 22 – Grau de Satisfação em Relação ao Transporte em CV

Item	Variáveis	Estatística			
		Média	Mediana	Moda	Desvio Padrão
1	Transporte interno – Redes de distribuição terrestre	2,33	2,00	1,00	1,41
2	Transporte interno – Redes de distribuição insulares	1,50	1,00	1,00	0,76
3	Transporte marítimo – Serviços portuários	1,63	1,00	1,00	1,06
4	Transporte marítimo – Tarifas portuárias	3,38	3,50	4,00	1,19
5	Transporte marítimo – Operadores portuários	2,00	1,00	1,00	1,53
6	Transporte marítimo – Frequências	1,63	1,00	1,00	1,06
7	Transporte aéreo – Ligação entre ilhas	2,44	3,00	3,00	1,01
8	Transporte aéreo – Ligações com Europa	2,22	2,00	2,00	0,97
9	Transporte aéreo – Ligações com América	1,75	1,50	1,00	0,89
10	Transporte aéreo – Ligações com África	2,00	2,00	1,00	1,07
11	Transporte aéreo – Tarifas	3,22	4,00	4,00	1,48
12	Transporte aéreo – Frequências	2,25	2,50	3,00	0,89

Fonte: Concepção própria

O regime fiscal do arquipélago é bem aceite pelos investidores externos inquiridos. As variáveis relativas as taxas alfandegárias, os incentivos fiscais e os requisitos legais para exportar foram avaliados ligeiramente acima do nível médio. Contrariamente, a *facilidade de entrada e saída de mercadoria pela Alfândega* foi objecto de apreciação negativa, sendo que a sua avaliação aproxima-se, em termos médios, mais do grau de

satisfação baixo do que o do médio, opinião homogénea entre os inquiridos (desvio-padrão de 0,88).

Tabela 23 – Grau de Satisfação em Relação ao Regime Fiscal em CV

Item	Variáveis	Estatística			
		Média	Mediana	Moda	Desvio Padrão
1	Taxas alfandegárias	3,22	4,00	4,00	1,56
2	Facilidade de Entrada e saída de mercadoria pela Alfândega	2,44	2,00	2,00	0,88
3	Requisitos legais para exportar	3,17	3,00	3,00	0,75
4	Incentivos fiscais	3,20	3,00	3,00	1,32

Fonte: Conceção própria

Relativamente aos **outros aspectos** avaliados, o grau de satisfação oscila ligeiramente dependendo da variável, sendo que o valor médio geral ronda o nível 3 da escala.

A *convertibilidade da moeda* destaca-se pela positiva com um valor médio de 3,44, seguida pela disponibilidade de divisas com 3,28. Esta última variável não foi respondida por todos os inquiridos como podemos observar pela moda (4,00) e pela mediana (3,50).

Tabela 24 – Grau de Satisfação em Relação à Outros Aspectos em CV

Item	Variáveis	Estatística			
		Média	Mediana	Moda	Desvio Padrão
1	Convertibilidade da moeda	3,44	3,00	3,00	0,73
2	Disponibilidade de divisas	3,38	3,50	4,00	0,74
3	Repatriação de benefícios	2,75	3,00	3,00	0,71
4	Formas e facilidades para cobrar no mercado	3,00	3,00	3,00	0,53
5	Créditos comerciais e facilidades de pagamento	2,89	3,00	3,00	0,33
6	Funcionamento do sistema financeiro	2,80	3,00	3,00	0,42

Fonte: Conceção própria

A variável menos apreciada pelos inquiridos foi a relativa a repartição dos benefícios, com um valor médio de 2,75.

CAPÍTULO VI – DISCUSSÃO, CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Discussão

Os incentivos e o ambiente oferecidos por CV têm sido suficientemente eficientes para atrair o IDE ou os números poderiam estar melhores?

Partimos desta questão para fundamentar e estruturar o presente trabalho, com um objectivo final de a converter – a questão – numa afirmação pela positiva ou pela negativa.

Pela caracterização de CV, apresentada no Capítulo III, conseguimos ter uma clara percepção acerca da estabilidade política e económica do país; para além das suas riquezas, em termos de recursos humanos e recursos intangíveis, advindas do seu clima e da sua localização geográfica. Por outro lado, identificamos factores negativos que determinam a fragilidade e a dependência do arquipélago relativamente ao exterior, como a sua estrutura territorial, em termos de dimensão e fragmentação, e a inexistência de riquezas naturais.

Esses factores fazem-nos aperceber da relevância do IDE para a economia de CV e, ainda, dá-nos alguns indicadores das condições do país em atrair esse recurso, tendo em conta a revisão da literatura apresentada no Capítulo I. Outros factores determinantes na atracção do IDE são apresentados no sub-ponto 4.1 do Capítulo III, como os acordos bilaterais (BITs) e de dupla tributação (DTTs) celebrados com outros países, que conferem maior segurança ao investidor externo; a adesão aos agrupamentos económicos e aos grandes organismos internacionais – nomeadamente MIGA, OMC e as boas relações e parcerias com a UE – que dotam o país de maior credibilidade ao nível internacional e, conseqüentemente, junto aos investidores externos; os incentivos atribuídos aos investidores externos, enquanto tal e outros relativos a sectores específicos de actividade; finalmente, o ambiente que o investidor externo se depara aquando do estabelecimento do seu projecto em CV, tendo em conta os procedimentos que terá de atender e aos apoios que lhe são oferecidos no arquipélago.

A partida, podemos dizer que os reflexos desses determinantes do IDE apresentam-se com uma certa eficiência tendo em conta os dados apresentados no sub-ponto 4.2 do Capítulo III, que denunciam uma evolução positiva do IDE em CV. Sendo necessário

referir que essa evolução tem-se acentuando nos últimos anos. No entanto, ao efectuarmos uma superficial comparação entre o período da implementação das medidas de atracção de IDE (maioritariamente nos anos 90) relativamente aos períodos onde se registam os maiores fluxos de IDE em CV (2006 e 2007), há um desfasamento temporal, que não nos permite afirmar que existe uma relação directa, como, a partida, é de se esperar.

De notar, ainda, que dos nove países com os quais CV assinou acordos bilaterais para promoção e protecção dos investimentos (BITs), apenas dois, Portugal e Itália, apresentam-se como os principais países de origem dos fluxos do IDE em CV, como podemos constatar no sub-ponto 4.2 do Capítulo III. Por outro lado, a Espanha, país que não integra os acordos de promoção e protecção dos investimentos, surge como um dos principais países de origem dos fluxos do IDE em CV.

Tendo como ponto de partida a revisão teórica, colocamos sobre apreciação de dez distintos investidores externos o ambiente de negócio e os incentivos oferecidos por CV (Capítulo IV e V). Embora alguns resultados não tenham representado surpresa, considerando o nosso prévio conhecimento dos principais constrangimentos do país (ponto 1 e 2 do Capítulo III), outros, por sua vez, foram reveladores.

Importa chamar a atenção para o facto de que a amostra não probabilista, em uso na presente dissertação, não nos permite efectuar conclusões generalistas, contudo, pelo critério utilizado para a selecção da amostra, essas conclusões podem dar-nos orientações claras, no âmbito da população, no que concerne as questões aos investidores externos, relativamente aos motivos de investir em CV e ao ambiente a desenvolver o respectivo negócio, encontrado no arquipélago.

As opiniões recolhidas da nossa amostra de investidores externos apontam como principais razões para investir em CV – pela ordem decrescente – a oportunidade de negócio, a estabilidade política do país, a estabilidade do mercado cabo-verdiano, a expansão e crescimento externo da empresa e as condições climáticas. Os incentivos fiscais foram cotados em 5.º lugar, com mais cinco outras variáveis, denunciando uma influência não muito relevante na decisão dos inquiridos em investir no mercado cabo-verdiano – contrariamente ao que era de se esperar tendo em conta o quadro dos incentivos empreendidos por CV na atracção do IDE.

Sendo que 70% dos inquiridos não tinham qualquer experiência prévia no mercado cabo-verdiano, o meio mais privilegiado de recolha de informações sobre o arquipélago foi através de deslocação ao país em visita. A segunda opção, como principal fonte de informação sobre CV, é a CI (ou PROMEX), o que confirma o impacto positivo da criação da CI, como uma janela única de apoio e fomentação ao investimento no país.

No âmbito do tipo de determinantes do IDE apontados pelo modelo de Dunning (2004), no Capítulo I, os dois parágrafos anteriores fazem menção a determinantes a nível económico – cingindo-se a estratégia da “busca de mercados” –, político e de promoção de negócios. Tendo em conta o referido modelo, efectuamos um enquadramento das dez variáveis mais e outras dez menos apreciadas pelos inquiridos, no âmbito da constituição de uma empresa e da operatividade do negócio em CV, na tabela que segue.

Tabela 25 – Enquadramento do Tipo de Determinantes em CV que Influenciam os Inquiridos

Os Dez Aspectos Melhor Avaliados	Média	Tipo Determinante	Os Dez Aspectos Pior Avaliados	Média	Tipo Determinante
Convertibilidade da moeda	3,44	Político	Transporte interno – Redes de distribuição insulares	1,50	Económico – Activos Estratégicos
Honorários	3,40	Económico – Recursos	Transporte marítimo – Serviços portuários	1,63	Económico – Activos Estratégicos
Transporte marítimo – Tarifas portuárias	3,38	Político	Transporte marítimo – Frequências	1,63	Económico – Activos Estratégicos
Disponibilidade de divisas	3,38	Político	Transporte aéreo – Ligações com América	1,75	Económico – Activos Estratégicos
Custos das formalidades administrativas	3,33	Promoção de Negócios	Instalação da rede eléctrica	2,00	Económico – Activos Estratégicos
Complexidade dos formulários	3,30	Promoção de Negócios	Instalação do serviço de água	2,00	Económico – Activos Estratégicos
Duração das formalidades administrativas	3,30	Promoção de Negócios	Transporte marítimo – Operadores portuários	2,00	Económico – Activos Estratégicos
Disponibilidade de terrenos	3,22	Económico – Recursos	Transporte aéreo – Ligações com África	2,00	Económico – Activos Estratégicos
Transporte aéreo – Tarifas	3,22	Político	Disponibilidade de estabelecimentos e pavilhões para arrendamento	2,11	Económico – Recursos
Taxas alfandegárias	3,22	Político	Transporte aéreo – Ligações com Europa	2,22	Económico – Activos Estratégicos

Fonte: Conceção própria

Conclusão

Após a discussão em torno do tema proposto, com base na pesquisa e observação do inquérito, a pergunta de partida – “Os incentivos e o ambiente oferecidos por CV têm sido suficientemente eficientes para atrair o IDE ou os números poderiam estar melhores?” – converte-se numa afirmação pela negativa.

Ainda que os números relativos ao IDE sejam encorajadores, dado a evolução dos mesmos nos últimos anos, os meios utilizados por CV não têm respondido as necessidades dos investidores externos. Pela Tabela 25, é visível que os instrumentos de atracção de IDE a nível político e de promoção de negócios são satisfatórios, na opinião dos inquiridos. O mesmo não acontece com os determinantes económicos, com grande ênfase no sector do transporte e infra-estruturas (electricidade e água). Importa dizer que, atrair IDE é apenas um meio decisivo para importantes finalidades do país. Nesta perspectiva CV deverá criar condições para a operacionalidade de negócios, na certeza que o mercado cabo-verdiano sairá a ganhar duplamente – agentes económico nacionais e investidores externos.

O crescimento sustentável da economia cabo-verdiana, como constatamos na presente dissertação, passa pelo investimento do capital estrangeiro, pelo que seria de particular importância a criação de um observatório do IDE em CV. Seria uma medida que permitiria acompanhar a evolução do investimento no arquipélago, quantificando os benefícios gerados e, a partir daí, criar uma estratégia integrada, tendo como ponto de partida, a determinação do tipo de investidor que vai de encontro com as perspectivas e estratégias. Desta forma, CV estaria em melhores condições de criar incentivos específicos que optimizasse o rácio custo/benefício.

Recomendações

Do trabalho desenvolvido, pensamos pertinente sugerir o seguinte:

1. Tendo em atenção o tipo de amostra que nos conduziu as conclusões apresentadas, para que estas sejam estendidas à população ou mesmo para a recolha de novas informações, recomendamos que, futuramente, o estudo seja desenvolvido num âmbito mais alargada, considerando uma amostra representativa.
2. Dissertamos à volta da problemática dos números do IDE poderem estar melhores, mas o estudo não ponderou as capacidades humanas de CV para fazer frente a um possível aumento de capacidade de atracção do IDE. Neste sentido, sugerimos que se desenvolva um estudo neste âmbito, a fim de se apurar esta real capacidade, servindo como base para novas políticas estratégicas.
3. Ao longo da pesquisa da presente dissertação, apercebemos da falta de quantificação dos benefícios do IDE a nível económico, tecnológico, político e social aferidos por CV. O estudo desta outra face da moeda, complementando o

estudo hora efectuado, seria de grande valia, constituindo, juntos, um importante instrumento de decisão.

4. No presente estudo, partindo do enquadramento proposto por Dunning (2004), concernente aos determinantes económicos, fez-se referência ao tipo de IDE que, considerando os recursos disponíveis, CV atrai – “busca recursos”, segundo a amostra considerada. Assim, propomos que seja elaborado um estudo no âmbito da população ou amostra representativa, do tipo de IDE que CV atrai, podendo, a partir de então, empreender políticas que conduzem CV a atrair o tipo de investidor que melhor se enquadra a sua estratégia de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Contribuições para trabalho colectivo:

- **ALMEIDA, J. F. e PINTO (1995), J.M,** *As Investigações nas Ciências Sociais*, Editora Presença, 5.ª Edição, Lisboa, 1995.
- **BCV (2007),** Investimento Externo em Cabo Verde, 4.º trimestre de 2007, http://www.bcv.cv/_conteudo/publicacao/estatistica/trimestral/2007/betri_2007_4.pdf
- _____(2008), Investimento Externo em Cabo Verde, 2.º trimestre de 2008, http://www.bcv.cv/_conteudo/publicacao/estatistica/indicador/2008/bi_2008_01.pdf
- _____ (2008.a), *Balança de Pagamentos Normalizada* http://www.bcv/_conteudo/estatistica/quadros/quadro3.2.1.xls
- _____(2008.b), *Relatório Anual Balanço e Contas Exercício de 2007*, Praia, http://www.bcv.cv/_conteudo/publicacao/analise/relatorio/2007/RelatorioCA2007.pdf
- **BM (2007),** *Africa Development Indicators 2007* http://siteresources.worldbank.org/INTSTATINAFR/Resources/adi2007_final.pdf
- _____ (2008), *Doing Business 2009: Country Profile for Cap Verde*, <http://www.doingbusiness.org/Documents/CountryProfiles/CPV.pdf>
- **DUNNING, John H. (2004),** *Institutional Reform, FDI And European Transition Economies*, R. Grosse (ed) *International Business and Governments in the 21st Century*, Cambridge University, 2004. http://www.publiccitizen.org/documents/peoples_portuguese_web.pdf
- **FMI (2001),** *Determinants of, and the Relation Between, Foreign Direct Investment and Growth: A Summary of the Recent Literature* - Ewe-Ghee Lim - IMF Working Paper No. 01/175, November 2001 - http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=880230&rec=1&srcabs=280062
- _____ (2000), *Development Committee (Joint Ministerial Committee of the Boards of Governors of the Bank and the Fund On the Transfer of Real Resources to Developing Countries) Sixty-First Meeting* Washington, D.C. – Abril, 2000. <http://siteresources.worldbank.org/DEVCOMMINT/Documentation/90016325/11-eyzaguirre-chile.pdf>
- _____ (2004), *Foreign Direct Investment, Trends, Data availability, Concepts, and Recording Practices*, 2004 <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fdi/2004/fditda.pdf>
- _____ (2005), *Investimento directo: grupo de peritos técnicos (DITEG)* <http://www.imf.org/External/NP/sta/bop/pdf/diteg9c.pdf>

- **GOVERNO DE CABO VERDE** (2001), *As Grandes Opções do Plano – Uma Agenda para o Futuro*, Ministério das Finanças e do Planeamento, Praia, Outubro de 2001.
- _____ (2001a), *Estratégia de Saída de Cabo Verde dos PMA's*, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidade, Praia.
- _____ (2002), *Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2005*, Ministério das Finanças e do Planeamento, Praia.
- _____ (2006), *Apêndice Ao Pin 10º Fed Assunto: Projecto de Parceria Reforçada com a UE*, Ministério das Finanças e Administração Pública, Praia, Dezembro de 2006.
- _____ (2007), *Redução das barreiras administrativas ao Investimento: Que tem feito GTRBAI (Grupo de Trabalho para Redução das Barreiras Administrativas ao Investimento)*, Ministério das Finanças e Administração Pública, Praia, Janeiro de 2007.
- _____ (2007a), *Stratégie de Sortie du Cap Vert de la Catégorie des Pays Les Moins Avancés*, Ministério das Finanças e Administração Pública, Praia, Abril de 2007.
- **GREENWOOD** (1965), Ernest, *Métodos de Investigação Empírica em Sociologia, Análise Social*, n.º 11, p. 313-345, Lisboa, 1965 http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=280062&rec=1&srcabs=525462
- **MEDEIROS**, Eduardo R. (2003), *Economia Internacional*, 7ª Edição (revista e Ampliada) Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, Dezembro de 2003.
- **NONNENBERG**, Marcelo J. B. e **MENDONÇA**, Mário J. C. (2004) – *Estudos Económicos – Determinantes dos Investimentos Directos Externos em Países em Desenvolvimento*, IPEA, Texto para Discussão n.º 1016, Rio de Janeiro, 2004 <http://www.estecon.fea.usp.br/index.php/estecon/article/view/179/56>.
- **OECD** (1996), **BENCHMARK DEFINITION OF FOREIGN DIRECT INVESTMENT**, 3ª Edição da Organisation for Economic Co-Operation and Development.
- **ONU** (2004), *Resolution adopted by the General Assembly, 59/210 - Report of the Committee for Development Policy on its*, <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/488/86/PDF/N0448886.pdf?OpenElement>
- **ONU** (2004a), *Resolution adopted by the General Assembly, 59/209 - Smooth transition strategy for countries graduating from the list of least developed countries*, <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/488/80/PDF/N0448880.pdf?OpenElement>

- **PARLAMENTO EUROPEU** (1998), *Resolução que contém as recomendações do Parlamento Europeu à Comissão relativas às negociações no âmbito da OCDE sobre um Acordo Multilateral sobre o investimento (AMI)*, A4-0073/1998, Março de 1998.
- **PORTER**, Michael E. (1993), *A Vantagem Competitiva das Nações*, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1993
- **REIS**, Victor (2004), *Que especialização Internacional para Cabo Verde? – IV Congresso dos Estudos Africanos do Mundo Ibérico*, Barcelona, de 12 a 15 de Janeiro de 2004 – Centro de Estudos Africanos do ISCTE, Lisboa, 2004.
- **SÁ, C. W. L., MEDEIROS** (2006), J. J., *Factores que Influenciam as Estratégias Empresariais de Investimento Externo Directo em Países Emergentes*, FEA-UPS, São Paulo, 2006.
- **UNCTAD** (2008), *World Investment Directory, Volume X -Africa 2008*, United Nations New York and Geneva, 2008, http://www.unctad.org/en/docs/iteiit20075_en.pdf

Periódicos:

- **BM** (2006), *Doing Business 2007*, http://www.doingbusiness.org/documents/DoingBusiness2007_FullReport.pdf
- _____ (2007.a), *Doing Business 2008*, http://www.doingbusiness.org/documents/FullReport/2008/DB08_Full_Report.pdf
- **FMI** (1993), *Balance of Payments Manual, 5th edition, International Monetary Fund*, Washington, <http://www.imf.org/external/pubs/ft/bopman/bopman.pdf>
- **UNCTAD** (1998), *World Investment Report 1998 - Trends and Determinants*, United Nations New York and Geneva, 1998, http://www.unctad.org/en/docs/wir1998_en.pdf
- _____ (2006), *World Investment Report 2006 - FDI from Developing and Transition Economies: Implications for Development*, United Nations New York and Geneva, 2006, http://www.unctad.org/en/docs/wir2006_en.pdf
- _____ (2007), *World Investment Report 2007 - Transnational Corporations, Extractive Industries and development*, United Nations New York and Geneva, 2007, http://www.unctad.org/en/docs/wir2007overview_en.pdf

Teses e Dissertações:

- **ACCOLLEY** (2003), Delali, *The Determinants and Impacts of Foreign Direct Investment – UNSPECIFIED*, 21 Outubro de 2003 MSc Economics Dissertation- London Metropolitan University, Delali Accolley MSc (Econ) http://mpira.ub.unimuenchen.de/3084/1/MPRA_paper_3084.pdf
- **ATSUMI**, Shirley Y. K (2006). – *Estratégia de Internacionalização de Empresas Brasileiras: O Processo de Investimento Externo Directo*, Dissertação

de Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial, Universidade Estácio Dá, Rio de Janeiro, 2006.

- **REIS** (2000), Victor, *Principais estratégias de desenvolvimento em confronto na República de Cabo Verde após a Independência* – Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Social e Económico em África: Análise e Gestão, ISCTE, Lisboa, 2000.

Working papers:

- **ASIEDU**, Elizabeth, *On the Determinants of Foreign Direct Investment to Developing Countries: Is Africa Different?* - University of Kansas – Department of Economics, Julho de 2001.
- **BUSSE**, Matthias, *Foreign Direct Investment, Regulations, and Growth* - , HWWI - Hamburg Institute of International Economics; José Luis Groizard, University of the Balearic Islands - April 1, 2006 - World Bank Policy Research Working Paper No. 3882 http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=923229&rec=1&srcabs=880230
- **NONNENBERG**, Marcelo J. B. e **MENDONÇA**, Mário J. C. – *Estudos Económicos – Determinantes dos Investimentos Directos Externos em Países em Desenvolvimento*, IPEA, Texto para Discussão n.º 1016, Rio de Janeiro, 2004 <http://www.estecon.fea.usp.br/index.php/estecon/article/view/179/56>.

Legislações Consultadas:

- **ASSEMBLEIA NACIONAL**, *Constituição da República de Cabo Verde*, 2.^a Edição, Praia, 1993.
- **Lei n.º 89/IV/93** de 13 de Dezembro de 1993 (Digital) http://portoncv.gov.cv:7778/dhub/porton.por_global.open_file?p_doc_id=221
- **Decreto-Regulamentar n.º 7/2004** de 11 de Outubro de 2004, I Série do BO n.º 30 – Aprovação dos Estatutos de CI e cessação da PROMEX.
- **Decreto-Regulamentar n.º 1/94** de 03 de Janeiro de 1994 (Digital) http://portoncv.gov.cv:7778/dhub/porton.por_global.open_file?p_doc_id=225

Outros:

- **BARLOW**, Maude e **CLARKE**, Tony, *Ligando Os Pontos: Guia de esclarecimento sobre a OMC e a ALCA para orientação da população*, Council of Canadians e o Polaris Institute em a colaboração com o International Forum on Globalization, Ontário, Canadá, (Sem data) http://www.tradewatch.org/documents/peoples_portuguese_web.pdf
- **CÂMARA DE COMÉRCIO DAS CANÁRIAS** (2004), *Inquérito sobre a Opinião das Empresas Canárias Instaladas em CV* – promovido em parceria com o Governo de Canárias e Proexca, Dezembro de 2004. www.africainfomarket.org/aim/AIM/published/DEFAULT/paginas/34866-Portugus/4175_documento_5242_4.pdf

- **CCITPCV**, *Enquadramento Legal: Investimento Externo*, http://www.portugalcaboverde.com/item2_detail.php?lang=1&id_channel=27&id_page=138&id=161
- **CI** (2005), *Guia dos Investidores*, Praia, Setembro de 2005
http://portoncv.gov.cv:7778/dhub/porton.por_global.open_file?p_doc_id=255
- _____, *Investimento Externo em Cabo Verde – 1994/2004, Projectos Aprovados*, Base de dados de CI.
- _____, *Projectos De Investimento Externo Aprovado 2000 a 2007*, Base de dados de CI.
- Teoria do Comércio Internacional (em data)
http://www.fep.up.pt/disciplinas/lec207/Apoio/EI_Classicos.pdf
- *Intervenção proferida por S.E. o Senhor Primeiro-ministro, José Maria Pereira Neves, na abertura do debate Parlamentar sobre o Estado da Nação – Praia, 28 de Julho de 2006 –*
http://www.governo.cv/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4&Itemid=90
- **LEHMANN**, Ana T. T. (2007), *Importância da Credibilidade e da Transparência na Atracção do IDE*, Conferência “Ética e Transparência nos Sistemas Financeiro e Empresarial”, promovida pelo BCV, Praia, Junho de 2007.
- **RETO**, Luís e **NUNES** (2001), Francisco, *Elaboração de Teses, Linhas Orientadoras*, ISCTE, Lisboa, Dezembro de 2001.

Site e Portal Consultados:

- <http://portoncv.gov.cv>
- <http://www.ine.cv>
- <http://www.virtualcapeverde.net>
- <http://www.governo.cv>
- <http://www.incv.gov.cv>
- <http://www.google.com>

ANEXOS

**ANEXO I – Entrevista ao Presidente de Cabo Verde Investimentos
(04 de Agosto de 2008)**

Lidiane Nascimento: Qual é o conceito de IDE que CI reconhece para atribuição de estatuto e para fins estatísticos?

Alexandre Fontes: O conceito de IDE está ligado a origem do capital e não a nacionalidade do investidor. Pelo que, desde que o capital venha de fora é um capital estrangeiro.

L N: Regista-se uma tendência crescente do IDE nos últimos anos? Em que ano se registou o maior pico?

A F: Em 2007 registou-se o maior pico de todos os tempos e espera-se que em 2008 tal pico seja superado tendo em conta as entradas que se tem registado. Mesmo perante a actual conjuntura internacional desfavorável e a crise que se observa no sector imobiliário, registar-se-á mais entrada de IDE no corrente ano com grande predominância no sector imobiliário. 90 à 95% de investimentos no sector imobiliário é afecto ao turismo. Qual é o sector imobiliário em crise? É o sector média-baixa que recorre ao financiamento bancário, mas os que vão comprar a sua segunda residência não têm problemas, sendo que têm capacidade de poupança para financiar a sua casa. Neste sentido, tem-se identificado certos constrangimentos por parte de alguns investimentos na ilha do Sal, atendendo aos investidores que apostaram no sector média-baixa.

L N: Que factores foram e são motores de tais picos?

A F: Esses picos são, essencialmente, resultados de uma promoção na Inglaterra. Inicialmente, os IDE eram, predominantemente, de origem portuguesa devido a ligação cultural, seguindo os Italianos, tendo em conta um dos maiores investidores externos de CV, Stefanina. Em 2004, após uma promoção na Inglaterra no Canal 6 apontando CV como um bom destino para o investimento, registou-se um aumento dos IDE de origem Inglesa e, actualmente, de Irlandeses que, recentemente, são responsáveis por grandes investimentos em CV.

Para além desse, outros factores motivaram tais picos como a rentabilidade de capital que é eficaz para o investidor; a localização geo-estratégica de CV, que fica a 3,5 horas da Europa, 3 horas do Brasil, 3 horas dos EUA e 1 hora da África Ocidental; a qualidade do clima e a orientação para o turismo. Ainda, pode-se apontar as parcerias económicas que atendem a acordos fiscais e aduaneiros com impactos atractivos, principalmente, no sector da produção e reexportação. E por fim, a estabilidade social e política que garante o direito dos investidores.

L N: Falou aqui sempre do turismo e aquando da análise dos dados de IDE cedido por CI, não deparei com nenhum IDE no sector financeiro. Tendo em conta as considerações que o Governo tem feito quanto a tornar CV numa plataforma financeira tem-se registado algum IDE neste sector?

A F: Neste sector temos os Bancos *Offshores* em que já temos um bom grupo. Não consigo precisar quantos, mas rondam 12 à 14 bancos que operam em CV. Embora os Bancos *Offshores*, como sabe, não estão propriamente instalados no país. Mas nós aqui, não fazemos tratamentos destes dados. Está mais ligado ao Banco Central.

L N: Mas mesmo assim, são considerados IDE?

A F: São sim.

L N: E relativamente as metas e aos objectivos no que concerne ao IDE?

A F: Neste momento temos uma estratégia voltada para o que se denomina de 3D e os objectivos advém desta estratégia, visando:

Diversificar a origem dos investimentos, o que contribui para a diversificação do risco e não ficar em situação de dependente, pois caso CV tenha IDE de várias origens, o impacto de uma crise de um determinado país não será de grande alarde.

Diversificar o destino, ou seja não centralizar os investimentos em apenas algumas ilhas, mas capacitar todas as ilhas para captar investimentos.

Diversificar produto turístico tendo em conta o turismo balnear (Sal, Boa Vista e Maio), turismo rural (Santiago, Fogo e Santo Antão), turismo de negócio (Santiago), turismo cultural (São Vicente), turismo sénior e eco-turismo.

L N: Há investidores que reclamam de uma certa burocracia em CV. Que medidas estão a ser tomadas relativamente a isso?

A F: Há várias medidas. Realmente a avaliação da burocracia é muito importante. Existe um indicador publicado pelo BM (*Doing Business*) que avalia a situação aquando da abertura de uma empresa, no que concerne aos procedimentos, prazos de realização, quantos departamentos tem-se de passar, quantos documentos são necessários, entre outros. Neste âmbito há um pouco de burocracia. Mas isso deve-se, principalmente, a falta de colaboração entre as várias instituições. Por exemplo, se um investidor externo ao investir em CV, primeiro, tem de adquirir um terreno junto a Câmara do respectivo município, seguidamente, teria necessidade de um parecer da Direcção Geral do Ambiente relativamente ao impacto ambiental. Se está perto do mar terá de trabalhar com o Instituto de Marinha e Portos porque tem de usar a orla marítima e, ainda, a Direcção Geral de Ornamento de Território. Com vista a ultrapassar todas estas burocracias foi criada o que se chama de “janela única” que estabelece a ligação com todas as instituições necessárias, que é o CI.

L N: Quer com isso dizer que qualquer investidor não terá que dirigir directamente as instituições, contactando apenas CI, sendo que este, por sua vez, resolverá todos os pendentes junto as outras instituições?

A F: Isso mesmo.

L. N: Mesmo os Investidores fora de ZDTI?

A F: Aí é que está o problema. Neste momento, temos estado a defender que se concentre, pelo menos no que concerne a área turística, numa só entidade para lidar com o investidor. Actualmente, infelizmente, se o investidor adquire um terreno através de uma Câmara ou através de um particular a aprovação do projecto é dada pela respectiva Câmara, que tem exigências diferentes das de CI, sendo que esta última intervém apenas para atribuição de utilidade turística ou investidor externo.

Se não se consegue concentrar tal atribuição em uma única agência, que pelo menos seja definido um chapéu que padronize os parâmetros. Por exemplo, CI quando atribui um terreno a área edificada terá de ser inferior a 20% do total da área que compreende o investimento, já em certas Câmara vai até 31 a 40%. Neste sentido, não há uma política

harmoniosa para o desenvolvimento turístico, sendo que haverá empreendimentos abertos, com grande relevo em espaços verdes e outros nem por isso.

L N: Anteriormente, falou de dois incentivos, atribuição de estatuto de utilidade turística e estatuto de investidores externos. Caso um empreendimento tenha as duas características, haverá algum conflito entre esses dois benefícios?

A F: Não há conflito, pois o estatuto de utilidade turística está ligado a actividade e o de investidor externo está ligado a origem de capital, pelo que o investidor atenderá ao benefício máximo de entre os dois.

L N: Mas a atribuição de tais benefícios têm um custo, pode apresentar-me tais custos em números?

A F: Claro que tem um custo. Embora neste momento não tenha números, é de conhecimento geral que os benefícios para a economia é muito maior, pois não se pode pensar no que se perdeu em termos de arrecadação de tributação sobre os rendimentos do empreendimento, mas sim em termos de geração de emprego, geração e desenvolvimento de outras actividades e, conseqüentemente, geração de mais rendimentos a tributar. Não há dúvida do impacto positivo do IDE na economia de CV.

L N: Fala de geração de emprego, quantos postos de trabalho se tem registado com o IDE?

A F: Não temos dados concretos, mas as projecções, até agora, indicam para a criação de 60 mil postos de trabalho. Na altura de contrato de engajamento [do investimento] temos duas perguntas essenciais que fazemos: cronograma de execução de projecto e quadro de empregos a gerar, tanto em termos de empregos directos como em termos de empregos indirectos. Isto, visando, primeiro, o planeamento em termos de formação, adequando a mão-de-obra de acordo com a necessidade do investimento. Embora um dos objectivos seja a redução da taxa de desemprego, se o país não adequar a sua mão-de-obra com vista a responder a expectativa criada pelo empreendimento, este terá de funcionar, pelo que se importará mão-de-obra. No entanto, a legislação é clara, o IDE deve empregar até 10% de mão-de-obra estrangeira, salvo caso o país não tiver competência. Mas CV, através da capacitação da sua mão-de-obra, está a criar condições de forma a reduzir o máximo possível empregos à estrangeiros.

L N: Para além do quadro de emprego falou de um outro dado importante que CI solicita, que é o cronograma de execução. Posteriormente, é feito um acompanhamento por parte da CI da execução dos projectos em termos de cumprimento junto ao investimento?

A F: O novo acordo contempla penalidades caso não se cumpre o programa apresentado a CI, embora, ainda, não foi publicado. A partir do momento em que CI aprova o projecto dá-se um X prazo de execução, de acordo com a capacidade de mobilização de recursos financeiros para iniciar a obra. Se não se observar o cumprimento do prazo estipulado, é atribuído uma multa de X% sobre o investimento programado. Se, mesmo assim, passar mais um X período e nenhuma medida for tomada para o cumprimento do compromisso assumido com CI, no caso em que o terreno é cedido pelo próprio CI, toma-se o terreno de volta. Isso no âmbito do combate a especulação.

L N: E quando o terreno é comprado pelo próprio investidor?

A F: Quando o terreno não é do Estado tem outras penalizações. Pois o investidor tem de fazer um requerimento para solicitar os estatutos que lhe dão benefícios fiscais. Caso não cumpre com o programado pode-se retirar-lhe os benefícios que lhe foram concedidos.

L N: E em termos de desinvestimento em CV, há registo de algum caso?

A F: Desinvestimento? Não. Agora, pode-se é falar de engajamento e realização de investimentos. Desinvestimento teve no passado, mas neste momento não temos números, até porque se existem são muito pouco expressivos. O que por vezes acontece é que há mudança de dono, mas o capital permanece no país.

L N: No início falou-me de pontos fortes de CV, nesta mesma perspectiva poderá apresentar pontos fracos?

A F: Infra-estruturas de uma forma geral. Energia e Água que são dois pontos importantes. Deveremos deixar de pensar a médio prazo, em que muitos empreendimentos começaram a fazer os seus investimentos individuais criando pequenos pólos, tendo cada um a sua produção de água e energia. Ainda, tem-se de pensar na questão aeroportuária. CV, como um destino turístico, deverá atender a um indicador muito importante que é a duração de estadia. Se algum turista for à ilha do Sal

por 2 dias, depois passar 1 dia no mar e ir à ilha de São Vicente, uma ilha culturalmente forte, ficar ali mais 3 dias e seguir para a ilha de Santo Antão por 1 dia, já se conta 6 dias. Se não houver ligação entre as ilhas tal prolongamento de estadia é mais difícil. E claro, ainda, há muita burocracia.

L N: Mas acredite que possamos ultrapassar esses constrangimentos?

A F: Ah sim. CV é um país novo, que em termos de investimento há muito que avançar apesar dos investimentos públicos, e por vezes privados, que se tem empreendido.

Veja que CV não tem enfrentado muitos constrangimentos o que concerne ao IDE, tendo em conta o nível de investimento e a taxa de crescimento dos investimentos. Neste momento, se a taxa fosse maior CV teria problema de absorção dos investimentos oferecidos.

L N: Quais são os instrumentos que CV tem utilizado para fazer a divulgação do seu produto?

A F: Através de revistas estrangeiras, jornais estrangeiros, embaixadas de Cabo Verde, programas televisivos, feiras e apresentação em mercados com investidores potenciais, entre outros.

L N: CV tem um mercado interno pequeno. Sendo que um dos factores para atrair o IDE é o tamanho do mercado, como CV tem lidado com esta limitação?

A F: O tamanho do mercado é, essencialmente, importante para investimentos que vem substituir a importação, onde se deve ter em atenção o mercado de consumo interno. Nós não. No caso de produtos, nossos incentivos estão voltados para um mercado de reexportação tendo em conta a nossa localização geográfica e os acordos que temos na região que permitem benefícios alfandegários, para além dos fiscais. Aliás, os investimentos externos baseados no abastecimento do mercado interno não têm benefícios fiscais, para que se possa manter a competitividade dos nacionais.

L N: Tem-se exemplos de alguns países que no ambiente competitivo, desenvolveram políticas de incentivos que acabaram por atrair um tipo de investidor que, geralmente, é prejudicial para uma economia. Neste contexto, CV tem algum critério para definir o tipo de investimento que pretende atrair?

A F: Nós não privilegiamos nem restringimos qualquer tipo de investimento. Para efeitos de aprovação, o nosso critério é a rentabilidade do investimento para a nossa economia. De acordo com a importância e projecção que o investimento trás para CV, atribuímos incentivos, em que para além de utilidade turística e estatuto de investidor externo, que são atribuídas por CI, se o investimento for de excepcional contributo para a economia de CV é-lhe atribuído, pelo Conselho de Ministros, o estatuto de convenção de estabelecimento que concede mais benefícios do que os estatutos, anteriormente, apontados.

L N: Cabo Verde corre o risco de vir a tornar-se num paraíso fiscal atendendo aos incentivos que atribui e pretende empreender?

A F: Não. Nós estamos bem cotados. Não atribuímos benefícios nem a mais e nem a menos do que os nossos países concorrentes, tendo em conta o nosso pacote. Actualmente, caminha-se no sentido de harmonizar e racionalizar os benefícios atribuídos, pois quando se tem vários instrumentos torna-se mais difícil a gestão.

L N: Há algum organismo ao nível mundial que aconselha ou orienta Cabo Verde no que concerne aos benefícios a atribuir?

A F: O BM o faz. O FMI também, em que procuram ver o que é mais apropriado, de acordo com o perfil e necessidade de cada país.

L N: Por fim, gostaria apenas de esclarecer uma questão sobre os dados que me foram fornecidos por CI no início deste ano. É do meu conhecimento alguns investimentos de grande relevo que não se encontram na listagem fornecida por CI como investimentos aprovados, tal como Ponta Bicuda ou Vilas Oceânicas em Santiago e Projecto do Furtim – Hotel, Restaurante e Casino em São Vicente. Porque?

A F: É tal como te tinha dito anteriormente. Estes empreendimentos adquiriram terrenos junto às Câmaras e, conseqüentemente, são estas entidades quem aprovarão o projecto. Neste sentido, só depois de tais projectos serem aprovados e vierem a CI, solicitar o estatuto de investidor externo e/ou de utilidade turística, é que passarão a constar dos dados estatísticos de CI.

ANEXO II – Entrevista ao Director Geral do Plano e Membro da CIEF
(07 de Agosto de 2008)

Lidiane Nascimento: Neste momento, qual é a estratégia de desenvolvimento de Cabo Verde, tendo em consideração a insularidade do país?

Manuel Pinheiro: Começo por dizer que Cabo Verde tem uma estratégia de desenvolvimento de curto a médio prazo, onde se pode destacar o “Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza”. Mas, para além desse documento estratégico, existe as estratégias sectoriais de longo prazo, tais como as estratégias no sector dos transportes, da saúde e da educação. E, neste momento, está-se a trabalhar na estratégia de desenvolvimento do turismo integrado, atendendo a algumas alterações necessárias, a serem introduzidas. Para além desses documentos estratégicos, há outras medidas mais de carácter operacional como o plano de acção nacional do ambiente, que reflecte a política nacional. É evidente que esses documentos estratégicos têm sempre como chapéu os grandes objectivos do país consagrados nas Grandes Opções do Plano.

No que concerne a insularidade, este tem os seus custos. Neste sentido, foi encomendado um estudo, financiado pelo BAD, para a determinação dos custos da insularidade. Mas dado a qualidade do estudo, nós o rejeitamos, pois, o estudo não foi de encontro aos nossos objectivos, que era saber os custos da insularidade no que diz respeito ao transporte – ligação entre ilhas e mesmo dentro das ilhas, sendo que o custo da construção de uma estrada na ilha do Sal [relevo plano] é diferente do custo da construção de uma estrada na ilha de Santo Antão [extremamente montanhosa]. Para além de transporte, temos de ter em atenção as estruturas de saúde, de educação, de energia e por aí adiante. Em Cabo Verde, praticamente, tudo é multiplicado por nove. Daí que o custo é enorme. Pelo que o estudo não foi satisfatório. Não focalizou na essência do problema e era fundamental como instrumento de gestão.

L N: E quanto ao financiamento do país?

M P: Neste momento, Cabo Verde consegue financiar toda a sua máquina administrativa, seja no país, seja no exterior – tendo em conta as representações diplomáticas e as embaixadas –, cumpre com todas as suas obrigações internacionais no

pagamento do serviço da dívida – que se pode dizer que é sustentável nos próximos 40 anos – e, ainda, o Estado de Cabo Verde consegue financiar, de forma geral, entre 15 a 20% dos investimentos de desenvolvimento. Isto desde 2005, pois antes deste período era canalizado apenas 12% do total do programa do investimento público, mas com a introdução da reforma das finanças públicas e com a introdução de novas modalidades de financiamento das despesas orçamental, nomeadamente as “ajudas orçamentais” conseguimos financiar cerca de 20% (embora, tendo em contas as despesas deste ano, com as eleições autárquicas, ficou-se pelos 15%). Prevê-se que em 2009, a contribuição do Estado no orçamento para investimento aumentará para 25%.

O valor do orçamento, no que concerne aos investimentos, é complementado com recurso a ajuda pública ao desenvolvimento que é facultada pela comunidade internacional, sendo na maior parte dos casos empréstimos concessionais (neste cenário de financiamento em que sentido entra as remessas dos emigrantes e o IDE).

L N: Pelo que, pode-se dizer que a capacidade interna de financiamento de Cabo Verde, neste momento, é de 15 a 20%.

M P: Sim, sim. De 15 a 20%, sendo que 20% é com um esforço enorme. O que está por trás desse conceito de capacidade interna de financiamento, são os investimentos que se consegue financiar a partir de arrecadamento dos impostos. Pelo que, através do arrecadamento dos impostos consegue financiar toda a sua máquina administrativa, pagar o serviço da dívida e, ainda, resta 15 a 20% para financiar o processo de desenvolvimento.

L N: Tendo em conta que CV foi graduado como País de Rendimento Médio (PRM), comparativamente aos países do mesmo nível, essa capacidade de financiamento interno é razoável?

M P: Antes de responder a isso gostaria de dizer que CV foi graduado a PRM tendo cumprido apenas dois dos três critérios para tal graduação. Um primeiro requisito é o rendimento per capita superior a 900 dólares, depois tem-se de ter um índice de desenvolvimento humano acima dos 0,51 [escala de 0 à 1], o terceiro é o índice de vulnerabilidade económica. Nós de facto ultrapassamos o primeiro e o segundo. Mas quanto ao terceiro, que está relacionado com a capacidade produtiva interna e a disponibilidade de recursos naturais, ficamos aquém do mínimo exigido, na medida em

que para além de não termos recursos naturais, temos apenas umas quatro grandes empresas, dada a dimensão da economia cabo-verdiana, e um tecido empresarial pouco expressivo. Daí que CV foi graduado a custa da boa governação que investiu na saúde, nos recursos humanos entre outros sectores.

Ao tentarmos comparar CV com os outros países de rendimento médio devemos ter em conta que há países de rendimento média-alta e média-baixa e CV está no grupo de média-baixa. Logo não pode ser comparado com a China e o Brasil que são também PRM, mas de rendimento média-alta. Daí que não se pode fazer uma comparação legítima.

L N: E qual é o impacto da entrada de CV nesse grupo de países?

M P: O impacto é grande e significativo, pois exige um maior esforço quer do Governo como da própria sociedade em termos de financiamento e de desenvolvimento do país.

Com a graduação, CV tem dificuldade em aceder a alguns fundos de desenvolvimento como por exemplo o Fundo Global, entre os quais o programa do HIV-SIDA, sendo que, tendo em conta os critérios estabelecidos para se aceder a tais fundos, os indicadores de CV não permitem que o país tenha acesso a tal recurso, que são afectos apenas aos países em desenvolvimento. Também, os quadros da função pública de CV, anteriormente, participavam numa série de conferências internacionais financiados pela Organização das Nações Unidas (ONU). Daí que CV terá de repensar na sua participação nas diversas organizações internacionais, sendo que tais acções têm custos elevados.

Por outro lado, temos diversas vantagens. Primeiro é a atracção dos IDE, em que com a graduação CV ganha maior credibilidade e maior segurança, na medida em que o investidor poderá retirar os seus dividendos quando quiser. E ainda, com a graduação, CV tem acesso a mais recursos financeiros através do FMI e BM (BIRD – que antes não tínhamos acesso) entre outras agências. A título de exemplo, no ano passado, CV teve acesso a mais de 44 milhões de dólares para além do, usualmente, cedido pelo BM. Passamos, ainda, a ter acesso a outras fontes de financiamento como os bancos de desenvolvimento, por exemplo o Banco Desenvolvimento da Áustria, para além da atracção de outros parceiros que financia o processo de desenvolvimento de CV. Além

destas vantagens, pode-se ainda crescer o facto de CV ter ganho maior visibilidade ao nível internacional. Enfim, é um outro país. Daí que há mais ganhos do que perdas.

L N: Mas esses outros meios de financiamento que CV está a ter acesso não acarretam mais custos do que os anteriores?

M P: Não. Depende quais os sectores que se está a financiar com esses recursos, por exemplo o financiamento de um Banco de Desenvolvimento – de forma algum se vai aceder a esse recurso para financiar um hospital, sendo que hospital não tem retorno, mas pode é financiar outro sector que seja rentável, como um centro de comunicação ou um dessalinizador de água.

L N: Relativamente aos parceiros, qual é o papel destes no desenvolvimento de CV, tendo em conta a parceria com a UE, a Macaronésia, entre outros?

M P: Essas parcerias são fundamentais para o desenvolvimento de CV. Primeiro porque é importante estar ancorado a um grupo de países com um desenvolvimento mais elevado, não somente numa perspectiva de desenvolvimento, como também numa perspectiva de troca de experiências, de segurança e por aí adiante. Mas enfim, é um interesse mútuo, pois é uma situação de *Win Win*, quer de uma lado quer do outro. Ainda, há que dizer que a parceria com a UE, tal como a integração de CV na OMC, é resultado da graduação do país como PRM.

L N: E quanto ao impacto da integração de CV na OMC?

M P: Primeiro há uma teoria de que a liberalização do comércio aumenta o nível de vida num país. Poderá haver um outro ponto de vista sobre essa matéria, mas só pelo facto de termos liberalizado o comércio os preços baixaram. Há maior escolha e melhor qualidade. E, também, o facto de termos entrado na OMC dá uma maior credibilidade aos investidores e ainda o país fica mais protegido, pois teremos que guiarmos pelas regras da OMC. Na sequência da falta de regulamentação, neste momento, CV está a perder algumas receitas por não ter salvaguardado alguns direitos, como por exemplo no ramo da música, arte e literatura, no que concerne a lei de propriedade intelectual, direito de autor, por aí adiante.

L N: E no que diz respeito aos investidores nacionais, estes não ficarão desprotegidos?

M P: Repara, a protecção é o inimigo do desenvolvimento, daí que a concorrência deve ser estimulada. A protecção é estimular a ineficiência ou mesmo sacrificar o consumidor. É verdade que há especialistas que defendem a protecção das empresas nacionais, mas até certo ponto, pois ao proteger pode-se estar a criar distorções no mercado. E ainda, há que sublinhar que em CV há vários nichos no mercado.

L N: Há um argumento por parte dos empresários nacionais, não sei até que ponto é legítimo, que afirmam que a concorrência com os investidores estrangeiros é desleal tendo em conta que as condições de financiamento são mais favoráveis do que as dos nacionais.

M P: Pode-se dizer que a concorrência é desleal se considerarmos as condições à partida. Mas isso quer dizer que alguma coisa vai mal ou não está bem enquadrada. Pois, regista-se um excesso de liquidez nos bancos comerciais e por outro lado os empresários reclamam de que os bancos não querem financiar os seus projectos ou se há financiamento é cedido a um custo muito elevado. O que indica alguma distorção. Em CV podemos observar que no sector bancário há quase que um monopólio, em que atrás dos principais bancos de CV está um único banco português. Estou crente que a entrada, em 2007, do novo banco comercial em CV poderá melhorar as condições da concorrência, mas tendo em conta o tamanho do nosso mercado não sei até que ponto. Mas enfim, o problema é de acesso ao capital, a partir do momento que se liberalize o comércio ter-se-á mais escolhas e com melhor qualidade.

L N: Até agora falamos de financiamento público, mas pode-se falar de algum impacto no financiamento por parte dos privados, ou mesmo se existe algum recuo do financiamento público face ao terreno que o investimento privado tem ganhado?

M P: Ao contrário. O que se verifica, realmente, é uma maior participação do sector privado. Mas há que dizer também que o investimento público tem-se aumentado pois, desenvolvimento puxa desenvolvimento. Agora, o que se pode falar é da proporção do investimento público em relação ao PIB, proporção que tem diminuído, porque o PIB está a crescer de uma forma acelerada, tal como o investimento privado. Talvez poder-se-á dizer que a dinâmica do crescimento do investimento público é menor do que a dinâmica do crescimento do PIB e também do crescimento privado.

L N: Aquando da entrevista com CI, um dos grandes constrangimentos que aponta para CV no que concerne a atracção do IDE são as infra-estruturas do país. Que medidas estão a ser tomados neste sentido?

M P: Efectivamente, a falta de infra-estrutura é um constrangimento não somente para os investidores externos como também para os nacionais, senão para a sociedade em geral. Estes constrangimentos são, especialmente, no âmbito da energia e da falta de estradas, de bons aeroportos e portos – neste momento estamos a defrontar com o problema dos portos da ilha do Sal e de Boa Vista.

De facto, a falta de infra-estruturas disponíveis representa um constrangimento no processo de desenvolvimento de CV. Daí que está-se a empreender vários esforços – um exemplo concreto é a ilha do Sal: no Porto de Palmeira, antes trabalhava-se até as 16h, mas, pela demanda, os barcos ficavam no alto mar quase uma semana a espera para descarregar, pelo que, a ENAPOR passou a funcionar 24 horas por dia. Sendo que o porto existente é pequeno para as necessidades locais, o Governo está a apostar na construção de um novo porto para a ilha, em que uma parte vai ser financiado pelo BIRD.

L N: Existe alguma estratégia específica para colmatar tais constrangimentos?

M P: Temos estratégias, o problema é que implicam recursos muito avultados e exigem tempo, tanto para a mobilização e maturação dos recursos necessários, que leva 3 a 5 anos, como para a execução, que leva, em média, 2 anos. Daí que não é fácil.

L N: No período de 2001 a 2004 fala-se de um certo recuo do IDE em CV, que foi superado nos anos posteriores, mediante a implementação de algumas medidas. Que medidas foram essas?

M P: Aqui temos um puzzle. Em 2000, a situação macroeconómica de CV não era muito favorável. O Estado tinha dificuldade em satisfazer as suas necessidades e obrigações relativas ao serviço da dívida, e ainda, chegamos a uma situação em que a reserva era de quatro semanas. Este cenário desmotiva qualquer investidor, quer externo quer nacional. Estes últimos tinham problemas em fornecer no exterior, pois, mesmo com recursos financeiros, não tinham garantias que a factura em dívida fosse liquidada, devido a falta de divisas. Pelo que essa conjuntura desencorajava o desenvolvimento e o

investimento externo. Daí que o período de 2001-2004 é o resultado dessa quebra de dinâmica. E, também, houve medidas institucionais, em que locou-se mais recursos. Foi neste período, ainda, que houve a reconversão de Promex para Cabo Verde Investimentos (CI), que se chamou de “janela única”, para além da manutenção do CIEF – Comissão de Investimento Externo e da Zona Franca, que tem por missão aprovar todos os projectos de investimentos externos e de zonas francas, mediante o dossiê apresentado pelo CI. E, posteriormente, tal aprovação será homologada pela Ministra das Finanças.

L N: No âmbito da estratégia de Cabo Verde vir a tornar-se numa Praça Financeira, gostaria de saber se há algum investimento no sector financeiro a nível de IDE?

M P: Há. Como por exemplo o BAI – Banco Africano de Investimento. Mas o tratamento é dado no BCV.

L N: E os Bancos *Offshores*?

M P: É algo que em CV falou-se muito e há algum investimento neste sentido. Tudo indica que não é o melhor caminho a seguir. CV, com o apoio do FMI, está a trabalhar no sentido de regulamentar de forma a que este sector seja mais transparente. Neste âmbito, está-se a obrigar os bancos *Offshores* apresentarem relatórios com contabilidade analítica e geral para que se possa apurar as actividades desenvolvidas. Isto, porque tais bancos podem estar a financiar projectos de carácter privado e que depois não são levados em conta na apresentação dos relatórios e aí é que se pode apontar concorrência desleal, relativamente, aos bancos comerciais.

L N: Cabo Verde não ganha nada com os bancos *offshores*?

M P: Não. É residual. Até porque muitas vezes, em outras paragens, servem como um instrumento de lavagem de capital. E também há todo o processo de regulamentação e controlo por parte da BCV, daí a lei de branqueamento de capital, entre outros.

L N: Sabe-se que, em princípio, em detrimento da perda de arrecadação de receitas por parte do Estado relativamente aos investidores externos, aquando da atribuição dos incentivos, é superado por benefícios que o país ganha em termos económicos e sociais. Mas pode dizer-me os custos em concerto, quanto a atribuição de tais incentivos?

M P: Sim. No “Estudo sobre os Incentivos Fiscais” realizado pelo Ministério das Finanças nós conseguimos verificar que, actualmente, o montante dos custos dos incentivos aos investidores externos e de Zona Franca [cerca de 2,4 mil milhões CVE] corresponde ao montante que CV suporta no que concerne a Ajuda Orçamental (2,5 a 3,0 mil milhões CVE). E o problema é que os benefícios que CV acolherá de tais investimentos são difíceis de quantificar e são visíveis apenas ao longo prazo.

Esse cenário relativo aos custos dos incentivos oferecidos por Cabo Verde levou o país a repensar e rever os seus incentivos. Neste âmbito, Cabo Verde vai submeter ao parlamento uma lei de racionalização dos incentivos fiscais. Mais precisamente, haverá uma revisão geral no campo fiscal que não, somente, atenderá aos investidores externos como, também, nacionais e a sociedade no seu todo.

L N: Neste sentido, a legislação relativa ao estatuto do Investidor Externo terá de sofrer alterações e poderá até mesmo ver os seus benefícios reduzidos.

M P: Poderá ou não diminuir os benefícios de forma geral, mas o objectivo principal, de facto, é racionalizar os benefícios e também alargar a base contributiva, isso através de um código tributário.

L N: Posso utilizar esse documento de revisão como uma provável medida a ser implementada por CV no meu trabalho?

M P: Não, não. Esse projecto não é provável, vai ser implementado, além do que, essa medida já foi contemplada no âmbito das relações com os parceiros, principalmente com o FMI.

L N: CI criticou o facto de haver mais de uma entidade a aprovar os projectos de investimentos, sublinhando, ainda, que os parâmetros para tal aprovação não são iguais, entre as entidades. O Estado tem algum projecto para a uniformização e centralização de aprovação dos projectos?

M P: Há todo um trabalho nesta matéria. Primeiro está-se a efectuar um cadastro a fim de se poder apurar os donos dos terrenos, sejam particulares, câmaras ou Estado. A partir daí poder-se-á tomar outras medidas no sentido de harmonização de aprovação dos projectos. Devo dizer que há o interesse de todos os intervenientes em classificar e harmonizar todo o processo de aprovação de projectos.

L N: Uma última questão. Tem-se exemplos de alguns países, que devido a competitividade desenvolveram políticas de incentivos que atraiu investidores que revelaram prejudiciais para as respectivas economias. Cabo Verde está atento a esta realidade?

M P: Está-se a ter esta perspectiva. Embora não esteja escrito em lado algum, a lei de IDE é desde 1993, época em que “tudo o que vinha na rede era peixe”. O objectivo era atrair investimentos e, assim, em cima dos acontecimentos foi-se criando legislações. Pelo que, actualmente, a legislação se encontra dispersa e desactualizada. Neste âmbito, é que está-se a falar num código, referido anteriormente, em que se revê os incentivos, inclusive o do estatuto de investidor externo.

Embora esse processo seja longo, devendo envolver, não somente o Estado como também, o Parlamento, os privados e a sociedade civil, tendo em conta a perspectiva de boa governação no que concerne a abordagem participativa.

**ANEXO III – Disposições Gerais (Capítulo I) da Lei n.º 89/IV/93, de 13 de
Dezembro**

**LEI N 89/IV/93
De 13 de Dezembro de 1993**

Por mandato do Povo a Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea b) do artigo 186º da Constituição, o seguinte:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 1º
(Objecto)**

A presente lei estabelece as condições gerais da realização de investimentos externos em Cabo Verde, bem como os direitos, garantias e incentivos atribuídos no âmbito do investimento externo.

**Artigo 2º
(Âmbito de aplicação)**

O presente diploma aplica-se aos investimentos externos directos realizados em qualquer sector de actividade económica e às situações jurídico-negociais que, neste âmbito, implicam o exercício da posse ou da exploração de empreendimentos de carácter económico.

**Artigo 3º
(Investimento externo)**

1. Considera-se investimento externo toda a participação em actividades económicas realizada, nos termos da lei, com contribuições susceptíveis de avaliação pecuniária provenientes do exterior.
2. Para efeitos do disposto no n.º 1, são havidas como contribuições provenientes do exterior:
 - a) A moeda livremente convertível transferida directamente do exterior ou depositada em instituições financeiras legalmente estabelecidas, em conformidade com as normas legais e regulamentares em vigor;
 - b) Os bens, serviços e direitos importados sem dispêndio de divisas para o País;
 - c) Os lucros e dividendos produzidos por um investimento externo e reinvestidos, nos termos da lei, na mesma ou noutra actividade económica.
3. O investimento externo pode consistir no seguinte:
 - a) criação de uma nova empresa em Cabo Verde, em nome individual ou em sociedade;
 - b) Criação de sucursais ou outra forma de representação de empresas legalmente constituídas no estrangeiro, nos termos e condições previstos na legislação caboverdiana aplicável;
 - c) Aquisição de activo de empresa já existente;
 - d) aquisição de partes sociais ou aumento de participação social em empresa já constituída em Cabo Verde.
 - e) contrato que implique o exercício da posse ou de exploração de empresas, estabelecimentos, complexos imobiliários e outras instalações ou equipamentos destinados ao exercício de actividades económicas;

- f) cessão de bens de equipamento em regime de “leasing” ou regimes equiparados, bem como em qualquer outro regime que implique a manutenção dos bens na propriedade do investidor ligado à entidade receptora por acto ou contrato no âmbito das alíneas anteriores;
- g) empréstimos ou prestações suplementares de capital realizados directamente por investidor externo às empresas em que participe, bem como quaisquer empréstimos ligados à participação nos lucros.

Artigo 4º
(investidor externo)

Considera-se investidor externo qualquer pessoa singular ou colectiva, nacional ou estrangeira, que realize um investimento externo devidamente autorizado nos termos da lei.

Artigo 5º
(Sujeição a autorização e registo)

1. São sujeitas a autorização prévia do Ministro responsável pela área do planeamento e a registo no Banco de Cabo Verde.
 - a) a realização das operações de investimento externo, tal como definidas no número 3 do artigo 3º;
 - b) as revisões dos contratos abrangidos no âmbito da alínea e) do número 3 do artigo 3º, sempre que impliquem a entrada de novos investidores externos como partes contratantes ou a alteração de condições financeiras em moldes não previstos no contrato inicial.
2. São igualmente sujeitas a registo no Banco de Cabo Verde a alienação de empresas, sucursais, outras formas de representação, bem como todas as alterações de participações sociais ou de contrato que constituem investimento externo nos termos do artigo 3º, número 3.
3. São dispensados de autorização prévia referida no número 1:
 - a) os aumentos de participação social de investidores externos em empresas, sucursais ou outras formas de representação empresarial nas quais já anteriormente detivessem participações;
 - b) as transacções de participações de empresas, sucursais ou outras formas de representação empresarial, quando realizadas entre investidores externos que já anteriormente detivessem participações nessas entidades;
 - c) as operações compreendidas no âmbito da alínea g) do número 3 do artigo 3º.
4. Porém as condições referentes a prazos e taxas de juro das operações referidas na alínea c) do número anterior, ficam sujeitas a prévia aprovação do Banco de Cabo Verde.

Artigo 6º
(Legislação aplicável)

1. O investimento externo subordina-se à presente lei, seus regulamentos e demais diplomas legais vigentes na República de Cabo Verde.
2. As actividades económicas com participação de investimento externo subordinam-se à forma jurídica e aos regimes estabelecidos na lei vigente na República de Cabo Verde e aplicável aos respectivos sectores de actividade, designadamente no que se refere às condições de acesso e exercício e aos incentivos aplicáveis.

ANEXO IV – Requisição do Estatuto de Investidor Externo

O Pedido

Todas as operações de investimento externo estão sujeitas a autorização prévia.

O pedido de Estatuto de Investidor Externo deve ser efectuado através da CI-Cabo Verde Investimentos ou da Câmara de Comércio Indústria e Turismo Portugal Cabo Verde, **em triplicado**, devendo ser acompanhado dos seguintes documentos:

- Carta endereçada a Sua Exa. a Senhora Ministra das Finanças e Administração Pública apresentando o projecto e solicitando a sua análise;
- Formulários Anexo 1 e 2 do Dec. Regulamentar nº 1/94 sobre o Investimento Externo, devidamente preenchidos. O Anexo 1 deve ser preenchido por cada um dos promotores;
- Resumo descritivo do projecto*;
- Identificação e “curricula” do(s) promotor(es);
- Referências bancárias de idoneidade do(s) promotor(es) e outras informações relevantes para a apreciação do investimento;
- Pacto Social
- Planta de localização pretendida e comprovativo da titularidade, compra ou arrendamento, do imóvel (terreno ou estabelecimento comercial);
- Licença de exploração (quando aplicável)
- Cópias dos Contratos de Exploração, Cessão de Bens de Equipamento em Regime de “Leasing” ou Empréstimos/Suprimentos de Investidores;
- Estudo de Impacto Ambiental (quando aplicável);
- Projecto de arquitectura/”Master plan” (para empreendimentos turísticos).

* Informações a constar na Descrição sucinta do Projecto

- Objectivos e Impacto Económico do Projecto;
- Valor Total do investimento (descrevendo o tipo de forma da operação de investimento externo);
- Previsão do Volume de Vendas nos mercados interno e externo;
- Localização pretendida (compromissos já assumidos e área total);
- Quadro do Pessoal (empregos nacionais e estrangeiros a criar);
- Modo de Financiamento;
- Previsão das despesas com Materiais e Equipamento, Salários e Fornecimento de Serviços de Terceiros (energia, água, telefone, etc.);
- Mercado Alvo;
- Informações detalhadas sobre as actividades previstas no projecto, incluindo os produtos e serviços a oferecer.

Tratando-se de **Empreendimento Hoteleiro** deve ainda indicar-se:

- Número Total de Quartos e de Camas; Categoria e Grupo pretendido; Serviços a serem criados; Área prevista para a Construção.

ANEXO V – Questionário Modelo ao Investidor Directo Externo

QUESTIONÁRIO AO INVESTIDOR ESTRANGEIRO

Este questionário é de carácter confidencial e toda e qualquer informação aqui reunida será utilizada apenas para os fins de um estudo no âmbito de Investimento Directo Estrangeiro em Cabo Verde.

I) IDENTIFICAÇÃO E TIPOLOGIA DA EMPRESA

Denominação da Empresa:

Número de Identificação Fiscal:

Endereço:

C.P.:

Ilha:

Telefone:

Fax:

Web:

E-mail:

Pessoa Contacto:

Cargo:

Ano constituição:

Actividade Principal:

1- Sector:

Construção Turismo Comércio NTIC
Indústria Agricultura Transportes Outros

2- Natureza jurídica da entidade:

Sociedade por Quotas Sociedade Colectiva
Sociedade Anónima Sociedade Comanditas
Outra Qual? _____

3- Âmbito geográfico:

II) INICIATIVA DE INVESTIR EM CABO VERDE

4 - Principais razões que motivaram a sua empresa a estabelecer-se em Cabo Verde:

Expansão/crescimento externo da empresa	<input type="checkbox"/>	Oportunidade de negócio	<input type="checkbox"/>
Mercado/sector em expansão	<input type="checkbox"/>	Mercado atractivo	<input type="checkbox"/>
Proximidade geográfica do país de origem	<input type="checkbox"/>	Economia Emergente	<input type="checkbox"/>
Busca de mercados alternativos	<input type="checkbox"/>	Estabilidade política do país	<input type="checkbox"/>
Estabilidade do mercado cabo-verdiano	<input type="checkbox"/>	Condições naturais do país	<input type="checkbox"/>
Zona de elevada atracção turística	<input type="checkbox"/>	Mercado com pouca concorrência	<input type="checkbox"/>
Segurança e credibilidade dos contractos	<input type="checkbox"/>	Incentivos Fiscais	<input type="checkbox"/>
Outros <input type="checkbox"/>	Quais? _____		

5 - Tinha experiência prévia neste país?

Não

Sim

Tipo de experiência prévia:

Actividade similar
Operações comerciais
Actividades inversas

QUESTIONÁRIO AO INVESTIDOR ESTRANGEIRO

6 - Principais fontes utilizadas para obter informação prévia sobre este mercado:

- | | | | |
|---|--------------------------|---------------------------------------|--------------------------|
| Visitas ao país | <input type="checkbox"/> | Contactos pessoais | <input type="checkbox"/> |
| Consulado de Cabo Verde no país de origem | <input type="checkbox"/> | Feiras | <input type="checkbox"/> |
| Câmaras de Comércio | <input type="checkbox"/> | Meios de comunicação | <input type="checkbox"/> |
| Cabo Verde Investimentos/PROMEX | <input type="checkbox"/> | Outros <input type="checkbox"/> _____ | |

III) INÍCIO DO NEGÓCIO

7 - Em função da sua experiência pessoal, avalie de 1 a 5 os seguintes aspectos relacionados com as **formalidades administrativas** para constituir o seu negócio em Cabo Verde:

(1) Muito Baixo	(2) Baixo	(3) Médio	(4) Alto	(5) Muito Alto
-----------------------	--------------	--------------	-------------	----------------------

- Clareza dos passos administrativos
- Complexidade dos formulários
- Duração das formalidades administrativas
- Custo das formalidades administrativas
- Dispersão das administrações de inscrição
- Assistência das administrações

Observações: _____

IV) OPERATIVIDADE DO NEGÓCIO

8 - Avalie de 1 a 5 o seu **grau de satisfação** dos seguintes aspectos relacionados com a operatividade do seu negócio em Cabo Verde:

(1) Muito Baixo	(2) Baixo	(3) Médio	(4) Alto	(5) Muito Alto
-----------------------	--------------	--------------	-------------	----------------------

CONSTRUÇÃO

- Disponibilidade de terrenos
- Preço dos terrenos
- Acessibilidade às empresas construtoras locais
- Disponibilidade de estabelecimentos e pavilhões para arrendamento
- Preços de renda

INFRA-ESTRUTURAS

- Instalação de telefone / fax
- Instalação da rede eléctrica
- Instalação do serviço de água
- Instalação de Internet

MÃO-DE-OBRA

- Habilitações médias
- Custo médio
- Produtividade média

QUESTIONÁRIO AO INVESTIDOR ESTRANGEIRO

- Acessibilidade ao mercado do trabalho

PROFISSIONAIS EXTERNOS (advogados, notários,...)

- Qualidade do serviço
- Honorários
- Acessibilidade a assessores de todo tipo

TRANSPORTES

- Transporte interno – Redes de distribuição terrestre
- Transporte interno – Redes de distribuição insulares
- Transporte marítimo – Serviços portuários
- Transporte marítimo – Tarifas portuárias
- Transporte marítimo – Operadores portuários
- Transporte marítimo – Frequências
- Transporte aéreo – Ligação entre ilhas
- Transporte aéreo – Ligações com Europa
- Transporte aéreo – Ligações com América
- Transporte aéreo – Ligações com África
- Transporte aéreo – Tarifas
- Transporte aéreo – Frequências

REGIME FISCAL

- Taxas alfandegárias
- Facilidades de entrada e saída de mercadorias pela alfândega
- Requisitos legais para exportar
- Incentivos fiscais

OUTROS

- Convertibilidade da moeda
- Disponibilidade de divisas
- Repatriação de benefícios
- Formas e facilidades para cobrar no mercado
- Créditos comerciais e facilidades de pagamento
- Funcionamento do sistema financeiro
- (Especificar) _____
- (Especificar) _____

Observações:

ANEXO VI – Lista de Investidores Externos Inquiridos

ID	Denominação da Empresa	Cargo do Contacto	Ano Constituição	Âmbito Geográfico	Actividade da Empresa	Investimentos (milhões CVE)	Critério
1	Empresa A	Administrador	1993	Sal	Imobiliária Turística	9.923,9	Âmbito Geográfico
2	Empresa B	PCA	2007	Boa Vista	Imobiliária Turística	164,7	Âmbito Geográfico
3	Empresa C	Gerente	2005	Santiago	Imobiliária Turística	4.961,9	Âmbito Geográfico
4	Empresa D	Gerência	2007	São Vicente	Serviços	209,5	Âmbito Geográfico
5	Empresa E	Direcção	1992	São Vicente	Indústria	74,0	Sub-sector
6	Empresa F	Contabilista	2005	Santiago	Serviços	592,5	Sub-sector
7	Empresa G	Director-Geral	2005	Maio	Imobiliária Turística	5.309,3	Sub-sector
8	Empresa H	PCA	2006	Todo o Território	Serviços	1.102,5	Âmbito Geográfico
9	Empresa I	<i>Finanace Controller</i>	2006	Santiago	Imobiliária Turística	27.566,3	Dimensão
10	Empresa J	Gerente	2002	São Vicente	Serviços	20,3	Dimensão